Desperdícios e centralidade urbana na cidade de São Paulo

uma discussão sobre o catador de materiais recicláveis do Glicério

Márcia Saeko Hirata

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de São Paulo
Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Xavier Pereira

São Paulo 2011

Desperdícios e centralidade urbana
na cidade de São Paulo

Márcia Saeko Hirata

Desperdícios e centralidade urbana na cidade de São Paulo:

uma discussão sobre o catador de materiais recicláveis do Glicério

Tese apresentada como
requisito para a obtenção
do grau de Doutor em
Arquitetura e Urbanismo
da Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo da Universidade
de São Paulo

Orientador:
Prof. Dr. Paulo Cesar Xavier Pereira
São Paulo, 2011

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

e-mail: msaeko2001@yahoo.com.br

Hirata, Márcia Saeko

H668d Desperdícios e centralidade urbana na cidade de São Paulo: uma discussão sobre o catador de materiais recicláveis do Glicério / Márcia Saeko Hirata. -- São Paulo, 2011.

218p. : il.

Tese (Doutorado - Área de Concentração: Habitat) –FAUUSP.
Orientador: Paulo Cesar Xavier Pereira

1.Movimentos sociais urbanos – São Paulo(SP).
2.Materiais recicláveis. 3.Resíduos. I.Título.

CDU 304:36

À memória daquela que se ausentou no início desta trajetória de 4 anos, mas que não deixou de ser uma presença vital, minha mãe. À presença ao mesmo tempo forte e singela de meu pai. Aos que viverão o futuro, que nesta tese teimo em ver mais humano, minhas sobrinhas e sobrinhos. Estes últimos chegaram no percurso deste momento.

AGRADECIMENTOS

Esta tese não seria possível não fosse uma importante confluência teórica e prática em minha trajetória acadêmica. Teórica por parte de meu orientador, Professor Dr. Paulo Cesar Xavier Pereira, ao qual agradeço seu rigor investigativo e incentivos em meio aos caminhos complexos da produção do conhecimento. Estes caminhos nem existiriam não fosse a confluência prática com a vivência das catadoras e catadores, aos quais agradeço a força de vida. Agradeço especialmente aos da Cooperglicério.

Agradeço à CNPq pela concessão da bolsa, iniciada em um momento importante desta pesquisa e que permitiu a necessária dedicação exclusiva.

Aos paticipantes do Fórum Centro Vivo, aos movimentos sociais, às entidades, aos pesquisadores e estudantes, agradeço a oportunidade de compartilhar as experiências de luta, principalmente as contradições da realidade concreta.

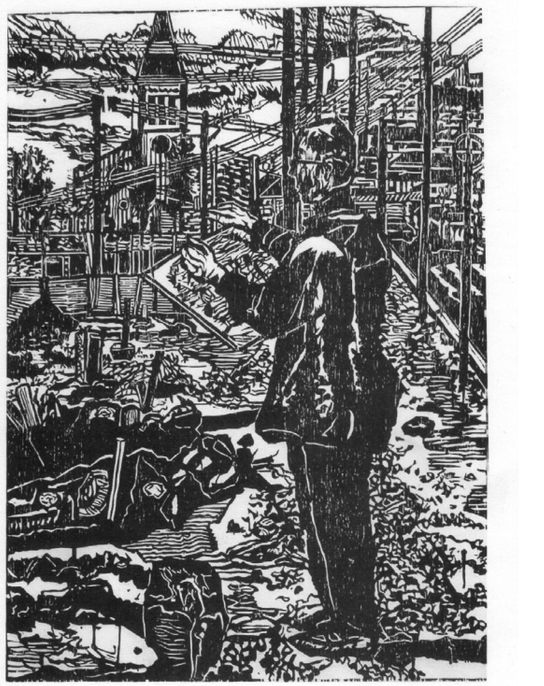
Aos meus mestres, acadêmicos e militantes, presentes e ausentes, agradeço o conhecimento transmitido, ao qual espero que esta tese faça jus. Se não, aguardo as observações, certamente construtivas. Uma ausência sempre estará presente, Prof. Dr Jorge Hajime Oseki.

Aos meus amigos, tantos, tantos, deste e de outros tempos, àqueles com os quais dividi o orientador, àqueles que trabalham na USP e em especial na FAU-USP, àqueles importantes militantes, àqueles com os quais dividi o teto, àqueles próximos e distantes (quantos distantes mas tão presentes!), àqueles que viraram ou que logo serão mamães e papais, àqueles que em algum momento aparecem discretamente em alguma parte da tela do computador, agradeço o apoio e as conversas.

À minha querida família, a expandida e a mais próxima, meu pai, meus irmãos, sobrinhas e sobrinhos, agradeço, sempre.

Aos que acabaram de chegar e aos que virão, agradeço o sorriso contagiante.

Não citei nomes, pois não cabem aqui e certamente cometeria alguma omissão imperdoável.



Francisco José Maringelli. *Inventariando o Montante das Ruínas*, xilogravura de fio, 70 x50 cm, 2010.

RESUMO

A região central da cidade de São Paulo, a partir da flexibilização econômica dos anos 1990, tornou-se espaço de conflitos entre o desejo de permanência da população de menor renda e os interesses por uma nova frente de valorização imobiliária. Os reveses sentidos pelos movimentos sociais organizados e o recente afluxo de recursos internacionais no mercado imobiliário parecem negar qualquer possibilidade de atuação de sujeitos políticos, enquanto consolida a hegemonia do pensamento neoliberal de que "não há alternativas" além da ordem já colocada. Do mesmo modo as análises sociais urbanas produzidas a partir da mobilização social dos anos 1980, marcadas por uma visão industrial, se muito avançou na compreensão dos processos sociais de produção do urbano, pouco permite visualizar quanto aos nexos que contribuam para a superação de um quadro crescente de fragmentação social.

Apesar desta conjuntura urbana, as contradições dessa mesma produção social permitem a permanência do uso da centralidade urbana do Glicério pelos catadores de materiais recicláveis. Esse que parece existir somente como mero produto social residual, junto à interpretação de Lefebvre sobre a produção do espaço como parte da reprodução das relações sociais de produção, mostra-se como uma experiência que tem reformulado representações centrais do fetiche da mercadoria. Permite-nos assim ampliar o olhar para além da visão industrial e das relações de produção da mais-valia, bem como dos determinantes da institucionalização do Estado. Pelo olhar urbano, uma coesão social diferencial mostra-se possível como práxis urbana, reabrindo o horizonte dos possíveis, na prática e na teoria.

Palavras Chaves: Catadores de Material Reciclável, Práxis Urbana, Glicério (SP), Resíduos, Centralidade, Movimentos Sociais.

ABSTRACT

Since the 1990s, economic flexibility has transformed the central region of the city of São Paulo in an area of conflict. On one side there is low-income residents' desire for permanence, on the other side there are real estate market interests in a new valorization frontier. Setbacks experienced by organized social movements and the recent influx of international capital in the housing market seem to deny any possibility of action for political subjects. These factors also seem to consolidate the hegemony of neoliberal thinking as subjects are left with "no alternative" to the order already in place. Marked by an industrial view, current and increasing urban social analysis on the social mobilization processes of the 1980s allow us a clear understanding of the social production of the city. Nevertheless, these accounts do not contribute to overcoming the increasing social fragmentation perceived in the city.

Despite these factors, the contradictions of the social production of this urban space enable collectors of recyclable materials the permanent use of the urban centrality of the Glicério area. This use seems to exist only as a mere residual social product. Nevertheless, in Lefebvre's account on the production of space as part of the reproduction of social relations of production, the use of Glicério by collectors shows up as an experience that has reshaped the central representations of the commodity fetish. This perspective on the use of this urban space allows us to view beyond industrial relations and the production of surplus value, as well as the determinants of state institutionalization. Through this urban point of view, a differential social cohesion shows up as a possible urban praxis, reopening the horizon of the possible, in practice and theory.

Key words: Recyclable Material Collectors, Urban Praxis, Glicério (SP), Residues, Centrality, Social Movements.

SUMÁRIO

Apresentação 17

Introdução 23

1. Perspectivas do olhar sobre a produção social da cidade 37
   1.1. O espaço do capital 37
   1.2. O sujeito do urbano na cidade do capital 45
   1.3. Representações e subjetividade no espaço urbano 54

2. Concebido e vivido na história do Glicério na cidade de São Paulo 65
   2.1. Percurso do concebido sobre a centralidade urbana e o Glicério 67
   2.2. Percursos do vivido
      2.2.1. A mobilização social no centro 84
      2.2.2. A mobilização social no Glicério 93
      2.2.3. A mobilização dos catadores e o Glicério 98
   2.3. Percurso e representação dos catadores de materiais recicláveis do Glicério 112
      2.3.1. Para além do espaço da sociedade da mais-valia 126

3. Devir: produção do espaço pelos catadores 145
   3.1. O urbano dos catadores 149
   3.2. Devir concebido para o Glicério 157
   3.3. Devir experienciado da catadora e do catador do Glicério 162
   3.4. Desejo e utopia 167

Considerações finais 177

Referências 192

Lista de mapas e tabelas 205

Lista de siglas 207

Anexo - entrevistas 209

Créditos 219

Apresentação

> *Eu catava papelão na rua, jornal, enchia a carrocinha, vendia, já pegava o dinheiro. E hoje a gente tá fazendo diferente. Eu encho a carroça de sacaria, venho, separo plástico, copinho, papel, jornal... separa, vende, e também recebia o dinheiro. Aí, quando foi que surgiu a cooperativa. Montou a cooperativa e aí a gente montou a Cooperglicério.*
> (Dinho)

A descrição do trabalho cotidiano de um catador, cuja rotina se altera ao longo do tempo: no começo catava e vendia só papelão e jornal; depois (e/ou hoje?) catava, separava e vendia, uma variedade maior de materiais; hoje (com clareza) é o trabalho na Cooperglicério. Desta fala talvez o mais interessante a se destacar seja a formação da cooperativa, que para o catador parece bastar para expressar as atuais atividades do trabalho e respectivos tipos de materiais. Seria esta uma mera descrição informal de uma banalidade do dia a dia? Mesmo a organização na forma cooperativada, no mundo do trabalho de hoje é generalizada como mais uma forma de precarização dos direitos trabalhistas.

E, no entanto, para Lefebvre o cotidiano abre um caminho para a filosofia:

> "para mostrar sua dualidade, sua decadência e fecundidade, sua miséria e riqueza, o que implica o projeto revolucionário de um parto que tirasse do cotidiano a atividade criadora inerente, a obra inacabada."
> (LEFEBVRE, 1991, p.18)

Da banalidade, um "projeto revolucionário"? Em uma sociedade em que o capital financeiro se apropria até mesmo do trabalho futuro daquele que, para adquirir a casa própria, compromete parte de seus rendimentos mensais em um empréstimo de 20, 25, 30 anos? Em que o "não há alternativas" do sistema econômico recai até sobre o conhecimento das plantas medicinais dos indígenas de distantes tribos amazônicas[1]? Como falar em "direito à cidade"[2] quando já se fala em "planeta favela"[3], quando o movimento do capital financeiro internacional empurra a moradia dos pobres para cada vez mais longe das centralidades urbanas e até para as ruas, quando estas próprias análises teóricas sobre este movimento parecem ratificar o globalizado beco sem saída?

Do cotidiano um projeto, até mesmo uma possível obra? O arquiteto bem sabe o significado desta conjunção quando elabora o projeto de uma casa. Ele materializa por meio de uma reflexão propositiva o uso doméstico do espaço, desejando que cada projeto torne-se o belo a ser reconhecido nas revistas e exposições de arquitetura, mas ciente também que passados os anos o uso por seus moradores pode alterar sua concepção. Para a escala do urbano que nos interessa há o Planejamento, que significa a conjunção muito mais complexa de usos e de grupos sociais. Mesmo premiados modelos não trouxeram respostas à segregação social, como no caso da cidade de Curitiba concebida pelo urbanista Jaime Lerner, cujo cotidiano provavelmente foi apreendido pelos técnicos do governo por meio de inúmeros dados, mapas e percepções pessoais, sem contudo evitar a pobreza nos bairros mais distantes. Segundo Villaça, inovações como a participação direta da população, a expressar suas necessidades cotidianas na elaboração do Plano Diretor Estratégico de 2002 da cidade

1 A última eleição presidencial em 2010 ratifica o fetiche que se apropria até de espaços recônditos do planeta. O candidato à vice-presidência do Brasil pelo Partido Verde, Guilherme Pereira Leão é um dos presidentes da empresa Natura, que igualmente procura se diferenciar com o martketing de sustentabilidade. Ele está na lista das 500 pessoas mais ricas do mundo, e em 13º. lugar no Brasil. (VEJA, 2010)

2 "Direito à Cidade" é o título de uma obra de Lefebvre de 1968, traduzido no ano seguinte para o português, que logo se tornou referência para os arquitetos desde a introdução dos estudos sobre a periferia nos anos 1980. Hoje difundiu-se por toda a sociedade preocupada com os problemas urbanos, a ponto de tornar-se o mote central do último Fórum Urbano Mundial organizado por UN-Habitat (United Nations Human Settlements Programme) em 2010: "O Direito à Cidade – Unindo o Urbano Dividido". (UN-HABITAT, 2010)

3 "Planeta Favela" é o título do livro de Mike Davis publicado em 2006 que expõe a condição de moradia de mais de 1 bilhão de pessoas espalhadas pelas cidades do hemisfério sul.

de São Paulo, não superaram o elitismo característico dos Planos Diretores brasileiros (VILLAÇA, 2005, p.48).

Todas estas dificuldades apontadas demonstram que a atuação do arquiteto hoje tende muito mais a encastelar-se atrás de muros de segurança e/ou a desdobrar-se em uma realidade como "decadência" e "miséria" do cotidiano nas cidades, quando a idéia de um projeto e de uma obra implica a "fecundidade" e a "riqueza". Foram estes últimos termos que marcaram o otimismo das análises urbanas sobre a agitação social que se espalhava pelas principais cidades do Brasil na virada dos anos 1980, com as greves metalúrgicas, as manifestações dos movimentos sociais urbanos e dos movimentos em defesa das minorias. A inerência destas mobilizações com a formação territorial seduzia os estudiosos do espaço. Ocorriam nas periferias urbanas, em conflitos sociais nascidos das necessidades básicas de infraestrutura urbana e de equipamentos sociais, em forte interação com as greves. Neles a reflexão teórica encontrava os nexos expostos por Lefebvre no sentido de uma revolução urbana, que levariam ao surgimento de um sujeito político a partir do urbano: contradições, conflitos, ordem próxima (pelo cotidiano), necessidades, a ordem distante do Estado, a autogestão.

No entanto, como nos diz Pereira e Tanaka, "as mudanças não seguiram no sentido de uma transformação efetiva nas bases sociais e nem na distribuição social da riqueza" (2006, p.13). A velha tradição desigual e clientelista da história social brasileira parece ter prevalecido. De modo semelhante, desde a época em que escreveu "A revolução urbana", em 1970, Lefebvre[4] em seu capítulo conclusivo atentava para a passividade das pessoas afetadas por projetos urbanos que pouco resolviam seus

4 Note-se que Lefebvre faz uma análise a partir de seu conhecimento maior sobre os países da dominação econômica capitalista, e em um período anterior ao neoliberalismo.

problemas, quando não os pioravam. Para ele, o novo não pode se sustentar na antiga base e superestrutura, ou seja, nas condições materiais e culturais do período industrial. É preciso tomar cuidado com o entendimento abstrato do urbano sob domínio do pensamento (estratégico), em vez de notar sua concretude no qual se dá a prática passível de reflexão no sentido de uma construção utópica (2004, p. 165-166).

A reforçar esta dominância das relações de favor e privilégio do poder na base social, vem a economia liberal dos anos 1990, tanto na ordem distante do poder do Estado quanto nas relações competitivas da ordem próxima. Isto só tornou mais complexa a atuação de uma diferença que parecia emergir dos movimentos sociais. De qualquer modo, a piora nas condições sociais demonstra que não se alteraram as representações ideológicas nos diversos níveis de atuação da sociedade, não houve alteração das regras da institucionalidade de um Estado que tem por trás aquelas da reprodução industrial.

Como então esperar que haja alterações de subjetividade a ponto de indicar transformações? Para entender esta desilusão e refletir sobre a possível retomada dos termos do projeto esta tese seguiu a hipótese das trilhas urbanas de Lefebvre centrada no sujeito:

> "Es exacto que en las condiciones del mundo moderno sólo el hombre desplazado, el marginal, el periférico, el anormal, el excluido de la horda (Gurvitch) tiene una capacidad creadora [...] capacidad totalizadora de lo actual por su negación." (LEFEBVRE, 1983, p. 227)

Uma primeira consideração é a interpretação que Borón nos traz sobre as lutas sociais como um todo e os limites de seus avanços, para então refletir sobre aquelas mobilizações sociais

do período pós-ditatorial que ocorreram concomitantemente em toda a América Latina:

> "Não se trata de desmerecer os enormes avanços obtidos com a democratização dos capitalismos europeus desde a Primeira Guerra Mundial, nem de minimizar as dimensões do Estado keynesiano de bem-estar desde os 30; levadas adiante pelas lutas populares, as democracias burguesas introduziram uma série de reformas que melhoraram objetivamente as condições de existência das classes subordinadas. No entanto, isto não pode levar-nos a ignorar que aquelas transformações encontraram seus limites no despotismo que o capital manteve incólume no terreno da produção." (BORÓN, 1994, p. 15)

Por um lado, aqueles movimentos dos anos 1980 não trouxeram mudanças estruturais, mas não se pode negar que alguma mudança houve, avanços a partir dessas mobilizações que passaram a disputar o Estado, o qual concretamente ampliou o atendimento de parte das demandas sociais. Não fossem tais lutas, talvez não existiriam hoje nos bairros periféricos à época, mesmo que insuficientes, escolas, creches, o atendimento universal do Sistema Único de Saúde (SUS), entre outros. Não fossem tais lutas, não teriam ocorrido as ocupações aos prédios vazios no centro da cidade de São Paulo em 1997, que resultaram efetivamente em centenas de moradias para famílias de baixa renda no hoje disputado centro da cidade[5]. Como nos diz Santos, é preciso ser "contra o desperdício das experiências" (2000).

No entanto, haveria hoje alguma prática social capaz de interferir na subjetividade, portanto capaz de interferir nas representações ideológicas, ao menos para indicar alguma alteração

[5] Os edificios ocupados trouxeram à pauta da política habitacional a reforma de edifícios abandonados. O resultado foi a reforma de 11 edifícios na área central, totalizando 984 unidades habitacionais. (JOSÉ, 2010 p. 118)

das condições materiais e ideológicas, ou seja, alguma transformação efetiva? Voltemos ao experimentalismo, atentando para a totalidade e o objetivo presente nestas perguntas que se preocupam com o urbano que nos rodeia. Como nos demonstrou Lefebvre, o espaço é político em si. Nas fissuras do urbano pode-se encontrar uma prática urbana, que aflora diferencialmente nos conflitos que surgem na cidade em função de contradições da prática industrial:

> "Lefebvre nos diz enfaticamente que a insurgência do uso no interior da problemática do espaço parece guardar elementos novos, pois esse conflito no e com o espaço vai gestando territorialidades novas, num espaço que revela, porque tornou empírico, o processo social, não obstante estar esquadrinhado por fluxos, redes e relações. Por isso, concluirá Lefebvre que se é verdade que o devir se ilumina retrospectivamente, o futuro guarda surpresas, pois se define pelo mundial, pelo espaço." (SEABRA, 1986, p. 79)

Se o ser humano é dotado de plasticidade (LEFEBVRE, 2004, p. 72), aquele momento da história brasileira de alguma maneira interferiu na construção dos sujeitos atuantes à época e de alguma maneira repercutem na atualidade, mesmo porque a própria sociedade industrial alterou-se e exigiu mudanças nas práticas sociais (o capital industrial que passa a atuar como capital predominantemente financeiro). Se o presente se compreende a partir do olhar para o passado e indica um futuro, esse passado revisto sob o viés urbano pode contribuir para clarear o "campo cego" (LEFEBVRE, 2004, p. 34) da dominação ideológica neoliberal do "não há alternativas", e assim nos permitir reencontrar o caminho de sua superação.

Introdução

Sob o domínio do capital a conformar o urbano, o sujeito parece esvaecer no horizonte do futuro da atual sociedade, fragmenta-se como individualidade, cada vez mais limitado à dimensão da reprodução da vida, de sua sobrevivência. No caso do Brasil, como nota Kowarick, nossa história social recente produziu a contradição democrática do "cidadão privado" e do "subcidadão público" (2000, p.81). Para entender tal contradição e tecer nexos que a superem, Telles, centrada em Francisco de Oliveira[6], inicia com a reconstrução da trajetória da crítica urbana, que analisa o forte processo de urbanização no Brasil dos anos 1950 a 1980 até a atualidade, para reconhecer o impasse teórico que não oferece mais um horizonte de superação, tal como aparecia nos anos 1980:

> "Se a equação que se estabelecia entre trabalho, direitos e cidadania foi quebrada, se o movimento histórico que lhe dava plausibilidade foi interrompido, se a "hipótese superadora", para usar os termos de Schwarz (1989), foi erodida, então com quais parâmetros, ou a partir de quais parâmetros, colocar sob perspectiva crítica o atual estado de coisas?" (TELLES, 2005a, p.7)

Desde que Marx dissecou a construção social do capital, compreende-se neste a condição de constantemente superar as contradições por ele mesmo produzidas, tal como as crises cíclicas que, apesar de serem uma crise, servem para renovar as forças produtivas e atingir novo patamar de acumulação. Isto pode ser visto como algo inexorável, mas também quer dizer que constantemente produz fissuras, e é nelas que se abrem

6 Francisco de Oliveira tornou-se referência crítica sobre o desenvolvimento econômico na década de 1970 ao trazer um contraponto à Teoria da Dependência cepalina com sua obra "Critica à Razão Dualista", atualizada para este início de século em "O Ornitorrinco".

brechas para repensar-se o sujeito. Aliás, não mais uma contradição entre muitas, mas, se falamos de um sujeito, falamos de uma contradição central em um mundo em que os valores centrais estão na troca:

> "Tudo se vende e se compra [...] No entanto, esse mundo não chega a se fechar [...] Com efeito, uma mercadoria escapa ao mundo da mercadoria: o trabalho, ou antes, o tempo de trabalho do trabalhador (proletário) [...] em princípio, livre [...] Por essa brecha podem entrar os "valores" repelidos, o valor de uso, as relações de livre associação, etc. Não é uma brecha ocasional; é mais e melhor; a contradição se instala no coração da coesão do capitalismo." (LEFEBVRE, 1999, p. 136)

A centralidade do trabalhador, mesmo excluído da produção tradicional industrial, subsiste e busca outros meios de sobrevivência. E as encontrará às margens dessa mesma produção, no trabalho informal. Claramente estes trabalhadores não deixam de ser absorvidos para a garantia dos lucros do todo do sistema produtivo, a taxa média de lucro global. Como bem nota Oliveira (2006, 140), que toma o exemplo do ambulante que vende refrigerantes nas portas dos estádios, este já compra diretamente das distribuidoras dos grandes fabricantes, as quais incorporam assim novo ganho de produtividade, uma incorporação do trabalhador informal pela economia globalizada.

No entanto, indaga-se sobre a presença de uma força criativa de alguém que constantemente procura outros meios para sua sobrevivência, mesmo que a cada vez o mercado o absorva e o expulse da distribuição da riqueza gerada, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis, muitos ex-trabalhadores do mercado informal, que por sua vez foram expulsos do mercado formal. Incomoda notar na paisagem urbana pessoas puxando carrinhos com centenas de quilos repletas de materiais recicláveis. Mas mesmo que se considere o bruto abocanhamento da força de trabalho de seu corpo, há uma condição concreta que parece materializar a correspondência da criatividade desse constante "virar-se", a sua resistência e permanência em localizações diversas pela cidade a cada vez que é ameaçado de expulsão[7], por força de uma certa coesão social. Para Lefebvre, trata-se de ver esta espacialidade sob uma perspectiva central:

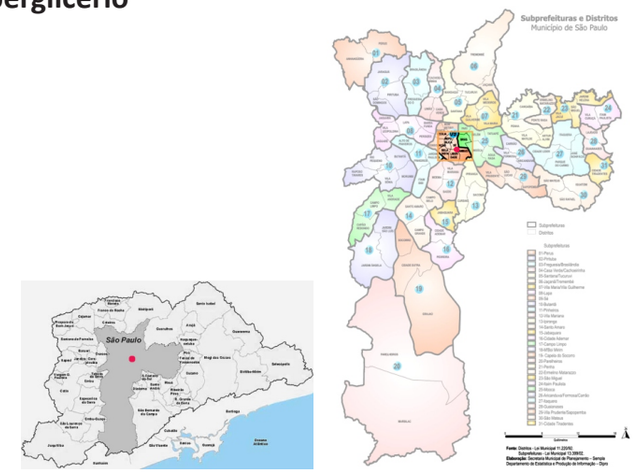
> "À sua maneira produtivo e produtor, o espaço entra nas relações de produção e nas forças produtivas (mal ou bem organizado). Seu conceito não pode no entanto se isolar e permanecer estático. Ele dialetiza-se: produto – produtor, suporte das relações econômicas e sociais. Não entraria também na reprodução, do aparelho produtivo, da reprodução ampliada das relações que ele realiza praticamente 'in-loco'?" (LEFEBVRE, 2000, XX-XXI)[8]

É o espaço como mediação de processos produtivos ao qual correspondem certas relações sociais. É o espaço que também participa da formatação da reprodução destas relações. No caso da atividade da catadora e do catador, há uma intrínseca dependência do lugar, onde encontrarão as condições mais ou menos propícias para seu desenvolvimento. E uma localização específica chama a atenção por gerar situações conflituosas com os negócios imobiliários e com o Estado, mas que ali permanece apesar da aparente fragilidade de uma mera atividade informal à margem da sociedade, apesar dos esforços de reformulação urbana que ganhou novo impulso

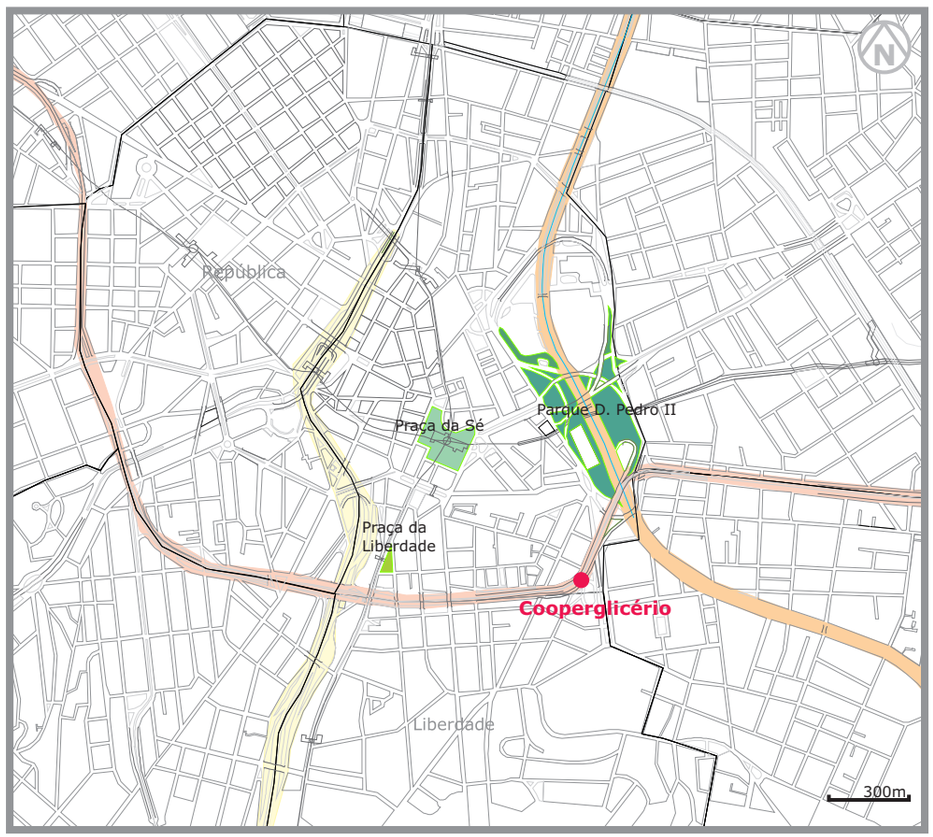
[7] A definição do catador como a mobilização social do centro a ser estudada por esta pesquisa, deu-se no levantamento dos conflitos que na percepção da sociedade são considerados relevantes nos últimos anos, o que transparece nas notícias da mídia. Tomou-se as principais mídias impressas do Estado que são reunidas na hemeroteca da Seção de Produção de Bases Digitais para Arquitetura e Urbanismo - CESAD da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo-FAU-USP. Dos mais relevantes avaliou-se quais oferecem maiores condições de pesquisa e de potencialidade de interação com o problema aqui apresentado sobre o estudo do sujeito na apropriação do espaço. O resultado foi a pesquisa com os catadores de materiais recicláveis.

[8] Trecho retirado de tradução preliminar do "Prefácio" elaborada pelo Prof. Dr. Jorge Hajime Oseki (in memorian) com base na versão francesa de 1981 da Ed. Anthropos. FAU-USP. A cópia fornecida em disciplina da Pós-Graduação da FAU-USP. Para fins de localização todas as páginas a serem aqui apresentadas farão referência à edição francesa de 2000.

Localização da Cooperglicério
Mapa1



- **Cooperglicério**
- Avenida 23 de Maio
- Avenida do Estado
- Ligação Leste-Oeste



em 2005. É a catadora e o catador organizado do Glicério, no centro da cidade de São Paulo, que apesar de estarem em uma das áreas mais empobrecidas e violentas da cidade, ali existem de forma organizada desde 2004, e oficialmente desde 2006, na forma de uma cooperativa, a Cooperglicério, mas cuja origem remonta aos agitados anos 1980.

Foto 1:
A Cooperglicério localiza-se sob um destes viadutos. (foto da autora, jul.2007)

Seria este espaço e esta história resultado de uma apropriação que estabelece um uso legítimo de seu lugar ou a localização de mais uma vítima da expropriação da desigualdade própria de uma sociedade neoliberal? Ou seja, estariam estas pessoas fazendo uso dos baixos dos viadutos das áreas centrais da cidade como forma de apropriação do espaço, como expressão de um uso do espaço urbano, ou seria mais uma forma de exploração bruta da força de trabalho que se erige sobre suas costas para garantir os lucros da indústria da reciclagem, mais uma mera relação social que se baseia em valores de troca e que se reveste em discurso de inclusão social e de sustentabilidade do meio ambiente?

De pronto, o que esta prática social urbana coloca à análise teórica nos leva à crítica seminal elaborada por Marx: refletir sobre o processo de produção e reprodução da sociedade capitalista. Segundo ele, a reprodução social ligada ao momento histórico da reprodução capitalista (antecedida pela produção agrária feudal) se erige e se fortalece sobre relações sociais de produção intermediadas e fetichizadas pelo mundo da mercadoria:

> "Ao estudar as categorias mais simples do modo capitalista de produção, vigentes na produção mercantil, a mercadoria e o dinheiro, pusemos em evidência o caráter mistificador que transforma as relações sociais [...] em propriedades dessas coisas mesmas (mercadoria), e que de maneira ainda mais acentuada converte em coisa (dinheiro) a relação mesma de produção [...] E esse mundo enfeitiçado e invertido desenvolve-se ainda mais no sistema capitalista de produção e com o capital, que constitui a categoria dominante do sistema, a relação dominante de produção." (MARX, 1968, p. 949)

Com isto Marx esclarece que o critério de riqueza social desta sociedade é a produção em si da mercadoria, e não o bem estar dessa mesma sociedade. O critério são os dividendos que se obtém da mercadoria ao trocá-la por dinheiro. No todo do processo dessa forma de produção é insignificante se o provimento de matéria-prima para a produção de mercadorias baseia-se em relações sociais que exaurem a força vital[9] do corpo da catadora e do catador. O foco da produção está na planilha de custo, para que se garanta uma forma mais barata de obtenção da matéria-prima.

9 Parafraseando Harvey que em "Espaços de Esperança" cita o "salário vital". (2000, p. 161)

Se para a indústria o trabalho destes que catam passou a representar uma cifra interessante de diminuição do custo, no imaginário da sociedade também houve mudanças. A representação da catadora e do catador, a imagem de uma pessoa puxando um carrinho e revirando os lixos nas ruas da cidade, que se disseminou com o desemprego dos anos 1990 (assim como a presença dos ambulantes, dos moradores de rua, entre outras expressões da pobreza social), era considerada um absurdo do qual se desviava o olhar. E, no entanto, como um

feitiço reposto diariamente na reformulação das representações cotidianas, apesar do aumento de seu número, hoje suas presenças naturalizaram-se no cotidiano da paisagem urbana em toda a América Latina e a catação é cada vez mais reconhecida como uma forma "honesta" de trabalho. Aparentemente a base material da catação nas ruas não se alterou, no entanto vem alterando o reconhecimento social, seja valorizando-a, seja naturalizando sua exploração. Esta é a distinção analítica elucidada por Marx: há uma construção ideológica que fetichizou o trabalho da catadora e do catador e que acabou gerando uma certa aceitação pela sociedade.

Mas não se trata aqui de fazer uma reflexão sobre o trabalho e as mudanças contemporâneas no mundo do trabalho sob o capitalismo, nem de como se dá a espacialidade desse trabalho sob a indústria da reciclagem na cidade. Trata-se de investigar se estas pessoas são meros elementos passivos de todo este feitiço ou não, com base em uma dimensão material que mais interessa aos que lidam com o urbano, a produção do espaço inerente a qualquer sociedade. E a isto correspondem representações específicas à experiência de uso e apropriação do espaço do Glicério, em sua dimensão local e histórica. É na trilha do espaço que se procurou avançar na reflexão sobre a dimensão de uma prática social destas pessoas em seu constante fazer e refazer, como uma experiência de solução dentro de uma condição urbana, em que se inserem como seres humanos e não coisificados como mais uma mercadoria, uma possível práxis urbana na construção do sujeito político contemporâneo.

Nesta pesquisa, para se obter as representações específicas dessa apropriação espacial, foi preciso um cuidado maior, pois

em uma sociedade como a de hoje, segregada social e espacialmente, as vivências díspares produzem diferentes representações. Tradicionalmente obtida por meio de entrevistas com perguntas cuidadosamente elaboradas, para incorporar metodologicamente a distância presente entre entrevistadora e entrevistados, um método específico foi utilizado, a história oral, método mais aberto que permite a expressão dos significados que os próprios consideram importantes para sua vida de trabalho naquele espaço[10]. Sobre as representações surgidas, a teoria pode então "reencontrar o presente", como bem nos lembra Martins sobre um dos momentos do método dialético de Lefebvre:

> "deve o pesquisador procurar o reencontro do presente , 'mas elucidado, compreendido, explicado'. A volta à superfície fenomênica da realidade social elucida o percebido pelo concebido teoricamente e define as condições e possibilidades do vivido. Nesse momento regressivo-progressivo é possível descobrir que as condições sociais são históricas e não se reduzem a confrontos de interesses entre diferentes categorias sociais. Ao contrário [...] os desencontros são também desencontros de tempos e, portanto, de possibilidades." (MARTINS, 2008, p. 106)

Enfim, a hipótese desta tese é que o uso que fazem do espaço em função de uma história, o uso do vivido por aqueles que o capital nega, a catadora e o catador em meio a tantos "sem emprego", negam a centralidade concebida por este mesmo capital, a troca como referência de valor. Isto significaria uma particularidade (ou uma potencialidade) histórica percebida que se constituiria em um espaço diferencial, fruto da expressão da necessidade dos desejos de um grupo que faz uso da autogestão em sua organização, e que por isso acredita-se que esta prática social tem potencial para negar a centralização e as centralidades capitalistas. Constituiriam estas pessoas um sujeito que ao usar o espaço, se apropriam do Glicério e alteram estas centralidades? Sendo o espaço meio e resultado concreto das expressões sociais, indicaria este uso alterações mais profundas na estrutura industrial de nossa sociedade?

Esta trilha lefebvriana do urbano significa focar no urbano como base produtiva, significa que sobre estas pessoas incorporamos a análise sobre o papel do espaço como produto e como produtor, base para a reprodução social como sociedade urbana, para além da forma burguesa de reprodução. É este papel do espaço urbano que se baseia a tese da potencialidade de sujeitos políticos. Lefebvre afirma que nos encontramos em uma fase crítica, de mais uma mudança na longa história das mudanças sociais em torno das cidades (desde a cidade política grega); encontramo-nos na transição entre o fim da sociedade industrial na direção da sociedade urbana (2004).

No processo de formação dessa sociedade corresponderia a atuação de sujeitos políticos a instituírem suas próprias relações sociais. É Lourau que traz uma contribuição a este trajeto, pois permite o paralelo social dessa mudança espacial. Ele aponta os fatores que interferem no processo de formação da organização social. Sob a institucionalidade burguesa a sociedade se reproduz segundo a institucionalização de uma organização concebida pelo Estado, mas que nasceu do processo instituinte da Revolução Francesa:

> "La institución es el proceso mediante el cual nacen las fuerzas sociales instituyentes que, a menudo, termi-

10 Este método não busca respostas a questões preparadas preliminarmente, e procura pouco interferir durante a fala do entrevistado, mas deixa que ele discorra livremente segundo o que considera relevante. Apenas é apresentado um tema básico, no caso a história de vida de trabalho do catador em relação ao Glicério e seu cotidiano (para maiores detalhes, ver: MEIHY, J.C.S.B. Manual de História Oral. São Paulo: Edições Loyola, 2002). Um acréscimo adaptativo foi introduzido para obter a vivência espacial do catador. Inseriu-se o acompanhamento de um dia da trajetória de catação dos catadores, para aqueles que saem diariamente com seus carrinhos; ou no caso daqueles que ficam somente na triagem e que têm uma história de uso do espaço do Glicério, o acompanhamento em um "passeio" por seus espaços. A este método adaptado da História Oral somou-se um outro acompanhamento do fazer político cotidiano dos catadores: foi a participação em alguns espaços de mobilização política em reuniões, atos, assembléias, especificamente da mobilização social da região central a partir do início desta pesquisa, em 2007. Trata-se da continuidade de um método que se iniciou em 1997, nas pesquisas de iniciação científica durante a graduação, no mestrado e na vida profissional desta pesquisadora. Para maiores detalhes sobre toda a pesquisa de campo, de como a história oral foi aplicada e a respectiva interpretação, vide anexo.

> nan por constituir formas sociales codificadas, fijadas e instituidas jurídicamente. El conjunto del proceso es la historia, sucesión, interferencias y mezcla de fuerzas contradictorias." (LOURAU, 1980, p.73)

Desta forma o sujeito político constitui-se como ativo na construção dos processos hegemônicos que definem as estruturas sociais. Portanto, considerar a apropriação espacial significa também ampliar a análise do Princípio de Equivalência Restringido para o Princípio de Equivalência Ampliado (Lourau, 1980), ou seja, sair da restrição da análise da sociedade segundo a equivalência da troca (do dinheiro), para equivalê-la ao todo de sua dimensão reprodutiva social, ampliar o olhar sobre a modernidade burguesa que atua na institucionalização da sociedade na forma do Estado:

> "Si Marx quiso librar al trabajo y a los trabajadores del dominio de las representaciones capitalistas [...] ¿era acaso para exaltar el trabajo y eternizarlo? No... se puede afirmar que él quiso romper el nudo gordiano de equivalencias, de repeticiones apremiantes, de representaciones, que tendía a congelar el futuro."
> (LEFEBVRE, 1983, p. 40)

Portanto, esta mudança de chave do olhar analítico amplia o entendimento da prática social, restringido às relações de troca, para considerá-las em sua totalidade, o que torna possível notar a apropriação do espaço pelo uso, um uso que implica representações diferenciais em relação à apropriação pela troca da mercadoria, portanto de possível superação de seu fetiche.

Nos termos tão amplos em que Lefebvre observa as mudanças sociais históricas, a periodização que utiliza divide-se em sociedade agrária, sociedade industrial e sociedade urbana.

Ele assim nomeia, pois sua análise baseia-se nas relações produtivas e respectivas relações sociais. No caso do termo "sociedade industrial", há maior precisão do que o termo "sociedade capitalista". Visto que a indústria como base produtiva hoje parece perder representatividade para o capital financeiro, apesar de não poder deixar de existir, será utilizado o termo sociedade da mais-valia, termo que esclarece melhor as diferenças de valores que a catadora e o catador parecem introduzir.

O questionamento urbano por eles trazido portanto bifurca-se como um caminho a ser transcendido simultaneamente como prática e como teoria, no sentido lefebvriano de superação da "sociedade industrial" inaugurada sob a Modernidade histórica. Do ponto de vista prático, o da práxis urbana, porque o cotidiano do ser humano em sua condição atual é dominado por uma consciência fetichizada pela ideologia neoliberal e vê-se limitada em sua potencialidade criativa; do ponto de vista teórico (e da formação de uma consciência crítica) porque a reflexão é mistificada e mistificadora, pois se consegue compreender a prática desta dominação ideológica que explora a catadora e o catador, mas não tem sido capaz de superá-la para encontrar outras práticas sociais renovadoras da práxis urbana para que tragam um horizonte de futuro, ou nos termos de Lefebvre, a utopia.

Nesta tese se encontram conceitos cuja plena compreensão exigiria uma base teórica de difícil domínio. Eles foram aqui incorporados na medida da interface observada na prática social urbana, no limite em que teoria e prática se iluminam mutuamente, sem a pretensão de ter o pleno domínio das partes, tanto da teoria que exige uma transdisciplinaridade, quanto da prática cuja totalidade não é teoricamente apreensível. O

que se espera é contribuir para fazê-los avançar no sentido do trajeto urbano para uma sociedade outra que não esta que coisifica o ser humano, quando não o elimina.

No capítulo 1 serão apresentados brevemente os principais conceitos que orientaram a formulação desta tese: produção do espaço, sujeito e representação, introduzindo-os também em suas relações temporais, pois contribuem no esclarecimento teórico e prático que se propõe nesta tese. O capítulo 2 é a contextualização espaço-temporal dos conceitos apresentados no Capítulo 1 ligadas ao objeto de estudo, a catadora e o catador da cooperativa Cooperglicério. Nele se encontra o cerne da tese que é o estudo das representações. É nesta parte que se apresentam as mudanças de olhar sugeridas por Lefebvre em relação a mudanças primordiais, as quais permitiram considerações sobre um possível devir, apresentado no capítulo 3, que surge a partir da experiência de apropriação do espaço daqueles que catam. As considerações finais tratam das possibilidades abertas por estes possíveis sujeitos, um possivel clareamento do "campo cego" em que estes tempos neoliberais nos mergulharam.

1. Perspectivas do olhar sobre a produção social da cidade

Lefebvre em "A Revolução Urbana" (2004) deixa-nos clara a necessidade de mudar o enfoque crítico da sociedade atual com base no urbano, no sentido da construção utópica de uma sociedade urbana, sucedânia desta sociedade da mais-valia[11]. O significado dessa incursão urbana presente em grande parte de sua obra, nesta torna-se clara: a análise que objetiva a transformação da atual reprodução das relações sociais de produção (a reprodução capitalista), no sentido do possível, do utópico, não pode ter como parâmetro os próprios elementos daquilo que se quer mudar. É preciso encontrar algo além da relação capital-trabalho, e o urbano para ele é a resposta, não o espaço consumido como mercadoria, mas aquele consumido por seu uso inerente à reprodução de quaisquer relações sociais produtivas.

11 Como se explicitou na Introdução, optou-se por utilizar "sociedade da mais-valia", ao invés de sociedade industrial ou sociedade capitalista.

1.1. O espaço do capital

O espaço[12] tornou-se um elemento fundamental para a reprodução do capital. Mais do que simplesmente funcional a um específico sistema de produção, mais do que simplesmente uma base material que é parte de uma estrutura produtiva, ao longo do desenvolvimento histórico moderno, ele se mostrou o meio que viabiliza não só a existência, mas a garantia de sua reprodução segundo seu objetivo de taxas crescentes de lucro. O atual patamar produtivo que se baseia no capital financeiro parece surgir para mostrar a capacidade de supe-

12 O objetivo deste capítulo é introduzir brevemente os conceitos utilizados para a interpretação do espaço urbano em Lefebvre, base para se refletir sobre a superação do domínio do espaço pela sociedade da mais-valia. Não é o caso, portanto, de destrinchar a teoria da renda da terra, que tem sido objeto de estudo de inúmeras pesquisas que se focam na atuação do capital imobiliário.

ração, pelo próprio capital, de seus limites físicos que hoje atingiram o território da globalização econômica. Isto só faz tornar mais estreito o horizonte de um espaço cujo uso possa se diferenciar das características redutoras concebidas pela lógica da troca: a fragmentação, a hierarquização e a homogeneidade (LEFEBVRE, 2000, p. XXIII) que, no entanto, não deixam de produzir suas próprias contradições.

Para compreender o papel do espaço sob a sociedade da mais-valia retomemos a forma básica com que o capital constrói a coesão de sua existência social, traduzida na fórmula trinitária de Marx: capital-lucro, terra-renda fundiária, trabalho-salário. Nela o espaço como base material da reprodução do capital aparece em toda sua importância, tornando-se tão importante quanto o trabalho, o qual é fartamente destrinchado e analisado por teóricos, como economistas e cientistas sociais, a cada etapa do desenvolvimento da sociedade da mais-valia. É com base no espaço, como terra, que o capital se apropria do trabalho social e, portanto, da riqueza produzida pela sociedade. Como ele disseca esta relação, do ponto de vista da terra:

> "[...] a terra, a natureza inorgânica em si, essa massa bruta e caótica em sua originalidade primitiva. Valor é trabalho. Valor excedente, mais-valia, não pode portanto ser terra. Fertilidade absoluta da terra significa apenas que certa quantidade de trabalho dá certo produto, condicionado pela fertilidade natural da terra."
> (MARX, 1968, p. 936-937)

Assim, a base natural do espaço, a terra, independente de qualquer sistema social, se relaciona diretamente a trabalho. Dessa relação do trabalho sobre a terra é que se obtém os produtos que beneficiarão a sociedade, o trabalho portanto como base produtiva universal para o ser humano. Como bem nos lembra Marx, "nas comunidades primitivas, onde reina

comunismo natural, e mesmo nas antigas comunidades urbanas são as próprias coletividades com suas condições que se apresentam como a base da produção, que tem por fim último reproduzi-las" (MARX, 1968, p. 954).

Nesta relação universal terra-trabalho, sob a modernidade capitalista a terra torna-se propriedade exclusiva de alguém, o proprietário fundiário, que a partir disto passa a cobrar um tributo àquele que nela queira produzir. O trabalhador, expropriado da terra e de qualquer ferramental ou maquinário, desde a passagem do feudalismo só tem o seu trabalho como meio para garantir sua sobrevivência. Terá assim que trabalhar não só para o dono da terra onde se dá a produção, o proprietário fundiário, mas também para o dono dos ferramentais e maquinários, o capitalista. O proprietário fundiário assim se mostra como determinante nas relações sociais capitalistas:

> "[...] proprietário das terras desempenha certo papel no processo capitalista de produção, pela pressão que exerce sobre o capital, por ser a grande propriedade fundiária (que despoja o trabalhador de seus meios de produção) condição prévia da produção capitalista, mas sobretudo por personificar ele uma das condições mais essenciais da produção." (MARX, 1968, p. 943)

Assim, esta sociedade põe a trabalhar aquele que, em troca de uma renda para si, o salário, passa a ter que trabalhar para garantir a renda dos demais, a mais-valia: a do capitalista na forma de lucro, e a do proprietário da terra, como renda fundiária. Esta é a coesão reprodutiva de todas as rendas do capital que Marx nos traz, que explicará a importância daquilo que sob a atual sociedade falsamente parece fazer o mundo funcionar, o mundo da mercadoria. Como já não basta o trabalho para garantir a sobrevivência daquele que efetivamente trabalha, além do pagamento em trabalho ao dono da terra como na

sociedade feudal, é preciso algo mais para também garantir a renda do capitalista, e ela se dá pela mercadoria:

> "um excedente em produtos em sua forma natural já não basta; ele precisa ser transformado dessa forma natural para a forma-dinheiro [...] agora parte de seu produto precisa ser transformada em mercadoria, ser produzida como mercadoria." (MARX, 1983, p. 255)

A terra, assim apropriada de forma específica já não pode se conformar como um domínio dos senhores feudais. O capitalista precisa encontrar o espaço para as mercadorias, precisa encontrar o seu próprio espaço. E será nas antigas cidades medievais que encontrará as condições preliminares para o desenvolvimento do mundo da mercadoria, com suas feiras e mercados fora do domínio feudal. A partir daí, tais cidades se transformarão e se adaptarão à cidade do domínio das mercadorias, não só com seu comércio, mas também com seus bancos e serviços, que logo concentrarão não só a comercialização, mas também a produção e a moradia, em uma constante busca da estrutura que melhor permita os menores custos e os maiores lucros, em um processo contínuo em que o espaço é apropriado para a centralidade produtiva, para a formação da mais-valia na terra urbana, bem como para sua realização e para sua distribuição:

> "A formação da mais-valia pelo trabalho e pelo sobretrabalho [...] A realização da mais-valia [...] vender para realizar o lucro [...] A distribuição da mais-valia [...] bomba aspirando mais-valia na massa [...] a burguesia explora o conjunto da sociedade." (LEFEBVRE, 1999, p. 138)

Toda a cidade assim se transforma para adequar a produção capitalista de mercadorias, se estrutura continuamente segundo uma coerência que é a da mercadoria. Quando Lefebvre

nos esclarece tal transformação da cidade, não é simplesmente para contar uma história do espaço, e nem mesmo para nos dar uma explicação de como se dá o modo de produção capitalista que toma o espaço como uma mera base concreta de seus meios de produção. Ele quer fazer avançar o nexo fundamental da reflexão de Marx por meio do espaço:

> "A extensão do capitalismo generaliza a análise crítica, feita por Marx, de sua constituição "trinitária". Definir esta extensão pela troca generalizada unicamente no "mundo da mercadoria", isso não é suficiente; é reduzi-lo unicamente ao mercado mundial, já constituído no tempo de Marx." (LEFEBVRE, 1999, p. 177)

O que Marx queria ao expor a fórmula trinitária foi ir além da compreensão de como se dá a produção sob o capitalismo, como procuravam fazer os economistas clássicos de sua época, ele queria compreender como o capitalista se reproduz socialmente com base no fetiche da mercadoria:

> "Quando a fórmula capital [...] essa trindade econômica, passa a configurar a conexão entre as partes componentes do valor, da riqueza em geral e as respectivas fontes, completa-se a mistificação do modo capitalista de produção, a reificação das relações sociais, a confusão direta das condições materiais de produção com a determinação histórico-social dessas condições; é o mundo enfeitiçado, desumano e invertido."
> (MARX, 1968, p. 952)

Por sua vez, para Lefebvre, o espaço, mais do que uma mercadoria que entre as demais se compra e vende, sob o capitalismo ele adentra também a reprodução das relações sociais de produção, até atingir a escala que hoje vivenciamos de uma sociedade com mais de 50% do mundo morando em cidades. Se-

gundo ele, o capitalismo que se estendeu ao mundo "subordinando a si, como Marx o havia concebido, as forças produtivas antecedentes e transformando-a para seu uso", também constituiu novos setores de produção, como o lazer, a vida quotidiana, a urbanização. Por estes dois processos chega a ponto de produzir o espaço em escala mundial (LEFEBVRE, 1999, p. 176-178). Repitamos, no processo de subordinação das forças produtivas e na transformação para seu uso, o da troca, Lefebvre introduz a reflexão sobre o espaço como mais do que um mero espaço físico que recebe a produção, mas que se transforma também em produtor, que também adentra a reprodução das relações sociais de produção.

Para garantir a função da troca, aquela do domínio do mundo das mercadorias, o espaço, no qual já não cabe aquela forma antiga da cidade de origem feudal, exige uma nova forma, a forma urbana, para permitir que ele também adentre as relações de troca, ele também como produtor, o urbano como estratégia para a reprodução das relações sociais de produção.

Esclarecida esta base interpretativa, passemos para a atualidade, para como se dá a relação terra-trabalho sob o domínio social do capital financeiro, que diretamente se relaciona à especificidade de nosso objeto de estudo[13]. Hoje, sob o domínio do capital financeiro, o espaço adquire um novo patamar para a acumulação capitalista, é ele que garante a sua sobrevivência, a ele a economia globalizada tem recorrido para resolver suas crises e garantir seus níveis de acumulação, não só buscando no mundo inteiro trabalhadores que custem menos à folha de pagamento, ou nos menores custos possíveis pelos avanços tecnológicos, tais como nos transportes, mas predominantemente em investimentos no mercado imobiliário:

> "But the urban process has undergone another transformation of scale. It has, in short, gone global. Property-market booms in Britain and Spain, as well as in many other countries, have helped power a capitalist dynamic in ways that broadly parallel what has happened in the United States." (HARVEY, 2008, p. 30)[14]

13 Lefebvre traz ao longo de várias obras como se deu a subordinação do espaço ao capital para a apropriação da lógica da mais-valia, como em "A produção do espaço" (La production de l´espace, 2000), "A cidade do capital" (1999) e "Espaço e Política" (2008). Nota-se que esta sua interpretação influenciou vários estudos importantes sobre o capitalismo contemporâneo, tais como de David Harvey, Mark Gottdiener e de Neil Smith.

Segundo Mattos, esse processo que adentrou também a América Latina nos últimos 30 anos, significa uma diferença em relação aos processos anteriores de apropriação do espaço pelo capital, diferenças tanto quantitativas quanto qualitativas:

> "el fenómeno solamente puede entenderse en el marco de la creciente movilidad del capital producida por la globalización financiera que comenzó a procesarse e intensificarse en las últimas décadas del siglo pasado, y se profundizó bajo los efectos combinados de las nuevas tecnologías de la información y la comunicación y la aplicación de políticas de liberalización económica, desregulación y apertura externa." (MATTOS, 2007, p. 83)

Consequência da política econômica neoliberal, este autor enumera assim três tendências desta nova fase do capitalismo que se foca nas intervenções urbanas, que se pode hoje dizer que se tornaram regra: flexibilização das regras da economia mundial, cujos investimentos se focam no setor imobiliário; neutralização do Estado na planificação urbana, ao mesmo tempo que a ele é destinado o papel de garantir vultosos subsídios econômicos; utilização da estratégia competitiva do "city marketing" (MATTOS, 2007, p. 83). Isto resultará no discurso das cidades globais, nas adequações urbanas para os grandes eventos mundiais (como as copas e as olimpíadas), nos projetos de grife de grandes arquitetos.

É neste contexto que também se insere a reformulação de antigas áreas centrais no mundo inteiro, tal como ocorreu em Barcelona, em Puerto Madero (Buenos Aires), tal como vem

14 Tradução livre: "Mas o processo urbano foi objeto de uma transformação de escala. Em suma, tornou-se global. O mercado imobiliário expande-se na Grã-Bretanha e na Espanha, assim como em muitos outros países, alimentando uma dinâmica capitalista de forma que, grosso modo, tem paralelo com o que tem acontecido nos Estados Unidos."

ocorrendo no centro de São Paulo, com maior ênfase a partir da década de 1990. Smith encontra esta lógica desde a década de 1960, na Philadelphia, nos Estados Unidos:

> "O momento desta reestruturação espacial, portanto, está intimamente relacionado à reestruturação econômica que ocorre durante as crises econômicas, como aquelas que a economia mundial experimentou a partir do início dos anos 1970. Uma economia reestruturada compreende um ambiente construído reestruturado." (SMITH, 2007, p. 26)

A reestruturação destes antigos centros, que justificam a demolição de quadras inteiras, ao final traduzem a solução de uma contradição do próprio capital:

> "Para superar barreiras espaciais e 'anular o espaço pelo tempo, criam-se estruturas espaciais, que, no fim, agem como barreiras contra a acumulação adicional [...] é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação." (HARVEY, 2005, p. 53)

No caso de São Paulo, a tendência de reestruturação de Mattos, segundo Pereira (1997), alterou a lógica de atuação da centralidade industrial que até os anos 1980 criou a periferia autoconstruída segundo a antiga dualidade centro-periferia. Há uma reestruturação do setor imobiliário[15] que acaba por direcionar os usos urbanos para a forma condominial (shopping centers, centros empresariais, condomínios residenciais, entre outros) elevando o preço da terra e, simultaneamente, ampliando o leque daquele que pode pagar, que no caso da moradia para a camada pobre da população materializa-se nas periferias cada vez mais distantes da metrópole ou no adensamento, na verticalização de favelas e no centro em quartos de cortiços e quitinetes para famílias inteiras:

> "A ação combinada destes processos [agravamento da pobreza e retração da solução tradicional da moradia] na população teria provocado o adensamento demográfico e a maior participação da população de baixa renda nas áreas mais centrais da metrópole." (PEREIRA, 1997, p. 1485)

Este espaço reestruturado que se apresenta como uma grande unidade homogênea da reprodução do capital ao menos na escala da América Latina, ao mesmo tempo traz sua contradição maior, sua fragmentação, pois os usos do urbano que se encastelam generalizadamente em condomínios resultam na segregação social e espacial, cuja desigualdade social só faz resultar na violência urbana, ou seja, segue a hierarquia de uma centralidade política e econômica que no viés urbano lefebvriano significa trazer de roldão todo um entorno desprovido de urbanidade. Contradição que se dá na escala global: as chamadas "cidades globais" igualmente surgem para domínio de regiões inteiras, e mesmo de vários países, mas sem se conformar como força produtiva nacional, mas sim da economia globalizada[16].

1.2. O sujeito do urbano na cidade do capital

Como fica o trabalho nessa apropriação do urbano pela sociedade da mais-valia? Na fórmula trinitária de Marx, antes de ser apropriado por qualquer domínio social, como "atividade despojada de toda forma social e de toda especificação, em sua existência natural pura sem depender da sociedade, separada de todas as sociedades", como atividade fica "reduzida a

15 Segundo Pereira, a noção de reestruturação imobiliária é a síntese de uma mudança urbana de valorização local ligada à dimensão global da acumulação; que reúne as dimensões sociais e espaciais como unidade da dinâmica imobiliária e da hierarquia produtiva; que define o imobiliário como forma particular de sobrevida da acumulação (2006).

16 Segundo Smith, "as verdadeiras cidades do século XXI seriam aquelas grandes metrópoles que simultaneamente emergem como motores de produção não de economias nacionais, mas da economia globalizada [...] cidades com os maiores crescimentos populacionais são também aquelas das maiores expansões industriais". (LEFEBVRE, 2003, p. XX, tradução nossa)

manifestação e afirmação da vida comuns ao homem ainda não social e ao homem, seja como for, socialmente determinado" (MARX, 1968, p. 936). Ou seja, o trabalho do homem sempre é socialmente determinado, e na forma específica do capitalismo, seu "dono e vendedor da força pessoal de trabalho, o trabalhador recebe com o nome de salário fração do produto [...] trabalho necessário para manter e reproduzir essa força de trabalho, sejam as condições dessa manutenção e reprodução pobres ou ricas, favoráveis ou desfavoráveis" (MARX, 1968, p. 943). E como já se disse anteriormente, por este homem social que trabalha, as demais frações constituem-se nas rendas dos demais, não só do proprietário fundiário, como já o fazia no feudalismo na forma da corvéia, mas sob a modernidade também a do capitalista.

Na transição destes períodos históricos esta mudança na formação das rendas significaram um forte estranhamento no cotidiano desse que trabalha. Thompson ao estudar as revoltas sociais na Inglaterra do século XVIII (1989) lembra que a "plebe" manifestou-se para garantir seu alimento básico, o pão e a farinha, não por força de alguma organização preliminar dos primeiros operários como um protossindicalismo, nem por um desespero de fome, mas por força do costume, de uma "economia moral". A questão era que não fazia sentido se encontrarem disponíveis para venda pela produção local ao mesmo tempo em que a plebe passava fome, simplesmente porque não estava acessível para sua renda, pois mercados externos pagavam melhores preços, conforme a nova economia de mercado:

> "La economía de los pobres era todavía local y regional, derivada de una economía de subsistencia. El grano debía de ser consumido en la región en la cual se cultivaba, especialmente en épocas de escasez. La exportación en épocas de escasez suscitó un profundo disgusto durante varias centurias." (THOMPSON, 1989, p. 89)

Este estranhamento significou uma especificidade não só social, mas também espacial. Tais revoltas surgidas devido à alteração de toda uma lógica da economia cotidiana em torno do mercado, contraditoriamente em si dependia de uma condição espacial que acabava por unir os trabalhadores que antes se encontravam dispersos nos feudos:

> "Ahora bien, si el mercado era el punto en el que los trabajadores sentían con mayor frecuencia que estaban expuestos a la explotación, era también el lugar – especialmente en distritos rurales o en distritos fabriles dispersos – donde podían llegar a organizarse con más facilidad. La comercialización (o la "compra") se hace progresivamente más impersonal en una sociedad industrial madura. En la Inglaterra o la Francia del siglo XVIII (en regiones del sur de Italia, o de Haití, o de la Índia rural, o del África de hoy) el mercado permaneció como nexo social tanto como económico." (THOMPSON, 1989, p. 131/132)

Portanto, a centralidade possível no mercado foi uma das condições da revolta. Mas como bem nos lembra Lefebvre, este espaço não se forma por força do próprio mercado que surgia. Ele pré-existia residualmente no mundo feudal. O que surgia de novo era o urbano que tomava para si esta característica da centralidade, o que permite uma simultaneidade de fatores:

> "Ele não se define tão-somente por esse aspecto: lugar de passagens e/ou de trocas [...] intervém na produção e nas relações de produção [...] Elude-se a problemática, evitam-se questões cruciais (por exemplo, as do centro e da centralidade, implicando o risco de ratificar seja a degradação dos centros, seja sua consolidação "elitista" e autoritária)." (LEFEBVRE, 2004, p. 52-53)

O capital se apropria do urbano porque este contém características que melhor reproduzem a lógica da troca. Mas mais do

que o espaço do mercado, o urbano implica também a apropriação por um uso. Como a terra é apropriada privadamente, quando toda a produção tem que garantir também a renda deste proprietário, não faz sentido o uso do urbano ser o da apropriação também do trabalhador. Muito pelo contrário:

> "pela preponderância no preço de monopólio em muitos casos, especialmente na exploração desavergonhada da miséria [...] e o poder descomunal a que essa propriedade fundiária dá origem, quando reunida na mesma mão com o capital industrial, habilita este a praticamente excluir da Terra, enquanto sua moradia, os trabalhadores em luta pelo salário." (MARX, 1983,p. 237)

Um outro meio em que o trabalhador poderia incorporar parte da mais-valia que ele mesmo gera seria no momento da sua distribuição feita pelo Estado, que não só normatiza a divisão das rendas, mas também o atendimento das "necessidades sociais". Porém:

> "seriam asseguradas, estritamente, no mínimo. O máximo (possível) do sobreproduto social iria para os investimentos e conseqüentemente para os "usos" desses investimentos produtivos, facilitando a acumulação e as previsões de investimentos."
> (LEFEBVRE, 1999, p. 158)

É o Estado que viabiliza toda a infraestrutura para a realização da mais-valia por meio dos impostos. A riqueza desta mais-valia até permitiria visualizar no urbano a sua conversão em benefícios para toda a sociedade, e o desenvolvimento das forças produtivas com os avanços tecnológicos, de fato fizeram Marx visualizar estes benefícios constituirem o mundo do não-trabalho. Mas este mundo e nem aquele urbano não se realizam, pois é apropriado privadamente. O urbano que poderia ser o lugar do ócio assim se reproduz de modo fragmentado, autodestruindo-se (LEFEBVRE, 1999, p. 179-180).

O sujeito do urbano hoje, assim longe de ser a utopia da luta do operariado, ainda é aquele que na Revolução Francesa tomou o poder da oligarquia, a classe burguesa. Ela toma o espaço e o reformula de acordo com suas estratégias. As intervenções de Haussmann em Paris são o marco definitivo da produção de seu espaço, o espaço do capital:

> "Desde entonces, la estrategia haussmanniana se ha ido extendiendo y agravando [...] La clase obrera se ha visto sometida a manipulaciones en la zona espacial, pues existe una política del espacio, cada vez más activa, cada vez más consciente y deliberada. El espacio se ha tornado instrumentalista. Lugar y medio en el que se despliegan estrategias, donde se afrontan, el espacio ha dejado de ser neutro, tanto geográfica como geométricamente, desde hace ya mucho tiempo." (LEFEBVRE, 1976, p. 152)

A história da urbanização no Brasil e na América Latina também incorporou tal lógica no processo de desenvolvimento urbano. Em São Paulo, a elite cafeeira e seus anseios europeizantes nas primeiras décadas do século XX importava não só trabalhadores europeus, mas arquitetos herdeiros de Haussmann, como Bouvard e Cochet, para projetar seus novos espaços que já não cabiam no núcleo central original (Oliveira, 2008). Posteriormente, a lógica industrial cunhará o chamado crescimento periférico das principais cidades, tais como São Paulo, Buenos Aires e Santiago. A mudança da economia agrária e extrativa para a industrial levaram às altas taxas de crescimento populacional destas cidades. Altos investimentos direcionaram-se para o sistema de transportes, para o fornecimento energético,

enfim, para toda a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das indústrias. Como se sabe, aos trabalhadores que já não dispunham do aluguel barato dos quartos de cortiços localizados próximos ao centro, como acontecia nas primeiras décadas do século XX, restava as demais áreas distantes e sem investimentos em infraestrutura, nos loteamentos clandestinos.

Com tamanho afluxo populacional o Estado não tem como se omitir e até constrói conjuntos habitacionais nessas próprias periferias, mas as precárias condições urbanas acabaram por gerar as mobilizações sociais que reivindicavam equipamentos como creches, escolas, atendimentos de saúde, e até a infraestrutura básica de abastecimento de água, esgoto e iluminação. No Brasil e em especial em São Paulo, são os chamados Movimentos Sociais Urbanos, que se juntavam às greves metalúrgicas na virada dos anos 1980, conjunção que Kowarick chamou de "fusão de lutas sociais" (2000). Esta parecia concretizar a revolução operária prevista por Marx, um novo sujeito político parecia surgir e instituir o Direito à Cidade de Lefebvre. Traduzia demandas comuns que conformaram uma "aglutinação dos percursos cotidianos" (KOWARICK, 2000, p. 71), que permitiram enfrentar tanto a exploração nas fábricas quanto as dificuldades para sua reprodução nas suas moradias periféricas. No entanto, em vez do novo sujeito, a urbanidade que efetivamente conquistaram ao estruturar bairros inteiros realizou-se nos anos 1990 como a subjetividade do "cidadão privado" e do "subcidadão público", que de dentro dos muros de suas casas limita seu papel político ao voto no dia das eleições (KOWARICK, 2000, p.81).

Em um diagnóstico semelhante, Borón (2001) faz uma avaliação após 20 anos de capitalismo democrático na América Latina: "a sociedade atual, forjada com os golpes das politicas de ajuste e estabilização e sob a conduta espiritual do neoliberalismo, é mais desigual e injusta que a que lhe precedeu", resultando em

algumas consequências:

> "[...] velhos direitos se converteram em inatingíveis mercadorias; as precárias redes de solidariedade social foram demolidas por conta da fragmentação social gerada pelas políticas econômicas ortodoxas e pelo individualismo promovido pelos novos valores dominantes; os atores e as forças sociais que no passado canalizaram os desejos e as necessidades das classes e camadas populares – os sindicatos os partidos populistas e de esquerda, as associações populares etc. – enfraqueceram-se ou simplesmente foram varridos do cenário." (BORÓN, 2001, p 306)

Retomando o questionamento de Telles, colocado desde que a interpretação lúcida de Oliveira em "Crítica à razão dualista" esclareceu em definitivo a relação capital-trabalho sobre o desenvolvimento social e urbano brasileiro: "[...] então com quais parâmetros, ou a partir de quais parâmetros, colocar sob perspectiva crítica o atual estado de coisas?" (2005, p. 7). Nesta busca Kowarick cita o domínio da influência da sociologia urbana francesa de Castells, cuja base é estruturalista, que ele mesmo se baseou durante a década de 1980. Ela precisou ser revista à luz do que observava na prática social dos trabalhadores das periferias, o que exigia pensar o processo de produção de experiências, ligada à historiografia marxista inglesa de Thompson (2002). Borón denuncia que, se antes houve este acento unilateral de viés crítico materialista na análise social, também unilateralmente foi substituída por uma visão espiritual culturalista pós-moderna. Fica o desafio de reunir estas grandes linhas de análise, que não ignore o peso das estruturas sociais globalizadas e que ao mesmo tempo contemple a escala local da produção das experiências dos indivíduos. Ou seja, o entendimento de um outro possível sujeito politico hoje exige que se entenda as condicionantes macroestruturais, tais

como o papel do Estado, o modo de produção e os conflitos sociais, mas também que se considere os interstícios em que concretamente atuam os sujeitos da transformação. Por mais que o pragmatismo pareça ser um retrocesso na luta política, há uma condição concreta de extrema necessidade em que se encontram os que deveriam configurar os sujeitos políticos. Por mais reformismo que possa parecer, mesmo o alto nível crítico de Borón (2001) reconhece a necessidade de considerá-lo.

Para Harvey a resposta está em uma análise intra e interescalar em que uma diversidade de processos locais reproduzem-se sobre as diferenças geográficas produzidas pela economia globalizada, ao mesmo tempo em que a riqueza das condições históricas locais significam diferentes reações que podem multiplicar-se globalmente (HARVEY, 2000, p. 113). Ele observa a conquista pelo "salário vital" em Baltimore, para pensar as formas de ação[17]. É neste que ponto que Harvey introduz sua proposta em torno do "corpo". É ele a fonte da manifestação de necessidades objetivas vitais, é também fonte da subjetividade que o insere como sociedade:

> "O corpo laboral é, portanto, um lugar de resistência, que alcança uma dimensão política por meio da capacidade política dos indivíduos de atuar como agentes morais. Tratar a questão desse modo não significa reverter a algum desenfreado individualismo, mas sim sustentar, como faz o *Manifesto*[18], que a universalidade da luta de classes se origina com a particularidade da pessoa, e que a política de classe deve voltar a se transferir para essa pessoa de modo significativo."
> (HARVEY, 2005, p.215)

A questão é como se dá o salto da necessidade objetiva para uma subjetividade coletiva. Apesar de todas as manifestações dos trabalhadores desde a década de 1980, não se pode falar

17 O "salário vital" é o conceito origem do salário mínimo durante o New Deal. Foi reconquistado em Baltimore em 1995, seguido de outras cidades, após perceberem os efeitos trágicos do rebaixamento dos salários devido à flexibilização das regulações trabalhistas iniciado no final dos anos 1960. Após a fracassada estratégia de geração de emprego por processos de revitalização a luta focou-se no "salário vital" como um princípio ético. (Harvey, 2004, p. 172-176)

18 Harvey refere-se ao Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels publicado em 1848.

em mudanças estruturais, pois a pobreza e a violência urbanas só aumentaram no nível global, por mais que os avanços nos direitos humanos universais sejam reconhecidos pela maioria. Os sindicatos de trabalhadores e os partidos políticos já não garantem qualquer avanço nas lutas sociais. Não se nega que as manifestações sociais existem, mas encontram-se fragmentadas e parecem distantes da dimensão que os problemas sociais atingiram.

Telles sugere olhar a velha categoria da mobilidade urbana, categoria que permite entender a dinâmica dos sujeitos, que explicitam "processos multifacetados por onde diferenciações sociais vão se desenhando, ganhando forma e materialidade nos espaços das cidades" (2005, p. 23). Este olhar conflui no enfoque espacial urbano sobre a produção social que aqui nos propomos ao tomarmos a premissa lefebvriana do espaço como produto e como produtor. Neste sentido, há um fundamento de difícil superação. Marx já nos deixou claro que a superação da exploração do trabalho nessa sociedade passa pela supressão da propriedade fundiária, e as análises estruturais atuais deixam claro que o horror da atual forma de urbanização disto é resultado. Como consequência:

> "as advertências, as críticas encontram pouco eco. A posse não tem sido destituída; ela não perdeu seu lugar, nem mesmo seu prestígio. A pressão prática e ideológica da propriedade privada (a da terra, se junta à dos capitais) cega os dirigentes, os próprios intelectuais; ela obscurece a imaginação dos arquitetos, dos urbanistas."
> (LEFEBVRE, 1999, p. 168)

1.3. Representações e subjetividade no espaço urbano

Se o espaço urbano incorpora a lógica da troca para sua apropriação pelo capital, e o sujeito parece esvaecer nesse urbano, como pensar um horizonte de futuro? Como suprimir a propriedade fundiária? Antes de focar no que Telles chama de mobilidade urbana dos sujeitos, ou de modo mais amplo no enfoque espacial produtivo urbano de Lefebvre, é preciso compreender o que explica socialmente tal domínio do capital a espraiar sua lógica da mercadoria, desde os primórdios da rivalidade inicial do poder entre o campo e as cidades, seguindo até hoje em sua reprodução crescente pelo espaço no mundo inteiro, independente das condições específicas de cada local. É preciso compreender "a pressão prática e ideológica da propriedade privada".

Kurz, apesar de não lidar com o espaço e muito menos com o urbano, nos fornece uma indicação que em parte ajuda a entender o esvaecimento do sujeito na atualidade, naquilo que classicamente é entendido como luta de classes:

> "Em Marx mesmo, ao contrário, o plano imanente da teoria é possibilitado justamente pela crítica radical do valor enquanto valor. O conceito de fetichismo é a categoria central dessa crítica, ascendendo do fetiche da mercadoria aos fetiches do dinheiro, do capital, do salário, do direito e do Estado. No fundo, todas as categorias sociais da modernidade são aqui submetidas a crítica radical [...] O Marx dos operários e da luta de classes cai em desgraça, mas o crítico radical do fetichismo e da forma-valor continua de pé e só agora passa a ser efectivo." (KURZ, 1997, p. 25)

No entanto, Lefebvre percebe a necessidade de introduzir um deslocamento na consideração do fetiche por Marx:

> "Marx ve a veces esa sociedad [...] tan poco sólida como un juego de reflejos (las "superestructuras"), apariencias e ilusiones mantenidas únicamente por la violencia. Con empujar un poco, se derrumbará [...] pero durante ese período de espera y de acción, la sociedad construida sobre la medición y la cuantificación de todos los elementos de la práctica se desplegaba y se consolidaba, no sin crisis y periodos críticos. Lo cual no hubiera debido sorprender a los marxistas pues tenían en mente la explicación teórica, pero los decepcionaba porque esperaban otra cosa." (LEFEBVRE, 1983, p 36)

Apesar da dimensão materialista de toda sua análise sobre o capital, o fetiche estaria sendo desdenhado demais por sua característica abstrata, pois seria algo danoso a ser totalmente negado, nada tendo a contribuir:

> "Para Marx, la representación no parece ser sino una apariencia cosificada (fetichizada). No sabe [...] que en una palabra la abstracción desplaza las cosas, los productos, las relaciones, las obras; los sustituye volviéndose socialmente concreta." (LEFEBVRE, 1983, p 33-34)

Sem dúvida, o jogo de equivalências que há por trás da mais-valia, dificulta ao operário compreender com clareza os mecanismos de legitimação e dissimulação que o faz aceitar ser explorado, mas mais do que um problema de fetiche, por trás há a representação que permite uma interpretação mais ampla, pois nos faz compreender os mecanismos da criação do valor de troca, que antes de ser valor é uma valoração que leva às ações que adquirem uma dimensão concreta:

> "Por lo que hace a Nietzsche y a su aportación, quizá

> quede por decir lo esencial. Establece una relación entre valoración y representación, permitiendo de ese modo comprender lo que escapa de una teoria demasiado intelectualista, que acerca la representación a la ideología y a la simple abstracción[...] Para que algún objeto se valore o se deprecie, tiene que estar representado."(LEFEBVRE, 1983, p. 54)

E continua Lefebvre em seu raciocínio baseado em Nietzsche, segundo o qual o valor:

> "comporta una apreciación y una medición [...] El "plantear en la representación" es el punto de referencia necesario para guiar el ver y el actuar motivado por ese objetivo [...] componente de una actividad que impulsan las energías más poderosas, las que hacen el devenir. Sin magia. Únicamente por la concatenación de las transiciones y de las decisiones." (1983, p. 56)

Diante desta reformulação lefebvriana, é preciso então nos determos para compreender como ele reformula os nexos tradicionalmente construídos com base no fetiche. Se a representação guia o ver e o atuar, ela permite compreender a subjetivação que se concretiza no espaço, uma vez que consideramos o espaço como produto e como produtor, como parte da reprodução das relações sociais de produção. Se há possíveis mudanças nesta reprodução, como a hipótese desta tese, é porque há alterações nas valorações sociais, reformuladas por alguma presença diferencial, ligada a novas e/ou reformuladas representações, portanto outras apreciações e mediações. E como nos diz Lefebvre, "sem magia", simplesmente porque elas permitem compreender processos transitórios que levam a decisões diferenciadas, um possível devir.

Mas como se dá a constituição das representações? Como processo da ação da subjetividade, para Lefebvre são construídas no cotidiano: "El análisis se refiere a lo trivial, lo común – aspecto de lo cotidiano – apartando la filosofía que ignora lo cotidiano" (LEFEBVRE, 1983, p. 199). A chamada "consciência de classe" assim não surge pelo simples fato do sujeito pertencer a uma classe a qual se diz em discurso que é explorada. Ela se constitui por um movimento particular que o faz sentir em sua vivência, por meio de um corpo cuja presença é que recebe as influências do mundo, da sociedade. O corpo assim:

> "se afirma aparte de la conciencia que lo habita [...] Fuera de esos momentos se deja olvidar sin abandonar su cualidad: la presencia. Lo mental acepta las palabras con su cortejo de representaciones, que le llegan de fuera (de la sociedad) [...] Cada órgano del cuerpo con su funcionamiento y sus trastornos, da lugar a una representación en el seno de una ´corporeidad´ proveniente de la primera naturaleza y de un origen a la ves desconocido y representado." (LEFEBVRE, 1983, p. 200-201)

Como falamos de uma sociedade cujas concepções são as da mais-valia, seu sujeito constrói suas representações segundo um movimento dúbio:

> "El ´Yo´ (sujeto) no se representa a sí mismo y a los demás sino por sus ´propiedades [...] Sin propiedad, el ´sujeto´ no es sino abstracción vacía, hueca [...] ¿En qué consiste el movimiento dialéctico? En que hay contradicción entre la *apropiación* (en el sentido amplio que incluye el saber y la ´cultura´) y la *propiedad* (*privada*, o sea que implica una *privación*) [...] La orientación y el horizonte evocados aquí suponen un movimiento que atraviesa las representaciones más o menos elaboradas y resuelve el conflicto entre el ´yo´ y sus objetos." (LEFEBVRE, 1983, p.170)

Isto, sobre o espaço significa a materialização em uma cidade em que se misturam os respectivos valores, tantos os da apropriação quanto os da propriedade, afinal:

> "La ciudad [...] entran en ella múltiples "equipos" [...] se restablece el uso dentro de los intercambios y flujos de intercambios: uso de los lugares, de los cuerpos. Pero en otro nivel se establecen relaciones de dominación [...] Esto supone unas representaciones."
> (LEFEBVRE, 1983, p. 202)

E o que define a dominação, quem organiza o cotidiano e garante o espraiamento da lógica da mercadoria, instituindo-se desde os primórdios da rivalidade inicial do poder entre o campo e as cidades, seguindo até hoje em sua reprodução crescente pelo espaço no mundo inteiro, independente das condições específicas de cada local? Mais propriamente, trata-se do domínio do político, aquele que garantirá a distribuição da mais-valia. Como lembra Harvey sobre a análise do poder político em Arendt: "a acumulação interminável do capital requer a acumulação interminável de poder político" (HARVEY, 2004, p. 112-113). O poder que socialmente se aceita é aquele do papel do Estado, que é quem define todas as normas de organização social.

É pelo Estado que se garante o poder com base na propriedade privada: "o sistema contratual (jurídico), que o Estado mantém e aperfeiçoa enquanto poder (político), repousa na propriedade privada, a da terra (propriedade imobiliária) e a do dinheiro (propriedade mobiliária)" (LEFEBVRE, 1999, p. 138). Mesmo que sob o neoliberalismo o Estado pareça ser deixado de lado, é ele que regula e garante a própria desregulamentação em benefício do poder da propriedade, portanto do proprietário fundiário e do capitalista. É o Estado, portanto, que garante a hegemonia desse poder que é de uma classe: "Tudo serve para legitimar, para entronizar uma ordem geral, que corresponde à

lógica da mercadoria, a seu "mundo" realizado à escala verdadeiramente mundial pelo capitalismo e pela burguesia" (LEFEBVRE, 2004, p. 42). Tudo serve um poder supostamente do Estado que, como Marx desvendou na fórmula trinitária, é o poder de uma classe que encobre a exploração sobre aquele que efetivamente trabalha.

Se o Estado é quem assim garante a cidade sob o domínio da propriedade segundo os valores que são os da troca, como refletir, nesta mesma cidade, sobre valores diferenciais, os do uso? Assim como Lefèbvre introduz as representações para esclarecer de modo mais amplo os mecanismos do fetiche, Lourau faz o mesmo em relação ao Estado[19] :

> "¿Én qué sentido ocultan la verdad las explicaciones economicistas habituales? En la medida en que anteponen el principio de equivalencia restringido a la mercancía, y no el principio de equivalencia ampliado antes del conjunto de formas sociales." (LOURAU, 1980, p. 83)

Ele quer dizer que antes que o Estado se constitua em uma instituição social há o movimento dinâmico que o constitui e justifica, o da institucionalização:

> "Los tres momentos del concepto de institución (universalidad de la ideología, particularidad de la base social y singularidad de la base material) permiten, más que una descripción un análisis explicativo... La institución no es una "cosa (versión sociologista) ni un fantasma (versión psicologista), sino un proceso: el movimiento de las fuerzas históricas que hacen y deshacen las formas." (LOURAU, 1980, p.78)

E as forças históricas que definiram o Estado como instituição que garante a sua própria presença hegemônica foram regidas pela classe burguesa, segundo suas próprias estratégias:

19 Não por acaso Lourau e Lefebvre introduzem um mesmo movimento para a reflexão teórica, não no sentido do espaço, mas na reflexão dialética que marca sua obra: "... el magnífico programa descrito por Lefebvre es en realidad rigurosamente inaplicable si los "lazos", "transformaciones", "movimientos" y "contradicciones" del conocimiento no son puestos al día dentro del análisis de las relaciones entre el sujeto y el objeto del conocimiento y si, dentro de un mismo movimiento de disolución del saber instituido como actividad elitista inscrita en la división del trabajo, no cede poco a poco su lugar a la investigación colectiva, a la producción del saber social realizada por todos, no por uno. En breve, a la socialización de la dialéctica". (LOURAU, 1980, p. 90-91)

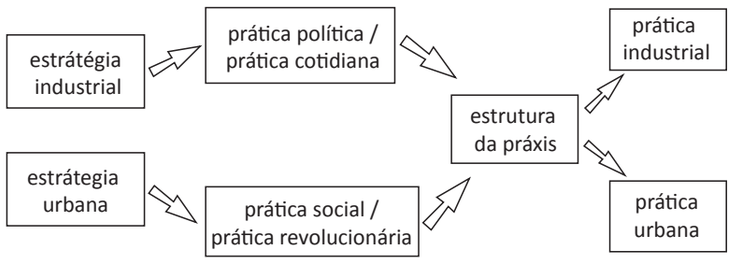
> "El principio de equivalencia, ampliado a todas las formas sociales significa que lo estatal, potencia de legitimación de la institución al mismo tiempo que resultado de todas las legitimidades institucionales, es lo que dirige toda la vida social, toda innovación, todo movimiento y, frecuentemente, incluso la acción revolucionaria, para que las nuevas fuerzas sociales dan nacimiento a formas equivalentes." (LOURAU, 1980, p. 93)

Quando Lourau aqui inclui as ações revolucionárias, é porque ao deitar sua análise sobre as que ocorreram ao longo da história da presente sociedade, notou que todas se curvaram à tendência de institucionalização pelo Estado. Portanto, para superar o jogo de equivalências da troca garantidas como estratégia do Estado, é preciso observar outras equivalências que se buscam instituir, outras representações. Sabemos que já não podem ser as da privação da propriedade, mas as da apropriação presentes no cotidiano urbano. Isto significa notar práticas sociais que já não correspondem às práticas da sociedade da mais-valia, mas que como processo de formação podem instituir-se sob outras formas, segundo estratégias do uso. É o que Lefebvre distingue como práticas dos usos próprios da sociedade urbana:

> "Colocamos, a partir de agora, a noção de estratégia urbana, para a ela retornar. O que implica distinções entre prática política e prática social, entre prática cotidiana e prática revolucionária, ou, noutros termos, uma estrutura da práxis. A prática social é analisada enquanto prática industrial e prática urbana. O primeiro objetivo da estratégia seria o de arrancar a prática social à prática industrial para orientá-la em direção à prática urbana, de modo que esta transponha os obstáculos que barram o seu caminho." (LEFEBVRE, 2004, p. 76)[20]

20 Lembramos que alteramos o uso do termo "sociedade industrial" por "sociedade da mais-valia", conforme justificado na introdução.

Para melhor discernir a diferenciação que Lefebvre sintetiza neste trecho, para diferenciar a prática industrial da prática urbana, pode-se traduzi-lo no esquema abaixo:



Se Lefebvre faz esse esforço de distinguir o urbano do industrial, é preciso que estejamos atentos à utilização dos conceitos urbanos de Lefebvre ao aplicá-los à sociedade da mais-valia. A indústria se apropria do urbano para se desenvolver, e pode-se interpretar que no urbano a prática da mais-valia e a prática urbana atuam diferentemente, ou que a estrutura da mais-valia faz uso das práticas sociais urbanas para se desenvolver, e não que as práticas sociais se apóiam nas práticas da mais-valia. No entanto, há sempre uma sutileza na interpretação lefebvriana: novamente e sempre, o entendimento é dialético. Uma não se apóia na outra ou faz uso da outra, elas interagem e criam um sentido no tempo.

Portanto, focar a análise na prática urbana, ou na mobilidade urbana presente nos experimentalismos propostos por Telles, exige rever a análise pela equivalência da troca regidas pela propriedade privada, para encontrar novo foco sem abandonar a anterior; nas equivalências da apropriação do urbano como constituintes da objetividade buscada por um outro sujeito que teima em se instituir nesse urbano, simplesmente porque, se contínua e crescentemente é excluído como corpo vivo, só lhe resta constituir-se como corpo que usa. Se "o cotidiano portanto não pode ser compreendido sem a

contradição "uso-troca" (valores)", "é sobretudo o uso político do espaço que restitui ao máximo o valor de uso: recursos, situações espaciais, estratégias" (LEFEBVRE, 2000, p. 412).

Um conhecimento possível do espaço que aqui se procura introduzir preliminarmente como apropriação pelo uso do urbano, segundo Lefebvre exige um modo de observá-lo como prática social:

> "A forma corresponde aproximadamente ao momento comunicável, portanto ao percebido. A função se realiza; ela se efetua ou não; ela corresponde ao vivido em um espaço de representação. A estrutura se concebe; ela implica em uma representação do espaço. O conjunto se situa em uma prática social [...] Ora, o uso corresponde à unidade e à junção destes termos que os dogmatismos dissociam."
> (LEFEBVRE, 2000, p. 425-426)

É no entendimento destes termos, portanto, que a partir de uma prática social que se sobressai como um conflito na reprodução do espaço urbano que se procurará apreender as percepções de um possível instituinte do uso. No entanto, se ainda dissociamos o concebido e o vivido, não se dá de modo estanque, mas em termos que os constituem como focos que posteriormente permitirão compreender o percebido, ou seja, que levam à constituição das representações ligadas ao espaço do vivido e do concebido, que levam à apropriação do espaço pelo sujeito.

2. Concebido e vivido na história do Glicério na cidade de São Paulo

Porque quando, quando eu vi que a Prefeitura tava dando em cima, que ía tomar as carrocinhas, aí foi aonde eu fui prá Recifran debaixo do viaduto.
(Dinho)

Foto 2: Operação Limpa de 2006 no Glicério . (FCV, 2006, p. 67)

Esta mudança no trabalho cotidiano deste catador é mais um entre tantos momentos de conflito vivido pelos catadores do Glicério desde os anos 1980. Não fosse a referência a uma entidade fundada recentemente, a Recifran, poderia ter acontecido nos anos 1980 ou nos anos 1990. Também poderia estar acontecendo no bairro de Pinheiros, ou na Granja Julieta[21]. Neste caso faz referência ao ano de 2005, na região deste estudo. Para o catador significou mais um ponto de inflexão em sua forma de trabalho, que representa o contexto espacial e histórico em que se insere a produção do espaço dos catadores do Glicério, como parte da atual forma de reprodução das relações sociais mundializadas que se localizam na cidade de São Paulo. Portanto, falar do espaço do catador significa inseri-lo no contexto mais amplo dos processos espaciais da região central da cidade de São Paulo, que por sua vez implica compreender a mobilização social desta mesma região, geradora dos conflitos que tem aparecido no noticiário cotidiano da cidade.

21 São respectivamente a localização da Coopamare e da cooperativa do mesmo nome de sua localização, a Cooperativa Granja Julieta, que com maiores ou menores dificuldades conquistaram a permanência em bairros nobres da cidade, após grande esforço de mobilização e articulação política.

Falar em região central a princípio exigiria delimitar a área a que nos referimos. Poderia ser uma definição administrativa específica em torno dos subdistritos Sé e República, mas a vida dos catadores perpassa muito pela Avenida Paulista e pelos subdistritos Móoca e Cambuci. Poderia-se ampliar os limites para o chamado Anel Central, que abarca vários distros (Sé, República, Santa Cecília, Bom Retiro, Pari, Brás, Cambuci, Liberdade, Bela Vista e Consolação), mas seria um aumento de área de abrangência como conveniência. A questão não é meramente geográfica, mas ligada ao urbano e ao acúmulo de camadas históricas sobre o catador e a cidade. A centralidade a que nos referimos é a centralidade do urbano tratada por Lefebvre:

> "Não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro. Mais que isso: o espaço urbano se define, já dissemos, pelo vetor nulo; é um espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si tudo o que povoa as imediações: coisas, obras, pessoas. Em cada ponto, o vetor tempo-espaço, distância entre conteúdo e continente, pode tornar-se nulo. O que é impossível (utópico), mas caracteriza o movimento dialético (a contradição imanente) do espaço-tempo urbano."
> (LEFEBVRE, 2004, p. 93)

Este autor lida com a centralidade como um espaço em que um ponto atrairia as coisas para si. No caso da centralidade ligada a uma apropriação social de um espaço do centro, seria a centralidade da cidade de São Paulo que atraiu muitas coisas para si, definindo um conteúdo e aquilo que o contém (o continente), o lugar sobre o qual construiu-se desejos ligados a uma miríade histórica de apropriações sociais quanto àquilo que é objeto das aspirações das relações de produção e propriedade que marcaram e marcam o crescimento de São Paulo.

Trata-se da centralidade do atual conflito social ligada ao vivido do catador e de outros grupos sociais populares que se contrapõem aos interesses do concebido pelo capital financeiro mundializado, que tem se focado na renovação dos centros históricos de algumas grandes cidades.

2.1. Percurso do concebido sobre a centralidade urbana e o Glicério

A mudança trazida à vida deste catador representa um contexto mais amplo de mudanças políticas na cidade. A "prefeitura" a que se refere o catador é a que governava a cidade em 2005, primeiro ano da gestão de uma coligação política mais conservadora do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB e do Democratas - DEM[22], após 4 anos de gestão do partido de esquerda, o Partido dos Trabalhadores – PT. É uma descontinuidade gerada por alterações de interesses partidários e de seus respectivos grupos de apoio, mas que se insere em uma continuidade do instituído patrimonialismo da cultura política e urbana brasileira em que o Estado lastreia processos econômicos que, sob diferentes formas, garantem a acumulação do capital. Como nos diz Smith, "longe de serem acontecimentos fortuitos, esses eventos são parte integrante do ritmo mais amplo da acumulação de capital" (SMITH, 2007, p. 26).

Olhar a história da cidade de São Paulo por seu cotidiano como apropriação do espaço mostra um Glicério inserido na dinâmica urbana de toda a Várzea do Carmo, hoje uma área mais conhecida como Parque D. Pedro II. Isto significa

22 Trata-se do antigo Partido da Frente Liberal – PFL, cujo nome foi alterado em 2007. A citação de partidos aqui é feita em função de uma análise que se baseia nas articulações dos grupos sociais no sentido de construção de uma hegemonia na dinâmica da institucionalização.

Foto 3: Benedito Calixto: *Inundação da Vázea do Carmo*, 1892. Óleo sobre tela, 125 x 400 cm. São Paulo, Museu Paulista - USP.

uma presença urbana muito mais antiga do que consta nos registros que se preocupam com as sucessões de "revitalizações" que marcaram o crescimento da cidade como símbolo da modernidade. Frúgoli (2000) inicia seu estudo sobre a centralidade de São Paulo no século XX, tomando por base inúmeros outros estudos que se focam nos projetos para a cidade. Assim, retoma Grostein, que destaca os anos 1910, em que ocorreram as intervenções do prefeito Antônio Prado; retoma os anos 1920 analisados por Sevcenko, quando a Várzea do Carmo transforma-se no Parque D. Pedro II; continua com Meyer citando o Plano de Avenidas da década de 30. Mas lembra também edifícios importantes que foram concluídos na última década do século XIX, sob projeto do escritório mais conhecido da época, de Ramos de Azevedo, como as "Secretarias da Fazenda (1891) e da Agricultura (1896), o Quartel Tobias de Aguiar (1892)", entre outros (2000, p 49-51). Também nas duas primeiras décadas inicia-se o estudo de Simões Jr. específico sobre "revitalizações de centros urbanos". "Podemos identificar na evolução urbana de São Paulo três momentos significativos de mudanças [...] O primeiro deles, nos anos 10 e 20, quando São Paulo se torna a capital econômica do café" (1994, p. 31).

No entanto, o olhar pelo cotidiano mostra que as diferenças de concepção urbana para a cidade começaram no período histórico anterior, ainda no período imperial. Por um lado, a

pujança do café aparecia como intenção de Estado a definir a cidade:

> João Theodoro Xavier de Mattos[23] (1828-1878) assume o governo da província de São Paulo [...] fundamental para o desenvolvimento paulistano a partir de então. O fato é que o presidente abre 2 novas ruas e prolonga velhas estradas, alarga largos, retifica a várzea do Carmo, reforma e cria jardins públicos etc. [...] com o objetivo expresso de atrair grandes fazendeiros e capitalistas do interior – e os investimentos destes – para a cidade." (FREHSE, 2005, p. 53)

23 Seu governo deu-se no período de 1872 a 1875.

Por outro lado, os usos da cidade definiam-se por outros parâmetros:

> "A presença do negro no serviço doméstico, seja como escravo, seja como liberto, definia a contigüidade do território negro em relação ao espaço senhorial. O espaço das fontes, bicas d´água e rios, onde os escravos domésticos iam buscar água e escravas e forras iam lavar roupa, constituía também nódulos de um território feito de múltiplos pontos de conexão, que acabavam por desenhar um fio invisível ao redor do espaço das casas senhoriais: sul da Sé, largo da Forca, paredão do Piques, bica do largo do Carmo, várzea do Carmo, mercado do Acu, largo do Rosário, tanque do Zunega." (ROLNIK, 1997, p. 62-63)

A consequência foi o confito entre os antigos e novos usos da cidade, destacado por Frehse como o "tempo das ruas" de "fins do Império". Em uma entre tantas notícias que ela traz de um periódico da época, datado de 25 de janeiro de 1879, observamos um curioso problema cotidiano:

> "Queremos falar da remoção diária de lixo, principal-

mente das casas situadas no centro da cidade. Exige a municipalidade que se faça tal despejo em logar determinado da varzea, mas só quem não conhece as actuaes difficuldades, criadas por falta de serventuarios, poderá acreditar que a maioria dos habitantes possa fazer essa remoção com a conveniente regularidade."

Que por sua vez irá refletir em um conflito entre os diferentes usos das ruas da cidade: "isso num momento em que quem transita com cada vez mais freqüência pelas ruas são também pessoas que até então viviam reclusas nos velhos sobrados patriarcais: entre outros, ´respeitáveis senhoras´." (FREHSE, 2005, p . 107,108)

Mesmo o simples hábito de banhar-se no rio revela o conflito entre os velhos e os novos costumes:

> "Em respeito à moralidade publica – Communicam-nos que alguns individuos desabusados, entre elles algumas praças de linha, costumam ir banhar-se em pleno dia no rio Tamanduatehy nas proximidades da rua do Conde d´Eu. Ora estando esta rua actualmente bastante frequentada, acontece que muitas pessoas decentes e mesmo familias sentem-se em posição embaraçosa ao toparem com semelhante espectaculo muito improprio de uma cidade civilisada [...]." (FREHSE, 2005, p. 110-111)

A "várzea" citada no periódico é a Várzea do Carmo e a rua Conde d´Eu é a atual Rua do Glicério, uma entre as várias ruas de um local recém-urbanizado. São as imediações do rio mais importante da São Paulo do Império, o rio Tamanduateí, que aparecem em todos os registros da época como área de trabalho das lavadeiras, local onde os animais utilizados para os diversos transportes da cidade no alto da colina íam matar a sede, aonde muitas pessoas íam banhar-se, entre eles os

estudantes de Direito da Faculdade São Francisco que moravam nas pensões da região. Portanto, não por coincidência, o objeto desta tese é também objeto da trajetória traçada pela autora para explicitar os conflitos cotidianos do período, expressão das mudanças na apropriação do espaço e que tão remotamente evidencia a forma como se pensava o desenvolvimento da cidade.

A mesma forma aparece em outro estudo que se preocupou com o registro dos usos não "europeizados" da elite cafeeira, superando inclusive o fetiche do trabalhador italiano[24] que parece dominar a história do crescimento da cidade no início do século. Nele exacerba-se o tom preconceituoso do então prefeito Washington Luís (1914 e 1919) ao se referir à população da região, não muito diferente de hoje. "Era necessário estabelecer um controle sobre a Várzea, isto é, em nome da limpeza, da saúde e da segurança pública, promover um saneamento, ao mesmo tempo higiênico, social e moral", a ele se contrapondo o "saudável", "belo", "seguro" e "civilizado" projeto do francês Cochet para o que hoje é o Parque D. Pedro II (SANTOS, 1998, p. 90 a 92).

São todas descrições que só vêm a demonstrar como a sociedade da mais-valia não se vê como uma totalidade e acaba por produzir as contradições que terá que resolver. Sem ainda referir-se ao descarte como desperdício de uma sociedade do consumo, o espaço como consumo da economia do café e da industrialização trouxe o problema do descarte e dos costumes coloniais ou populares de uma sociedade em urbanização, que reservou à região o contínuo de um espaço sem valor onde a pobreza poderia continuar a localizar-se:

> "O Vale do Tamanduateí, antiga entrada da cidade, para o qual se voltavam os conventos e os palácios dos governadores dos tempos coloniais [...] se carac-

24 Pereira exemplifica a elegia ao italiano como forma de alimentar o clima "europeizado" por meio da construção dos novos edifícios: "A partir da discriminação preconceituosa do nacional, o mercado de trabalho em formação recompôs uma diferenciação entre os trabalhadores que foi muito marcante na construção. Na verdade, a presença do italiano destruía o estigma contra o trabalhador manual, mas à custa de reforçar o descrédito em relação ao trabalhador brasileiro." (1990, p. 1.4/1)

terizava como área residencial operária e das indústrias nascentes. O lado Oeste, que fora no passado um ´fundo da cidade´ tornava-se área residencial de faixas de alta renda." (LAP, 1995, p. 22)

O lado Oeste é o outro lado da colina, o Vale do Anhangabaú, onde se insere o que Rolnik identificou anteriormente como paredão do Piques, que por sua vez possuía os mesmos usos. E se foi para seu lado que a cidade da elite decidiu expandir-se, os conflitos seriam maiores, como na atual Praça Antonio Prado, início da Avenida São João onde hoje se encontram o Edifício Banespa e da BM&Fbovespa:

> "O desmonte do chamado Centro Velho, que era simbólica e concretamente um território negro, fonte de sobrevivência física e espiritual da comunidade, começou com as tensões advindas das tentativas de retirar as quitandeiras do largo do Palácio ainda em 1877. Há notícias de que em 1893 novos conflitos surgiram porque os moradores do largo do Rosário e "muitos populares" se opuseram à retirada do chafariz - que havia sido ali instalado em 1874 -, forma de obrigar os moradores a instalar em suas casas a rede de água encanada. Foi necessária a intervenção da força policial para a remoção ser executada." (ROLNIK, 1997, p. 67)

Foto 4 : O Vale do Anhangabaú em 1927. (Autor: Guilherme Gaensly. Acervo: Instituto Moreira Salles. Coleção de imagens da Folha de São Paulo)

Com a expansão para além do Centro Velho estes conflitos culminaram com uma demolição e reformulação urbana simbólica do Vale: "As reformas se iniciam em 1903 (antes portanto do que no Rio de Janeiro) com a demolição da igreja do Rosário. A composição do cenário do vale inicia-se com a construção do Teatro Municipal (1903-1911)." (LAP, 1995, p. 32)

Os modelos urbanísticos baseados em parques, propostas importadas de europeus, coroavam o sentido dos anseios do crescimento da cidade. O mesmo Bouvard que atuava no urbanismo parisiense[25], chamado pelo engenheiro da Prefeitura Victor da Silva Freire para o projeto de urbanização da Várzea do Carmo, foi quem desenvolveu as propostas para o Vale do Anhangabaú e para a Praça da República. Ele também "teria realizado estudos para esta companhia imobiliária [a Cia. City] para aquisição dos terrenos no sudoeste da cidade nesse período", enquanto seu colega inglês, Barry Parker, é convidado a projetar seus bairros-jardins, "tornando-se aos 71 anos seu vice-presidente e Freire [...] se tornaria, em 1938, membro da diretoria local da Cia. City" (OLIVEIRA, 2008, p.145).

25 Segundo Oliveira, a partir de 1900 Bouvard tornou-se Inspetor Geral do Departamento de Arquitetura da capital francesa e foi Diretor da Exposição Universal de Paris.

Um uso peculiar ajuda a esclarecer como se deram as continuidades e descontinuidades nessa cidade que crescia, os núcleos de prostituição. Quando as elites já abandonavam os Campos Elíseos por volta de 1910, quando a "Santa Efigênia se encortiçou", esta "passa a suprir de prazer extraconjugal os ricos, enquanto nas vizinhanças do Centro Velho, notadamente no sul da Sé, os prostíbulos eram freqüentados por negros." E enquanto as indústrias prosperavam, "a Leste do Tamanduateí, que se estruturou como setor da cidade ocupado pelos "operários", nos arredores da rua Cruz Branca e depois rua Chavantes, próximo da Estação do Norte, no bairro do Brás, fixou-se a chamada "ralé da prostituição" (ROLNIK, 1997, p. 86-87). O fato é que desde então é para a direção Oeste que se dirige o vetor de localização da elite. Enquanto na Várzea do Carmos os usos mais populares puderam continuar sem grandes conflitos, até a década de 1980.

Outras intervenções se sucederão a partir de então, concebidas pelo Estado, que se iniciam na área central para continuar nas subsequentes novas centralidades do vetor Oeste da

cidade, a reproduzir a apropriação como meio de viabilização da acumulação da mais-valia, a produzir conflitos com os usos existentes. Sem pretender dar conta de todas as intervenções e respectivos conflitos, vejamos agora as principais intervenções do Estado ligadas à região central, desde aquelas que consolidaram as representações tradicionais sobre o centro da cidade como espaço de onde saíram as elites na década de 1950, abrindo espaço para sua popularização, passando por aquelas surgidas nos anos 1990, na onda de "revitalização" gentrificadora[26] de outros grandes centros urbanos sob a chamada globalização, até as mais recentes inseridas em um novo contexto de acumulação sob a predominância da lógica do capital financeiro[27].

Segundo Simões, após as intervenções urbanas de adequação do centro da cidade para a economia do café nas décadas de 1910 e 1920, outra leva inicia-se na década de 1940 e 1950, quando a industrialização definitivamente substitui a influência do ciclo do café e "a fisionomia européia cede lugar à cidade de estilo americano", com os "arranha-céus, grandes avenidas, automóveis", traduzindo "paradigmas da cidade voltada à produção de mercadorias no processo de industrialização" (1994, p. 31).

É o início do período de forte crescimento das grandes cidades brasileiras devido às migrações internas que se direcionavam aos pólos industriais, segundo a lógica funcional rodoviarista de urbanização. Em São Paulo, isto significou uma nova intervenção no Vale do Anhangabaú para transformá-lo no cartão postal da cidade, além de outras praças, o alargamento e/ou alongamento de inúmeras avenidas segundo o modelo radial, todas ações que se justificavam devido ao congestionamento do velho e do novo centro (FRÚGOLI, 2000, p.54), bem como

26 O conceito, de modo geral, refere-se a um processo urbano de expulsão da população de mais baixa-renda, mas contém nuances de acordo com o contexto: "como vimos, várias pesquisas na Europa e América Latina apontam muito claramente para várias modalidades de uma gentrification de usos do espaço público – como consumo, lazer, entretenimento, etc. -, mais satisfatória que a *gentrification* residencial, presente, em termos genealógicos, na origem do conceito". (FRÚGOLI, 2005, p.13)

27 Segundo detalhado estudo de José sobre os usos do centro (2010), cujos dados abrangem até o ano de 2007, apesar do intuito de "revitalização" do centro pelo Estado com vultosos investimentos na área da cultura ao longo dos anos 1990, o centro até então continuava popular: "A pesquisa mostrou que, nos últimos vinte anos, a popularização iniciada entre os anos 60 e 70 prosseguiu e resultou na configuração de um Centro radicalmente novo" (JOSÉ, 2010, p. 228). No entanto, no momento da defesa desta que é uma tese, cogitou-se uma possível inflexão diante de investimentos recentes do setor imobiliário. (informação verbal)

pela confluência do anseio deste modelo com os interesses imobiliários:

> "Quando, nos anos 30, a capacidade de rendimento do primeiro cinturão Oeste (Centro Novo/Higienópolis) chegava no limite, foi reinvestida pelo uso vertical dos apartamentos. E a abertura da avenida Nove de Julho, parte do Plano de Avenidas de Prestes Maia, cuja implantação iniciou-se nos anos 30, começou a sentar as bases para a migração das atividades terciárias do Centro, na direção sudoeste."
> (ROLNIK, 1997, p. 186-187)

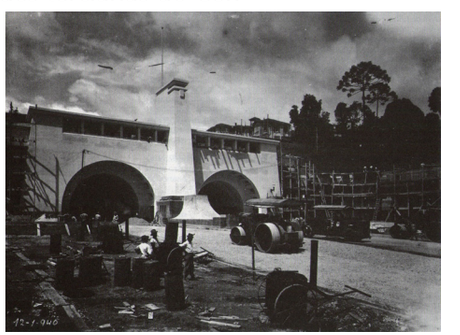


Foto 5: Construção do Túnel Nove de Julho. (REIS FILHO, 1994, p. 206)

Com a cidade crescendo rapidamente nesse período, a elite abandona definitivamente o centro consolidando o chamado "vetor Oeste" de localização de novos centros valorizados, que ultrapassa a colina da Av. Paulista em direção à Marginal Pinheiros, onde hoje encontra-se a Av. Faria Lima e a Av. Luis Carlos Berrini. Com os interesses imobiliários voltados para outra região, segue-se consolidando a moradia popular na direção Leste. "Recém equipado com as obras do Plano de Avenidas , implantado entre 1938 e 1945 por Prestes Maia, o Centro foi marcado na década de 50 pela grande produção de quitinetes, como a dos edifícios de alta densidade que vemos na Baixada do Glicério" (JOSÉ, 2010, p. 21-22), situação que não se alterou até hoje:

> "o perfil residencial é menor no distrito da Sé, e a maior parte dos domicílios estão concentrados na zona da Praça João Mendes, que fica atrás da Catedral da Sé, rumo à baixada do Glicério. Nesta área, além de uma forte concentração de cortiços, especialmente nas ruas próximas ao Viaduto Alcântara Machado, a maior densidade po-

pulacional se deve também aos edifícios de quitinetes existentes em ruas como Oscar C. Gordinho, Conde de Sarzedas, e Helena Zerrener." (JOSÉ, 2010, p. 58)

Apesar da consolidação dessa divisão urbana, e de já existir a reflexão sobre a necessidade de uma cidade multipolar, proposto pela SAGMACS[28] ainda na década de 50 como solução para a saturação da estrutura do centro, na disputa urbana pelos investimentos públicos prevaleceu os interesses dos proprietários dos edifícios centrais, que se viram ameaçados em suas perspectivas de valorização imobiliária (FRÚGOLI, 2000, p.57). Eles conseguiram que o centro continuasse como nó da mobilidade urbana ao atrairem os primeiros investimentos do metrô (1974), que por sua vez exigiram as reformulações da Praça da Sé e do Largo São Bento (SIMÕES, 1994, p.38). Foi também o momento de intervenções autoritárias no urbano segundo a diretriz do Plano Urbanístico Básico (PUB), que definiu a construção do Elevado Costa e Silva, o "Minhocão" (1971), cuja ligação com a zona Leste da cidade exigiu a construção de um complexo de alças e viadutos que hoje marcam o Glicério, como o Viaduto Alcântara Machado, Viaduto do Glicério e Viaduto Vinte e um de Março.

28 Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (SAGMACS), consultoria técnica coordenda pelo frei dominicano e economista francês Louis-Joseph Lebret, foi contratado em 1956 pelo prefeito Wladimir de Toledo Piza (1956-1957) para desenvolver amplo estudo de planejamento urbano da cidade.

É deste período o que se considera a primeira "revitalização", com a implantação do Plano de Revitalização do Centro sob a gestão de Olavo Setúbal. Em 1976 ele define a diretriz de pedestrianização, ampliando as já existentes nas ruas XV de Novembro e Boa Vista. Seguem-se as reformas e restauros do Edifício Martinelli, do Viaduto Santa Ifigênea e do Páteo do Colégio, inaugurando um processo de tombamento de edifícios considerados patrimônios históricos e um zoneamento específico, as Z8-200. Isto continuou com toda uma política de restauro por parte do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) em 1981, com intervenções no Conservatório Dramático

e Musical, na Casa da Marquesa de Santos e no Parque D. Pedro II, entre outros.

Também em 1981 inicia-se o longo processo de intervenções no Vale do Anhangabaú, já sob influência do modelo globalizado de intervenções em áreas centrais, segundo a diretriz de flexibilização econômica: "relaciona-se com a gradativa mudança do regime de acumulação, dentro do capitalismo avançado, do sistema fordista para o de acumulação flexível, processo de transformação cuja época aproximada de início é o começo dos anos 70" (FRÚGOLI, 2000, p. 21). Abre-se o concurso de sua remodelação, vencido por Jorge Wilheim e Rosa Kliass, que só seria finalizado em 1991 sob a gestão Luíza Erundina (1989-1992). Disto resultarão muitas outras intervenções no centro, tais como a aprovação da primeira Operação Urbana, também no Anhangabaú (Lei no. 11.090/91), o Boulevard São João, as intervenções paisagísticas no eixo Sé-Arouche, os restauros de edifícios históricos como o Teatro Municipal e a Biblioteca Mario de Andrade (SIMÕES, 1994, p. 40). Daí também surgiu a retomada das intervenções no Pq. D. Pedro II, cuja proposta original de Bouvard foi descaracterizada na década de 1940 com Prestes Maia. Em 1991 finalmente realiza-se a proposta de Mario Covas de transferência da sede da Prefeitura para o Palácio das Indústrias, com execução incompleta do projeto de Lina Bo Bardi devido ao embargo da demolição do Viaduto Diário Popular (SIMÕES, 1994, p. 44-45).

As intervenções continuam sob a gestão Maluf (1993-1996), que cria o Pró-Centro – Programa de Requalificação Urbana e Funcional do Centro de São Paulo com o apoio da Associação Viva o Centro, entidade criada em 1990 que reúne os empresários locais. Inseriu intervenções paisagísticas de reforma de fachadas, de ordenamento do espaço público e da acessiblidade, além de incentivos culturais.

Estas últimas inauguraram o período que introduziu o eixo cultural como instrumento de "marketing urbano" após a implantação no nível federal do Sistema Financeiro da Cultura, que definiu um incentivo fiscal principalmente pela Lei Rouanet, somado ao Monumenta (Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano), convênio entre o Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Estado passa a conduzir as várias intervenções a partir da definição de âncoras de revitalização com a criação de um pólo cultural, como na Luz a partir de 1995, onde se reformulou vários prédios históricos, como a Pinacoteca do Estado, a Estação da Luz para receber o Museu da Língua Portuguesa, a Estação Pinacoteca e a Sala São Paulo (JOSÉ, 2010, p. 105). O diferencial destas intervenções é a gestão do setor privado[29], apesar do afluxo de recursos públicos e dos incentivos fiscais.

29 "A Associação Viva o Centro ficou responsável pela Sala São Paulo, e a Fundação Roberto Marinho da Rede Globo pelo Museu da Língua Portuguesa/Estação da Luz." (JOSÉ, 2010, p. 111)

Apesar destes projetos terem tornado-se ilhas de uso cultural sem diálogo com seu entorno pleno de problemas sociais, sem conseguir tornar-se de fato uma "âncora" de reformulação urbana, esta concepção é retomada em outros projetos hoje em execução (2011): a Praça das Artes, ao lado do Anhangabaú; o novo projeto para o Parque D. Pedro II, que definiu a demolição dos edifícios São Vito e Mercúrio, para dar lugar à interligação entre o Mercado Municipal e o projeto Catavento, onde antes estava a Prefeitura[30]; e o Teatro da Dança com projeto do escritório internacional Herzog & De Meuron, na Luz. Uma quarta área de intervenção também se relaciona à cultura, mas desta vez com um uso cultural já existente em seu entorno, a Praça Roosevelt.

30 A sede da Prefeitura foi transferida em 2004 para o chamado "Banespinha", ou edifício Matarazzo, no Viaduto do Chá.

Mas o foco maior entre todas estas intervenções é definitivamente a Luz, onde se concentram os maiores investimentos e as principais propostas urbanísticas. Uma delas, que evidencia a amplitude de sua abrangência, apesar de poucas

Principais intervenções no Centro pelo Estado (2005 - 2010)

Mapa2

1. Concluídos
2. Em construção
3. Em demolição para novo projeto
4. Em Projeto

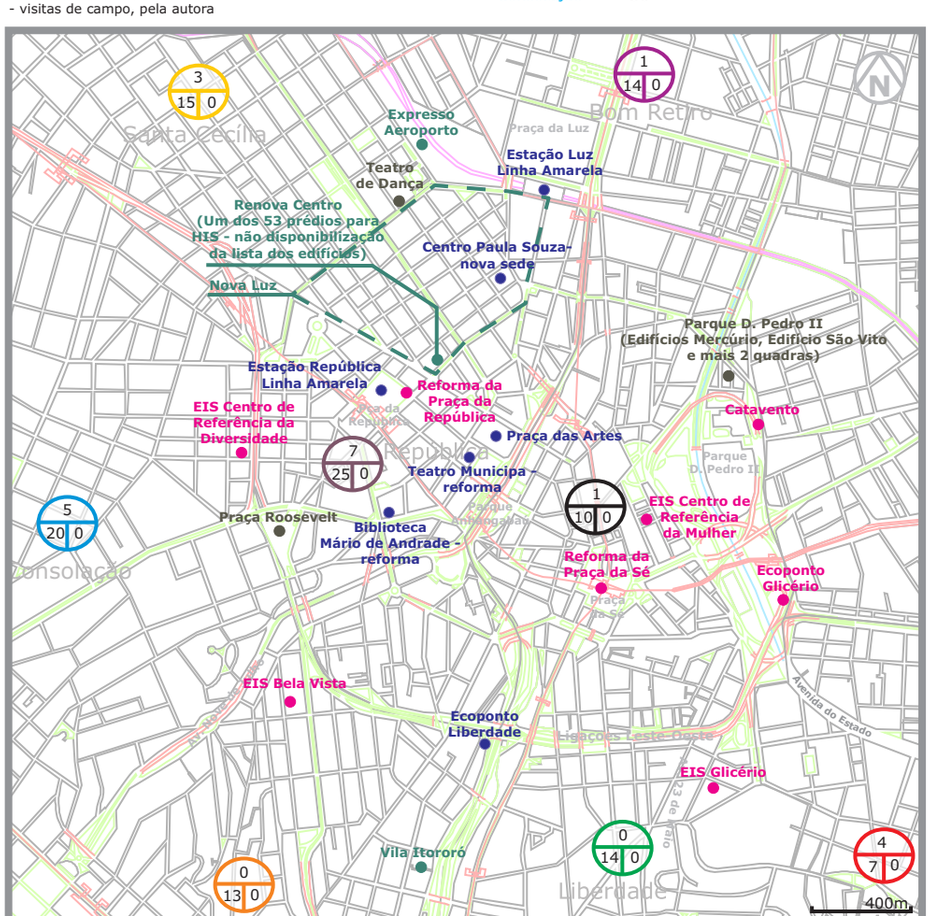
Fonte:
- Plano de Metas: www.agenda 2012.com.br
- BID: Políticas públicas para o Centro: controle social do financiamento d BID À Prefeitura Municipal de São Paulo - Instituto Pólis/ActionAid Brasil
- Nós do Centro: Controle social de políticas públicas no centro de São Paulo: o projeto de inclusão social urbana "Nós no Centro" Instituto Pólis/ActionAid Brasil
- visitas de campo, pela autora

Programa de Recuperação de Cortiços, por distrito (março de 2010)

A. Meta Atingida (%)
B. Adequação (%)
C. Atendimento às Famílias (%)

DISTRITO

Bela Vista
Bom Retiro
Cambuci
Consolação
Liberdade
República
Santa Cecília
Sé

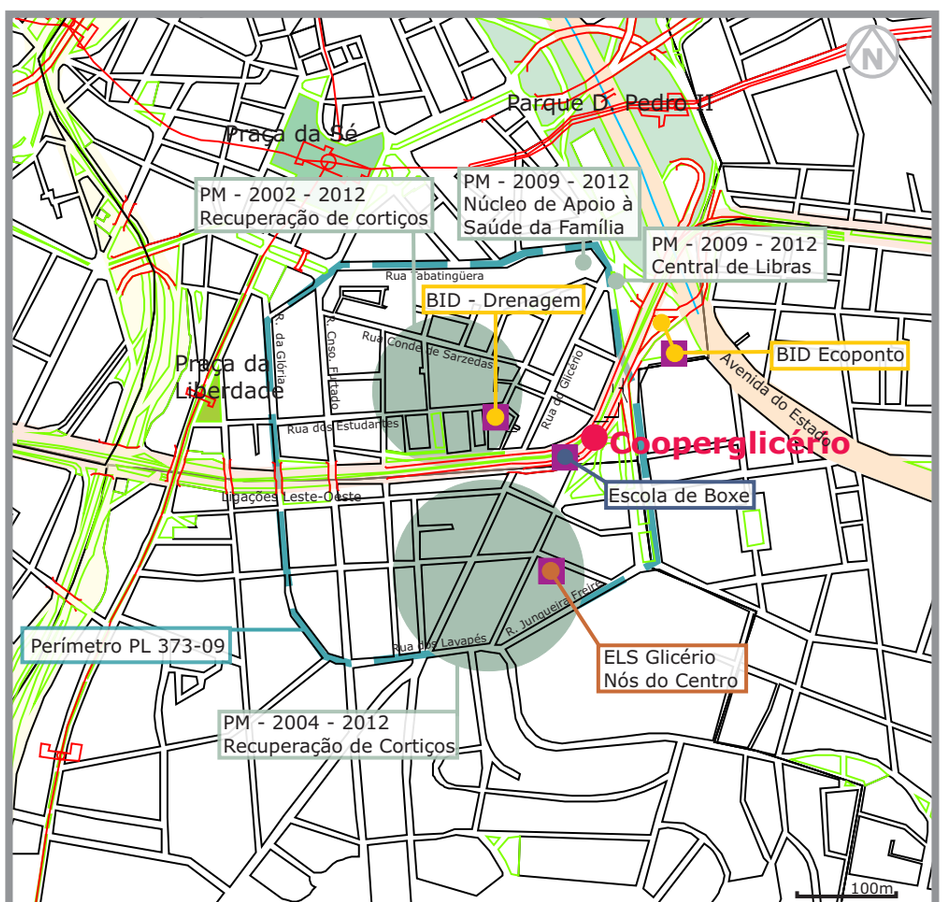


Concebido para o Glicério

Mapa 03

- Plano de Metas
- BID - Procentro
- Nós do Centro
- Projetos Concluídos
- Terceiro Setor
- PL 373/09 - Requalificação e Revitalização do Glicério

Fonte:
- Plano de metas: www.agenda2012.com.br
- BID: Políticas públicas para o Centro: controle social do financiamento do BID à Prefeitura Municipal de São Paulo - Insituto Pólis/ActionAid Brasil
- Nós do Centro: Controle social de políticas públicas no centro de São Paulo: o projeto de inclusão urbana "Nós do Centro" - Instituto Pólis/ ActionAid Brasil
- PL 373/09:www1.camara.sp.gov.br
- visitas de campo, pela autora



vezes referenciada no debate urbano[31], é sua integração a todo um sistema de transporte, o PITU, que inclui o projeto do Expresso Aeroporto de interligação com o Aeroporto Internacional de Cumbica (FREITAS, 2007). Segundo José:

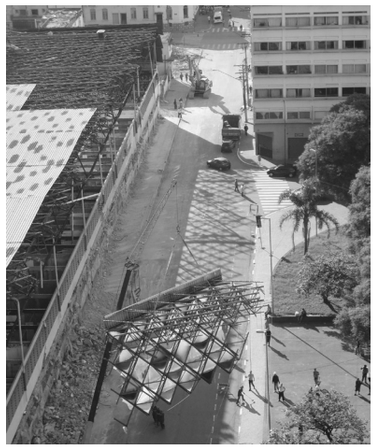
> a implantação do Projeto Integração Centro, parte do Programa Integrado de Transportes Urbanos – PITU 2020, ainda em execução pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM). O projeto começou a ser articulado pela STM em 1995, prevendo a implantação de um sistema de trens metropolitanos ligando as linhas da CPTM na zona Leste, às Estações Luz, Brás e Barra Funda, no Centro de São Paulo e a execução da Linha 4 do metrô, também passando pela Estação da Luz. Por sua posição de destaque nas interligações entre as linhas de trem e de metrô, a Estação tenderia a recuperar um papel importante na articulação metropolitana e, por consequência, na organização de um "polo difusor" de transformação urbana, através de sua função original." (2010, p. 107-108)

O que tem sido objeto de forte debate com a sociedade na região é a proposta mais recente e polêmica, o "Nova Luz", que logo no primeiro ano de seu anúncio, primeiro ano da gestão Serra/Kassab (2005-2008), dá início às desapropriações de suas primeiras quadras, de um total de 45, segundo a proposta apresentada em novembro de 2010[32]. Seu objetivo expresso inicialmente é tornar a região "um polo comercial e de serviços, para atrair principalmente empresas da área tecnológica" (JOSÉ, 2010, p.146).

Se a região é o centro dos interesses econômicos e da ação do poder público, será também ali que se tornarão maiores as polêmicas sociais, diante das dificuldades de lidar com a situação existente de toda uma região que foi se popularizando ao longo de décadas de interesses econômicos focados na região Oeste. Por um lado, as questões sociais

31 Este projeto não tem sido objeto de discussão pela sociedade, provavelmente porque não tem diretamente gerado expulsão de moradores e comerciantes, como no caso do Nova Luz e do Teatro da Dança. A razão talvez seja um processo de usucapião em andamento. No entanto, pode vir a retirar o último grande núcleo de favela, a Favela do Moinho com cerca de 700 famílias.

32 No dia 17 de novembro o Consórcio que ganhou a concorrência para a elaboração da proposta divulgou o projeto preliminar para consulta pública, encontrando-se disponível pelo menos até janeiro de 2011 em: *bit.ly/hms_td_nota32.*



A PREFEITURA DE SÃO PAULO QUER DEMOLIR 768 APARTAMENTOS!

Enquanto isso...
- Três milhões de paulistanos vivem em 1500 favelas.
- Quinze mil pessoas vivem nas ruas, sofrendo com chuva, frio e violência
- No centro de São Paulo existem quarenta mil imóveis vazios.

A prefeitura quer implodir os edifícios São Vito e Mercúrio (768 apartamentos) próximos ao Mercado Municipal, onde já viveram cerca de 2.500 pessoas, para construir uma praça e um estacionamento.

DÁ PARA ACREDITAR NISSO?!

- O que a prefeitura não construiu de moradias no centro em 20 anos, Kassab quer demolir em segundos.
- O custo para implodi-los é de 9,5 milhões de reais E A RECUPERAÇÃO DE CADA APARTAMENTO É DE 40 MIL, MAIS BARATO DO QUE UMA CASA POPULAR.
- Com esse dinheiro dá para construir 1500 casa populares.
- O impacto ambiental do entulho daria para encher uma fila de caminhões de São Paulo a Santos.

Nossa proposta:
Somos contra estas demolições e exigimos que a prefeitura tome atitude para incentivar o uso de imóveis vazios para habitação popular, para que o centro da cidade reviva.

Tiragem: 200 mil cópias. Não Jogue esse panfleto em via pública.

Foto 6: Demolição da antiga rodoviária da Luz, local do futuro Teatro de Dança. (foto da autora, abr.2010)

Foto 7: Panfleto distribuído antes do despejo das últimas famílias do edifício Mercúrio decreve o impacto da demolição dele e de seu vizinho São Vito.

que se espalham por todo o centro, como a população em situação de rua, catadores e ambulantes, entre outros, ali torna-se o desafio de adultos, jovens e crianças envolvidas com o consumo e comércio ilícito de drogas na chamada Cracolândia. Por outro, é também local da consolidação de um forte comércio especializado, principalmente o eletrônico da rua Santa Ifigênia e entorno próximo. Diante do risco de prejuízos tem sido significativa a reação de pequenos proprietários e comerciantes da região, que passam a se manifestar a partir de 2009 com a divulgação do Projeto de Lei da Concessão Urbanística do Nova Luz[33], pois passa a atingi-los diretamente. O impasse desse instrumento é a transferência dos possíveis ganhos de valorização imobiliária para a empresa concessionária, em detrimento daqueles que ali vivem e trabalham há décadas. Segundo consta na Lei 13.430/2002:

> "A empresa concessionária obterá sua remuneração mediante exploração, por sua conta e risco, dos terrenos e edificações destinados a usos privados que resultarem da obra realizada, da renda derivada da exploração de espaços públicos, nos termos que forem fixados no respectivo edital de licitação e contrato de concessão urbanística." (PMSP, 2002)

Na primeira proposta do Nova Luz originalmente foi eliminada a área destinada para Habitação de Interesse Social

33 Projeto de Lei nº 158/09, aprovado como Lei nº 14.918, de 7 de maio de 2009.

(HIS)[34] na Zona de Especial Interesse Social 3 (ZEIS-3), mas hoje encontra-se mantida, segundo a diretriz do Plano Diretor Estratégico (PDE) de 2002, prevendo ainda a erradicação de 17 cortiços e realocação das famílias para 170 unidades habitacionais do Programa de Atuação em Cortiços nas proximidades (JOSÉ, 2010, p. 146). No entanto, a experiência do emprendimento da Rua 25 de Janeiro em um outro extremo da Luz (também uma ZEIS-3 com parte destinada para HIS) demonstra a tendência de substituição do perfil de mais baixa renda para as rendas médias (JOSÉ, 2010, p. 200). Pode ser também esse o destino dos 53 edifícios do Programa Renova Centro[35], a serem reformados também para HIS, pois o financiamento contará com os recursos do programa federal Minha Casa Minha Vida, cuja faixa de abrangência é até 10 salários mínimos, distante da realidade de renda das famílias moradoras do centro (JOSÉ, 2010, p. 124).

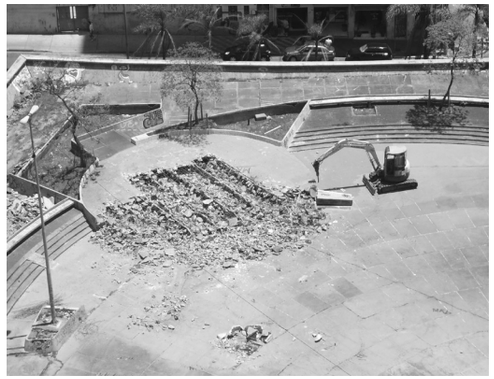


Foto 8: Demolição da Praça Roosevelt. (foto da autora, out.2010)

O mesmo critério não foi aplicado à ZEIS 3 do Pq. D. Pedro II. Na área de abrangência deste zoneamento encontram-se as já citadas demolições dos edifícios São Vito e Mercúrio, o que significa a alteração de seus usos residenciais para outros bem diferentes: um parque e um estacionamento. Apesar desta alteração ter como contrapartida alguns edifícios do Programa Renova Centro, o impacto desta mudança é razoável. Serão suprimidas 768 moradias somente nestes 2 edifícios[36] (FCV, 2009), o que corresponde a 30% das 2500 unidades do Programa.

Como se vê por estas que constituem as principais intervenções concebidas pelo Estado na área central, trata-se de uma centralidade com uma rica história, cujos conflitos fazem

34 A legislação destina as moradias em HIS para famílias com renda de até 6 salários mínimos.

35 "No Plano Municipal de Habitação 2009-2024 consta como Programa Renovando o Centro (PMSP, 2010, p. 49).

36 Não estão contabilizadas as moradias demolidas da quadra adjacente.

Foto 9: Área de abrangência do projeto Nova Luz publicada em 31.mar.2009, expandida até a Av.. São João na apresentação das diretrizes em nov.2010. (BRANDALISE, 2009)

transparecer os diferentes interesses e forças que nele se espacializam. O processo mais recente iniciado na década de 1990 mostrou um centro como um grande palco de disputa que introduz um ineditismo de contraposição aos anseios da nova frente de valorização imobiliária, uma vez que inúmeros e vultosos investimentos ainda não conseguiram concretizá-la. Isto quer dizer que existem resistências sociais suficientemente significativas que ainda não permitem afirmar se tal valorização se realizará ou não.

2.2. Percursos do vivido
2.2.1. A mobilização social no centro

> *Eu vim de lá dia 20 de dezembro, não no dia 16 de dezembro. Cinco meses que eu tô aqui. Então a prefeitura tinha que pegar o prédio prá entregar pra dona. Aí chegou a data de nós sair de lá. E tudo assim rápido, né. Mas aí nós tinha que arrumar uma moradia, um lugar pra ficar porque foi 18 famílias que tá na bolsa de aluguel. As outras foi pra Tiradentes, pra Itaquera... já com moradia definitiva.*
> (Débora)

"Cinco meses que eu tô aqui" é estar morando em um quarto de cortiço, espaço úmido e moradia temporária, pois ela não mora mais lá, bem como saiu da cooperativa. A causa, fazendo uma interpretação dentro dos limites das soluções para a moradia, poderia ser a interrupção do programa bolsa aluguel pela Prefeitura, a mudança para outro local ou porque foi para a moradia definitiva. Não se sabe, pois perdeu-se o contato com ela. A última é a melhor das hipóteses, a pior é a primeira, o que não significa ter ido para a rua, pois é "demanda" de um movimento social de moradia:

> *E a R. [coordenadora do movimento de moradia] vem aqui, porque ela falou pra mim assim, "que se não sair uma moradia definitiva, a Prefeitura vai nos atender assim, um aluguel, arrumar uma moradia assim mais adequada, que vai pagar com cheque como se fosse imobiliária, né, que aqui não passava, pagar os 300 reais. Aí eu vou esperar ela vir de novo, pra me dar resposta como que tá funcionando, que vai funcionar. Se for moradia definitiva, já vou direto.*

Independentemente do que aconteceu, é a relação com o movimento de moradia que lhe garante meios de lidar com as precariedades da vida, seja para a moradia, seja para o trabalho. A naturalidade com que fala de sua vida junto à participação em entidades ligadas a alguma mobilização social mostra que já está introjetada ao seu meio de vida. Faz parecer que não se refere a uma atuação politizada, transparecendo que a relação com o movimento dá-se em um tom assistencialista, por exemplo quando esclarece a situação anterior à moradia no cortiço:

Aí, fomo na prefeitura, o tempo da Marta e o Paulo Teixeira, que o Paulo Teixeira nessa época trabalhava na Habitação. Aí ele arrumou o dinheiro que nós recebeu lá pra poder sair, que era pra sair fora, mas ninguém queria o dinheiro pra não querer a moradia, queria a moradia, né. Aí eles pegaram o dinheiro e alugaram aquele hotel pra nós ali. Entendeu? Aí chegou o tempo, 8 anos mais ou menos.

Independentemente do que seja, a representação da participação em um movimento social tem um resultado na prática que se tornou algo inerente à sua história de vida. Enquanto algumas famílias com quem estava na ocupação foram para Itaquera ou Cidade Tiradentes, ela afirma seu desejo:

E nós não quisemo ir que era longe, nós quer aqui no centro. A nossa luta é do centro. Nós tamo aqui esperando.
(Débora)

Trata-se de uma afirmação na contramão do que o movimento global de valorização imobiliária de áreas centrais tem permitido à população de baixa renda da cidade. Se antes, até a década de 1980, a forma de moradia dos trabalhadores migrantes vindos de outras regiões do país expressava a moradia nas áreas distantes e sem infra-estrutura da cidade, ao mesmo tempo era:

"[...] a rigor, uma urbanização predatória que tinha um caráter tanto excludente como desigual, mas que podia não se revelar como tal: a exclusão transformava-se no seu contrário. O trabalhador se integrava a cidade pelo padrão periférico. A exclusão ficava esmaecida porque a produção imobiliária extensiva, apesar do seu caráter predatório e excludente, funcionava como um processo de inclusão dos pobres na dinâmica imobiliária." (PEREIRA, 1997, p.1489)

Agora, a produção imobiliária que define a forma de moradia do trabalhador, após os anos 1980 passa a incluir-se no urbano pelo adensamento e pela metropolização, por exclusão da capacidade de adquirir a casa própria:

"a população em processo de empobrecimento é impelida a adquirir a prestações uma propriedade imobiliária: o apartamento pequeno e distante: "periférico". A inclusão se torna excludente. Apartamento próprio, mas nem por isso pago ou melhor para morar. Nisso está significativamente o ardil, que é o preço a prestações ser, simultaneamente, o mais alto que esta camada da população pode pagar pela prestação e o mais próximo do que ela poderia pagar de aluguel para morar. De maneira altamente seletiva o aluguel cai em desuso e se transforma em prestações de um apartamento periférico: uma integração-excludente?" (PEREIRA, 1997, p. 1496)

Observações recentes mostram que mesmo a moradia na área central via movimento de moradia tende a tornar-se uma exceção, pois a tendência tem-se mostrado bem o inverso:

"Os principais projetos, para não dizer praticamente todos, decorrem da ação dos movimentos de moradia, e introduziram a pauta da intervenção na área central. Tal prática, que representou uma luta histórica do movimento de moradia, pendula cada vez mais para a possibilidade de gentrificação do centro, a expulsão da população mais fragilizada e o direcionamento do espaço para outros setores populacionais." (SANTOS, 2010, p 426)

Tradicionalmente tratada como periferia da cidade desde que seu uso popular tornou-se predominante, sem tanta ex-

pressividade a região central também foi palco de mobilizações sociais no bojo das lutas urbanas da virada dos anos 1980[37]. O trabalho das Comunidades Eclesiais de Base ligadas à igreja católica, um dos elementos que fomentou a articulação do cotidiano das lutas nas periferias, foi de modo similar introduzido pela Pastoral da Moradia. A partir de 1975 passam a discutir direitos com moradores de cortiços do Brás, Belém, Moóca e Santa Cecília, iniciando a luta por moradia digna no centro (PICINNI, 1997). De 1984 a 1986, junto ao Movimento Unificado de Favelas reivindicam ao governo a redução da taxa de luz e de água, ocupando a FABES – Secretaria Municipal da Família e Bem Estar Social. Em 1984 ocupam o casarão da Al. Nothman e Al. Cleveland até 1997 (PEREIRA, 2005, p. 12).

37 Ver Kowarick, Sader, Gohn, entre outros.

A partir daí começa a formação de movimentos de moradia com luta específica na área central, como o MMC – Movimento de Moradia do Centro, a ULC-Unificação das Lutas de Cortiços, formalizado em 1997 como Fórum de Cortiços, o MSTC- Movimento Sem Teto do Centro, o MSTRC - Movimento Sem-Teto da Região Central. Sob a gestão Erundina conquistam uma política pública de reforma de cortiços, como o da Celso Garcia, no Brás, e o Madre de Deus, na Mooca.

Um marco definitivo e mais conhecido é o ano de 1997, quando estes movimentos se unem a outros de várias regiões da cidade e ocupam 17 edifícios abandonados da área central (PEREIRA, 2005) como forma de denúncia e de pressão sobre o governo, para reivindicar a reforma e transformação de edifícios, há anos abandonados ou com altas dívidas de impostos, para habitação popular. Alguns edifícios foram ocupados apenas como símbolo de manifestação política, como a obra paralisada de um edifício da Justiça por denúncia de corrupção. Outros, de fato foram concretizados, como o edifício Riskallah Jorge, o edifício Labor e o da rua Fernão Sales, entre outros. Sob a gestão de Marta Suplicy em 2001 outros projetos de moradia popular surgem

dentro do programa Morar no Centro, após a apresentação da proposta Morar Perto elaborada por estudantes, acadêmicos e os próprios movimentos de moradia (JOSÉ, 2010, p 113). Após a longa exposição dos projetos concebidos apresentados anteriormente, nota-se que introduzem uma diretriz diferenciada de intervenção em áreas centrais por parte do poder público, considerando o contexto mundial de flexibilização do capital, em que uma de suas estratégias de acumulação baseia-se em projetos de renovação urbana[38]. Pode-se citar outros projetos viabilizados nesse período, mas interessa apresentar a mudança política que inverteu tais conquistas. Com o fim dessa gestão, os movimentos passam a sofrer revezes consecutivos com reintegrações de posse de várias ocupações, muitas delas históricas como a da Rua do Ouvidor e o edifício Prestes Maia (FCV, 2006). O acompanhamento do orçamento do Município para Habitação demonstra a inversão de prioridades na solução habitacional, como podemos ver no levantamento abaixo (CYMBALISTA, 2007):

38 A gestão municipal de Erundina (1989-1992) introduziu o debate da moradia no centro a partir da reforma de cortiços com base na Lei Moura (Lei 10.928/91) e com a produção de algumas novas unidades, mas ainda não se inseriam no ambiente conflituoso de disputa com os anseios de valorização imobiliária da área central.

Tabela 1
Ações da SEHAB e Fundo Municipal de Habitação previstas e liquidadas no Orçamento - 2004-2006

	2004		2005		2006	
Ações	Liquidado	%	Liquidado	%	Liquidado	%
Centro	45.811.511	39,22	24.693.104	21,18	9.471.357	4,32
Mananciais	37.084.950	31,75	37.188.841	31,90	82.435.001	37,56
Regularização e urbanização (exceto em mananciais)	33.919.262	29,04	54.699.634	46,92	127.590.351	58,13
TOTAL		100		100		100

Fonte: NOVOSEO-PMSP (9 de janeiro de 2007).
Tabulação: Instituto Pólis, 2007.

Não somente os movimentos organizados de moradia viram-se prejudicados, mas a moradia popular no centro em geral. As obras em andamento segundo o Programa Recuperação de Cortiços, constante na Agenda 2012 do atual prefeito (gestão 2009-2012), mais conhecido como Plano de Metas, teve fraco desempenho, mesmo considerando o apoio do governo estadual via Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU). Como mostra a Tabela 2, além do fraco desempenho, somente 14% de adequação de imóveis e 3% de efetividade da meta, não houve uma única família atendida entre as que tiveram que sair para início das reformas, mesmo quando concluídas as obras[39].

Tabela 2
Agenda 2012 - Programa Recuperação de Cortiços – PMSP - Subprefeitura Sé (março de 2010)

Distrito	Atendimento às famílias	Adequação	Meta atingida
TOTAL	**0%**	**14%**	**3%**
Bela Vista	0%	13%	1%
Bom Retiro	0%	14%	4%
Cambuci	0%	7%	4%
Consolação	0%	20%	5%
Liberdade	0%	14%	0%
República	0%	25%	7%
Santa Cecília	0%	15%	3%
Sé	0%	10%	1%

Fonte: www.agenda2012.com.br/zon/centro#meta
Eixo Cidade de Direitos
Meta 19 - 12 mil novas famílias no Programa Recuperação de Cortiços
Secretaria Responsável: Habitação.
Meta concluída: Imóvel adequado ou família encaminhada para empreendimento da CDHU.

Hoje as ocupações continuam ocorrendo, mas não têm logrado conquistas efetivas na escala daquela de 1997. Muitas são feitas mais como forma de pressão política para acelerar ou destravar o andamento da aplicação das politicas públicas. A maior parte dos movimentos mudou a estratégia para a conquista da moradia e passam a se focar mais em negociações na busca de

39 Vale lembrar que estas informações hoje estão facilmente disponíveis na rede mundial graças à aprovação de um projeto de emenda à Lei Orgânica, o PLO 008/07, construído pela mobilização de organizações participantes do Movimento Nossa São Paulo. Encontrou-se incompatibilidades entre endereços de cortiços em relação aos distritos, podendo-se assim inferir que alguns números igualmente contêm erros. No entanto, a coluna "atendimento às famílias" está completamente zerada. Tentou-se entrar em contato no endereço indicado para esclarecimentos, mas não se obteve retorno.

financiamentos e políticas mais acessíveis à renda de suas famílias, como o programa Crédito Solidário, conquistado também pelos catadores em dois terrenos da região central, ou a cota específica para movimentos sociais dentro do programa Minha Casa Minha Vida, ambos do governo federal[40].

Há outros movimentos sociais populares que surgiram mais recentemente e que hoje também são representativos na mobilização social do centro, além dos catadores que focamos ao longo deste estudo. Quando da mudança de gestão municipal em 2005 muitos deles reforçaram sua presença em um reconhecido espaço de articulação política local, o Fórum Centro Vivo (FCV), pois sentem a necessidade de denunciar e se contrapor a um problema comum: processos de expulsão violenta por parte do poder público municipal. Este inicia de modo ostensivo uma série de reintegrações de posse das ocupações dos movimentos de moradia, apreende os produtos dos ambulantes, apreende os recicláveis dos catadores e lhes dificulta a circulação e a atividade nas ruas, impede moradores de rua de usarem os espaços públicos, lidam inadequadamente com crianças e adolescentes em situação de rua, desrespeitando a especificidade de sua vulnerabilidade social e de seus direitos (FCV, 2006).

O FCV surge em 2000 como resultado de um encontro que reuniu estudantes da Universidade de São Paulo e militantes de movimentos populares participantes da Central de Movimentos Populares (CMP) e da União dos Movimentos de Moradia (UMM). Diante do processo de gentrificação que notavam crescente, estabeleceram como objetivo:

> "articular todas as pessoas que lutam pelo direito de permanecer no Centro e transformá-lo num lugar melhor e mais democrático, contrapondo-se, assim, ao processo de renovação urbana e exclusão que vem ocorrendo em São Paulo." (FCV, 2006)

40 Muitas dissertações e teses têm abordado os recentes financiamentos para política habitacional no Brasil. Citam-se duas a título de exemplo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Universidade de São Paulo, defendidas em 2010: a dissertação de Beatriz Bezerra Tone - Notas sobre a valorização imobiliária em São Paulo na era do capital fictício - e a tese de André Luiz T. Dos Santos - A prática dos movimentos de moradia na produção da cidade de São Paulo: os limites da participação e a (im)possibilidade de emancipação.

Contrapõe-se assim a ações crescentes que a Universidade já analisava e que via se reproduzir em São Paulo, processos de renovação de centros urbanos que aconteciam em todo o mundo, cujos reflexos os movimentos sentiam na prática à medida que, a cada nova intervenção urbana, aumentava a criminalização da população pobre residente. A contraposição à Associação Viva o Centro (AVC) é evidente, uma vez que ela se faz presente nos principais projetos para o Centro, além de ter surgido para garantir a valorização do patrimônio dos grandes proprietários da região.

Com os acontecimentos de 2005, contando com a ampliação de participantes, estudantes de diversas disciplinas e de outras universidades, entidades de direitos humanos, ONGs que atuam junto às populações afetadas, profissionais da cultura, moradores do centro, entre outros, reforça-se o que já eram estratégias comuns de cada movimento, mas que poderiam ali ser melhor articuladas: a organização de manifestações públicas, ações de reivindicação junto a seus representantes na Câmara Municipal, elaboração de ações judiciais, muitas envolvendo atividades lúdicas simbólicas. Uma das principais ferramentas elaboradas, amplamente utilizada e reproduzida, foi o Dossiê de Denúncia "Violações dos Direitos Humanos no Centro de São Paulo: propostas e reivindicações para políticas públicas"[41]. Mais que um dossiê que sistematiza os principais eventos que qualificam como violadores de seus direitos, apresentado às principais autoridades públicas e representantes do poder judiciário municipais, estaduais e nacionais, é utilizado em processos de formação, tanto dos movimentos sociais quanto nas universidades, em reuniões diversas como documento de referência aos debates na cidade, no Estado e em outras regiões do país.

A expressividade que a mobilização popular alcançou, ao articular-se por meio do FCV, evidencia o potencial da tão

41 É possível encontrá-lo na íntegra em http://dossie.centrovivo.org/Main/HomePage

propalada necessidade de união dos movimentos populares. Ao mesmo tempo também revela suas contradições quando posteriormente surge dificuldades para esta mesma articulação, mesmo havendo continuidade do processo de expulsão da população pobre do centro em São Paulo ou qualquer outro lugar onde se expressa o conflito social no espaço. Assim, mostra-se necessário ampliar a reflexão, sem abandonar as práticas concretas que se constróem e reconstróem na dinâmica dos que participam destes grupos sociais, que não deixam de existir mesmo que expulsos de seu lugar.

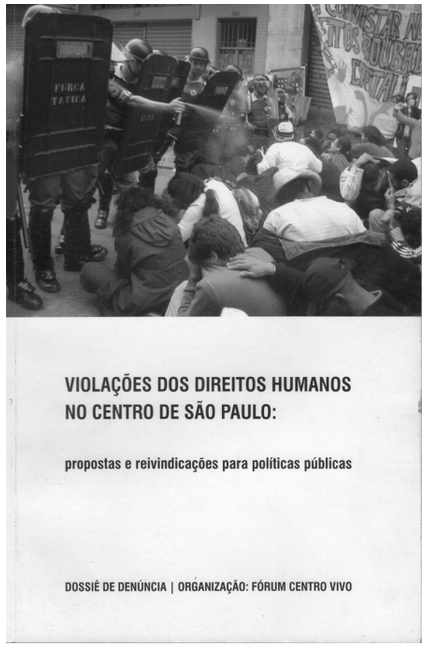


Foto 10: Capa do Dossiê de Violações de 2006 retrata um dos despejos mais violentos, da ocupação conhecida como Plínio Ramos. (FCV, 2006)

2.2.2. A mobilização social no Glicério

O Glicério, como citado anteriormente, desde a primeira significativa expansão da cidade, no início do século XX, passa a pertencer ao limite da região da cidade que fora desdenhado como de uso urbano pela elite. Os usos que a partir de então foram se consolidando, no momento recente de maior atuação dos movimentos sociais urbanos, virada dos anos 1980, fazem com que o Glicério se torne o território da origem de outros dois movimentos sociais importantes na mobilização social do centro: o dos catadores e dos moradores de rua.
Tal como os movimentos sociais que atuavam nas periferias da cidade, eles também contaram com o apoio de entida-

des religiosas, aquelas que estavam ligadas ao atendimento assistencial à população de rua, afinal, estamos falando de uma região de concentração de pobreza, e de mobilização, da parte mais vulnerável da população de baixa renda, se é que se pode falar em renda nestes casos. Assim, precisamos iniciar brevemente com a atuação da Organização do Auxilio Fraterno (OAF) para então seguir na mobilização da população em situação de rua e dos catadores.

Em 1978 esta entidade passa por reformulações institucionais internas e decide trabalhar de forma propositiva especificamente com a população adulta de rua, introduzindo uma mudança em sua tradição de anos de trabalho basicamente assistencialista na região. Aproxima-se desta população de diferentes formas, incorporando procedimentos da metodologia pedagógica proposta por Paulo Freire, entre eles um simples "sopão" semanal sob o viaduto Alcântara Machado, contando com a participação ativa da população moradora de rua que para lá afluía para alimentar-se. Junto às irmãs da OAF íam na feira próxima, recolhiam o que era aproveitável, apesar de descartado pelos feirantes, ajudavam em todo o processo de preparação até o momento de ser servido. Trata-se de um método que, a partir do fazer cotidiano, propõe uma reflexão coletiva sobre a realidade da situação social dos participantes. Serão estas as bases da estruturação em diversas outras atividades de atendimento, bem como de desenvolvimento de outros projetos, como a Comunidade dos Sofredores da Rua, onde havia um espaço também de diálogo, de debate.

Foto 11: O "sopão" acontecia sob esta parte do viaduto, onde hoje se encontra a Associação Minha Rua Minha Casa. (foto da autora, jul.2007)

Como outros projetos populares no centro, passam a receber apoio da prefeitura no período 1989-1992, dentro de uma política pública para a população de rua cuja maior parte se concentrava no centro. Este núcleo organizativo irá assim difundir-se em outras propostas para esta população no Glicério, como o albergue São Francisco, a Associação Minha Rua Minha Casa, a formação de cooperativa de catadores, a escola-marcenaria da Irmã Ivete, hoje conhecida como "Casa Cor da Rua", a abertura de repúblicas de moradores de rua. Mais recentemente, sob a gestão municipal de 2001 a 2004, são criadas políticas mais variadas de moradia, como o Hotel Social e o Aluguel Social, entre outras. Junto à Pastoral da Rua e entidades a organização de uma mobilização em torno do morador de rua cresce e passa a reivindicar uma Política de Atenção à População em Situação de Rua, que acaba consolidando-se em um projeto de lei em 1994, até sua aprovação como a Lei 12.316/97. Este visa estabelecer serviços e padrões mínimos de atendimento por parte da municipalidade, cujos serviços foram ampliados desde a gestão municipal de Luíza Erundina (1989-1992) (HIRATA, 1999).

Hoje, a população de rua na cidade conta com dois movimentos organizados, o Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) – representação São Paulo e o Movimento Estadual da População de Rua. Ambos, junto com entidades e ONG´s, mobilizam-se para garantir os direitos dos moradores de rua. Três principais datas marcam as manifestações anuais destes Movimentos e das entidades: o Dia de Luta do Povo da Rua (29 de maio); o Ato pela Vida (19 de agosto), que marca o massacre de 7 moradores de rua ocorrido na Praça da Sé em 2004; e o Natal Solidário. No último Ato pela Vida (2010) decidiram que este seria o Dia de Luta.

Além destas manifestações periódicas que acontecem nos

espaços públicos do centro, destacam-se aqui dois momentos que marcaram a história recente de sua mobilização. O primeiro é a criação da "Aliança pela Vida" em 2008, termo que reúne todos estes atores sociais em contraposição à criação da "Aliança pelo Centro Histórico" criada pela Associação Viva o Centro. O que seria um projeto que estes denominam de "zeladoria", na verdade significou um conjunto de ações de expulsão violenta que atingiu principalmente moradores de rua concentrados no perímetro de atuação desta Aliança, o triângulo histórico compreendido pela Praça da Sé, Largo São Francisco e Largo São Bento. Com as crescentes denúncias de violência por parte de policiais, os movimentos e entidades receavam a repetição de outra chacina, tal como a de 2004. A mobilização organizou uma manifestação em que participaram diversos movimentos sociais (da população de rua, dos catadores e de moradia, entre outros) e entrou com uma denúncia no Ministério Público, o que gerou grande repercussão e a revisão do projeto (REDE RUA, 2008).

O segundo momento é marcado pela elaboração e aprovação de uma lei para a implantação de uma Política Nacional para a População de Rua, em 2009, discutida ao longo de meses com a participação efetiva dos movimentos e das entidades, não só do centro e da cidade de São Paulo, mas em uma articulação nacional criada em torno desta população, principalmente a partir da formalização do MNPR em 2005 (FCV, 2008).

Segundo o próprio MNPR há registros de mobilizações pontuais desde a década e 1960, mas é nos anos 1980 que em

São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte elas começam a ganhar maior densidade. Com a chacina da Praça da Sé reproduzindo-se em outras grandes cidades, precipitou-se o início da formalização do Movimento, por ocasião de um encontro que reunia catadores e pessoas moradoras de rua de várias estados no III Festival Lixo e Cidadania, em Belo Horizonte. Os moradores de rua reuniram-se ao final do Festival e definiram a diretriz para a sua efetivação. Sempre contando com o apoio de seus parceiros, as entidades assistenciais, acadêmicos e demais apoiadores, que por sua vez também se fortaleciam crescentemente na articulação de foruns de entidades, em 01 e 02 de setembro do ano seguinte organizam o I Encontro Nacional da População em Situação de Rua, em Brasília. A oficialização como Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) deu-se logo em seguida, no IV Festival Lixo e Cidadania, impulsionando a conquista de políticas públicas principalmente no nível federal.

Fotos 12, 13, 14, 15: A Aliança pela Vida organizou uma manifestação em que foram entregues "troféus higienistas" às principais entidades apoiadoras da Aliança pelo Centro Histórico, cujas sedes encontravam-se no meio do percurso, que se deu nas ruas limítrofes do triângulo histórico. (fotos da autora, 28.jul.2008)

Entre as políticas que o próprio MNPR destaca, além da citada Política Nacional, há a formação de um Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento desta Política e a elaboração de um censo específico pelo governo federal,

a Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua em 71 Municípios do País, em 2007 e 2008. Em São Paulo, a contagem é obrigatória desde 1996, estabelecida a Lei 12.316, citada anteriormente[42]. Vale ressaltar que perioridicamente o IBGE elabora uma contagem nacional da população brasileira, mas somente a parte que reside em alguma forma de moradia, ignorando cerca de 50 mil pessoas, como se elas não fizessem parte do país (MNPR, 2010).

42 Informações obtidas ao longo dos conteúdos da página eletrônica do MNPR: *bit.ly/hms_td_nota42*.

Retornando à atuação do MNPR em São Paulo, assim como os movimentos de moradia e demais movimentos populares, apesar de algumas conquistas eles também sofreram revezes contínuos desde 2005. As entidades tradicionalmente conveniadas com a prefeitura para dar atendimento a esta população denunciam a precarização da política pública, com atraso no repasse das verbas, fechamento de albergues na região central (como o São Francisco, o Cirineu e o Pedroso), com transferência destas vagas para albergues na periferia da cidade, afora as contínuas rondas policiais e ações de limpeza urbana que não permitem que os moradores de rua durmam nas áreas públicas do centro (VILICIC, 2010).

2.2.3. A mobilização dos catadores e o Glicério

Já foi dito anteriormente que a mobilização social por parte dos catadores na cidade de São Paulo tem a mesma origem do MNPR-São Paulo, no cotidiano assistencial do Glicério. A distinção surge em 1986, em uma das atividades surgidas em torno do "sopão" semanal da OAF. Em meio aos debates que surgiam, decidiram organizar uma festa a ser realizada com a contribuição de um valor equivalente a um dia de trabalho de

cada participante, não importando se tal valor advinha de um "bico" temporário, da catação ou de qualquer outra atividade. Logo perceberam que os catadores reuniram os maiores valores, o que gerou uma reflexão que os fez ter clareza da exploração a que estavam submetidos ao aceitarem as regras dos donos dos ferros-velhos.

Ao invés de se sentirem menosprezados e paralisados pela situação, o fato de terem organizado a festa deixou claro que o trabalho coletivo continha uma possibilidade de superação. Em vez de tantos trabalharem em regime de quase escravidão para toda uma rede que reciclava principalmente o papelão abundante recolhido nas lojas do centro, poderiam formar uma Associação e eliminar ao menos a intermediação dos ferros-velhos, negociando diretamente com os aparistas do Glicério. A partir desta reflexão coletiva, com os serviços de apoio da OAF e da rede social que esta articulação possibilita, os catadores conseguiram o uso de um galpão, localizado em um terreno comprado com as doações de uma campanha incentivada por D. Paulo Evaristo Arns.

No ano de formação da Associação já sentiram os primeiros conflitos e já conquistaram a primeira vitória política. O então prefeito Jânio Quadros reprimia a atividade da catação, ameaçando com a apreensão dos carrinhos e até com prisão dos catadores, enquanto na mídia criava uma campanha negativa chamando-os de "sugismundos". Um dos catadores entrevistados para esta pesquisa traz a memória daquele momento:

> *Ah, saía correndo com o carrinho, pô. Cheguei a até a ficar acorrentado no carrinho pra não levar o carrinho. Eu vivia disso.*
> (Romeu)

Ante tantos conflitos iniciou-se uma negociação que passou a reconhecer o direito deste tipo de trabalho. Com o avanço da proposta logo o espaço tornou-se insuficiente e inadequado.

Em 1989, com a ascensão de uma gestão popular à Prefeitura, por meio de negociações conseguiram o atual espaço sob o viaduto Paulo VI, sobre o qual passa a Avenida Sumaré, em Pinheiros, como cessão de uso de um espaço público. Neste momento também se organizam oficialmente na forma de uma cooperativa, a Coopamare[43]. O ganho foi de uma melhor estrutura de trabalho e de maior autonomia em relação à OAF, que passa a atuar na forma da cogestão, desenvolvendo os trabalhos paralelos de incentivo à cooperativa.

43 Coopamare - Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis.

Ao mesmo tempo, os ganhos também foram de novos desafios. Se teriam que se desfazer da riqueza do descarte da região central, na nova localização poderiam contar com aqueles do comércio e dos condomínios de classe média. Afinal, a nova centralidade da cidade desde os anos 1960 deslocou-se para a Avenida Faria Lima. Aproximavam-se assim de uma classe média mais sensível ao debate da sustentabilidade que se difundia e se fortalecia com um evento de repercussão internacional, a Eco-92 no Rio de Janeiro. Passavam a desenvolver também outras atividades que não só a catação, como a elaboração de projetos de educação ambiental em escolas, de sensibilização de empresas, de ONGs para a produção artesanal com reciclados e inclusive com a Universidade, com a qual tem desenvolvido protótipos de mobiliário e de outros utilitários. Nesta época, algumas entidades ambientalistas da cidade também já se organizavam em torno do Fórum Lixo e Cidadania, hoje de abrangência nacional, e algumas já conheciam a Coopamare.

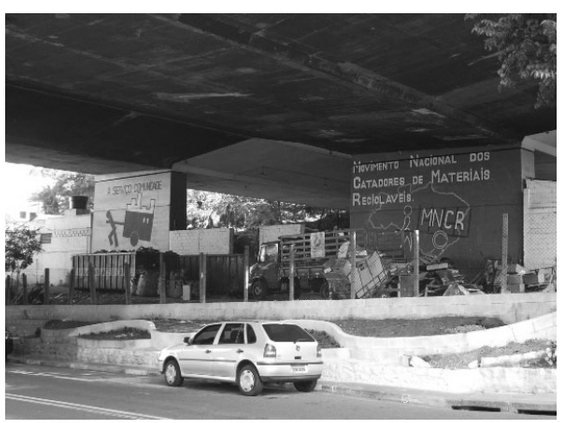


Foto 16: Vista da Coopamare pela Rua João Moura, sob o Viaduto Paulo VI, que liga a Av. Sumaré à Av. Henrique Schauman. (Foto da autora, jul.2007)

No entanto, aproximavam-se também dos imóveis desta classe média, principalmente daqueles vizinhos à cooperativa. Seus proprietários viram-se ameaçados em dois sentidos: pela presença de uma atividade que eles associam a um lixão, um estigma que por sua vez pode levar à desvalorização de suas propriedades. As ameaças de reintegração tornaram-se recorrentes, mesmo assim, por conta da rede de relações sociais criadas sempre conseguiram mobilizar um apoio suficiente, o que talvez também se deva à localização, pois trata-se de uma região acessível em que contam inclusive com o apoio direto de alguns moradores próximos. O que ocorreu foi o fortalecimento da Coopamare e da organização dos catadores, ratificando seu reconhecimento social.

Este tipo de ameaça de expulsão territorial, pode-se dizer, se repetirá para outros grupos de catadores a cada vez que se localizarem em áreas de interesse imobiliário. É o que vem ocorrendo com a cooperativa localizada na Granja Julieta, é o que já sentiu a Cooperglicério. Na verdade, pelas manifestações de outros movimentos sociais, o processo se assemelha ao enfrentado por muitos outros grupos nos últimos anos, como os núcleos de favelas localizadas ao lado das marginais Tietê e Pinheiros, como a consolidada Paraisópolis, no Morumbi, assim como as favelas que se encontram no trajeto da ampliação da Avenida Jacu-Pêssego.

No caso dos grupos de reciclagem, pela história da Coopamare, quando dos eventos de seus 10 anos, notou-se que tornara-se referência na formação e fortalecimento de outros grupos de catadores em toda a região metropolitana de São Paulo. Por sua forma organizada logo passaram a se relacionar com grupos de outras regiões e de outros estados. Neste contexto, em 1999 surge o Movimento Nacional dos Catadoresde Materiais Recicláveis (MNCR)[44], quando promovem o 1º

44 Para saber mais: *bit.ly/hms_td_nota44.*

Encontro Nacional de Catadores de Papel, seguido do 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Brasília em junho de 2001, reunindo mais de 1.700 pessoas. Hoje, esses grupos inserem-se em uma rede articulada em comitês municipais, estaduais e nacionais, que procuram interagir com as políticas públicas ligadas à reciclagem, com o apoio direto do governo federal. Ao longo de 2010, participaram ativamente dos debates para a elaboração e aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e se articularam na escala da América Latina, tendo participado do 3º. Congresso Latino Americano em 2008, na Colômbia, onde assumiram compromissos mútuos com grupos de outros países segundo a Carta de Bogotá[45].

45 Esta carta encontra-se disponível no sítio do próprio MNCR em: *bit.ly/hms_td_nota45.*

Uma conquista diferenciada foi o financiamento pelo programa Crédito Solidário para catadores de São Paulo, destinado à construção de 93 unidades habitacionais na área central, na Luz, em dois terrenos cedidos pela União, sendo parte construída em mutirão. Pode-se dizer que esta conquista caminha no sentido contrário da trajetória dos movimentos de moradia, pois além destes não mais optarem pela forma mutirão, têm logrado poucas conquistas diante dos esforços empreendidos, enquanto há contínuas reintegrações de posse de suas tradicionais ocupações.

Foto 17: Obra em andamento no terreno da Rua Brigadeiro Tobias em novembro de 2009. (foto da autora)

Mas, diferente mesmo é a novidade solidária que introduziram:

"O projeto é organizado também no sistema chamado de Aval Solidário, no qual um grupo de várias famílias se reúne para garantir o pagamento das parcelas do financiamento caso alguma das famílias perca o trabalho ou tenha algum tipo de dificuldade, dessa forma o grupo de famílias se compromete a ajudar a família em dificuldades por alguns meses." (MNCR, 2008)

Não é possível avaliar estas diferenças trazidas pelas cooperativas em relação à conquista da moradia, mas os integrantes já se deparam com os problemas próprios da construção em mutirão, ou seja, atrasos no cronograma e na liberação de recursos devido a problemas vários na gestão e pelas diferenças de tratamento de vários lados, problemas sempre enfrentados pelos movimentos de moradia pelo simples fato de não serem uma empresa de construção.

Até 2010, todas estas discussões davam-se no Glicério, pois ali se localizava a sede do MNCR, hoje na Vila Mariana, em melhores instalações. Até 2008 ali também se encontrava o Catasampa, projeto financiado por uma grande empresa para viabilizar a comercialização conjunta e melhores condições de triagem para várias cooperativas. No entanto, tal como aconteceu com a saída da Coopamare, em 1989, estes deslocamentos para outras regiões não significaram o enfraquecimento daqueles que permaneceram no Glicério. A rede social mostrou-se suficientemente ampla, e até crescente, principalmente devido aos pontos de coleta, pontos cativos que significam ganhos certos. De fato, segundo o que se apreende das entrevistas com antigos catadores, há uma quase total ausência de citações a estas referências de luta, o que permite concluir que não consideram que houve grandes impactos em sua atividade. O que lhes impacta são os problemas que os impossibilitam de trabalhar, como as ações de apreensão de materiais e carrinhos pela prefeitura ou a longa distância em relação à moradia.

A OAF continuou com seus projetos no Glicério, cuja sede permanece na casa à frente do galpão onde os primeiros catadores da Coopamare trabalhavam. O espaço passou a rece-

ber a marcenaria da Ir. Ivete, um projeto de oficina-escola que posteriormente incorporou também a casa vizinha, onde hoje se encontra os jardins e a Casa Cor da Rua. Tudo o que ali se encontra é resultado do trabalho artesanal dos moradores de rua que a frequentam, que sempre estão trabalhando coletivamente na produção de diversos produtos, como porta-guardanapos, porta-copos, luminárias, entre outros encomendados por empresas do mercado, tais como restaurantes e bares, inclusive empresas estrangeiras.

Foto 18: O primeiro espaço do galpão da Coopamare localizava-se aos fundos da se-de da OAF, casa à esquerda. Recentemente adquiriram a casa à direita, a Casa Cor da Rua. (foto da autora, jul.2007)

Também ligada à OAF há a Associação Minha Rua Minha Casa (AMRMC), que surge como projeto em 1994 em parceria com o Pensamento Nacional das Bases Empresariais (PNBE). Localizada onde antes ocorria o "sopão", desenvolve projetos e presta serviços diários à população de rua, entre elas o aluguel de algumas casas vizinhas à sede da OAF para o projeto de repúblicas transitórias para moradores de rua. Uma das atividades recentes mais reconhecidas é a Feira de Trocas Solidárias, feitas sem a utilização de moeda oficial com periodicidade mensal[46].

Uma outra entidade religiosa também presente no Glicério e que contribui no debate político da cidade, desta vez ligada aos franciscanos, é a Província Fraciscana da Imaculada Conceição, responsável por vários projetos de assistência aos moradores de rua, principalmente no centro. Além dos Serviços Franciscano de Apoio à Reciclagem - Recifran, que será abordada mais à frente, dirige o Albergue São Francisco.
Muitos moradores de rua a partir dali conhecem a possibilidade de trabalho na reciclagem, até porque muitos catadores da

46 Para saber mais sobre a AMRMC: *bit.ly/hms_td_nota46*. Sobre a Feira de Trocas: *bit.ly/hms_td_nota46_2*.

região ali pernoitam. Segundo informa o Fórum Permanente de Acompanhamento das Políticas Públicas da População em Situação de Rua de São Paulo, este albergue foi um dos três a serem fechados pela Prefeitura em 2009 sem, no entanto, ser garantido o atendimento no próprio centro a todos os que o utilizavam (BESSI, 2009).

Ainda sobre as referências religiosas que de alguma forma influenciam na presença dos catadores no Glicério, há a Igreja da Paz, que mantém a tradição de sua origem, o trabalho com imigrantes. Padres que vieram da Itália para acompanhar os conterrâneos, que para cá afluíam desde o final do século XIX, decidiram construir a igreja em 1936 para atuar com a classe trabalhadora migrante em geral, não só italianos. Para cumprir com seus objetivos assistenciais toda sua estrutura foi se adaptando ao longo do tempo, de acordo com as demandas diversas (educacionais, de saúde, de formação técnica ,de lazer) trazidas pelos imigrantes, e de acordo com as diferentes levas que afluíam à cidade: primeiro europeus, depois asiáticos e nordestinos, e hoje latino-americanos. Muitos moradores de rua, catadores e respectivos familiares participam dos projetos que desenvolve, até porque muitos são migrantes de outros estados. Esta relação com as migrações da cidade foi reforçada também pela presença de uma rodoviária na região, que recebia os afluxos da região Norte e Nordeste durante a década de 1970 (BARBARA, 2003).

Foto 19: Vista interna do Eco-ponto, para onde foram levados os catadores da Cooper Brasil. (foto da autora, mar.2009)

Além das entidades religiosas o centro é rico em sedes de movimentos sociais organizados, como sindicatos, movimentos de moradia, o próprio MNCR, movimentos ligados à

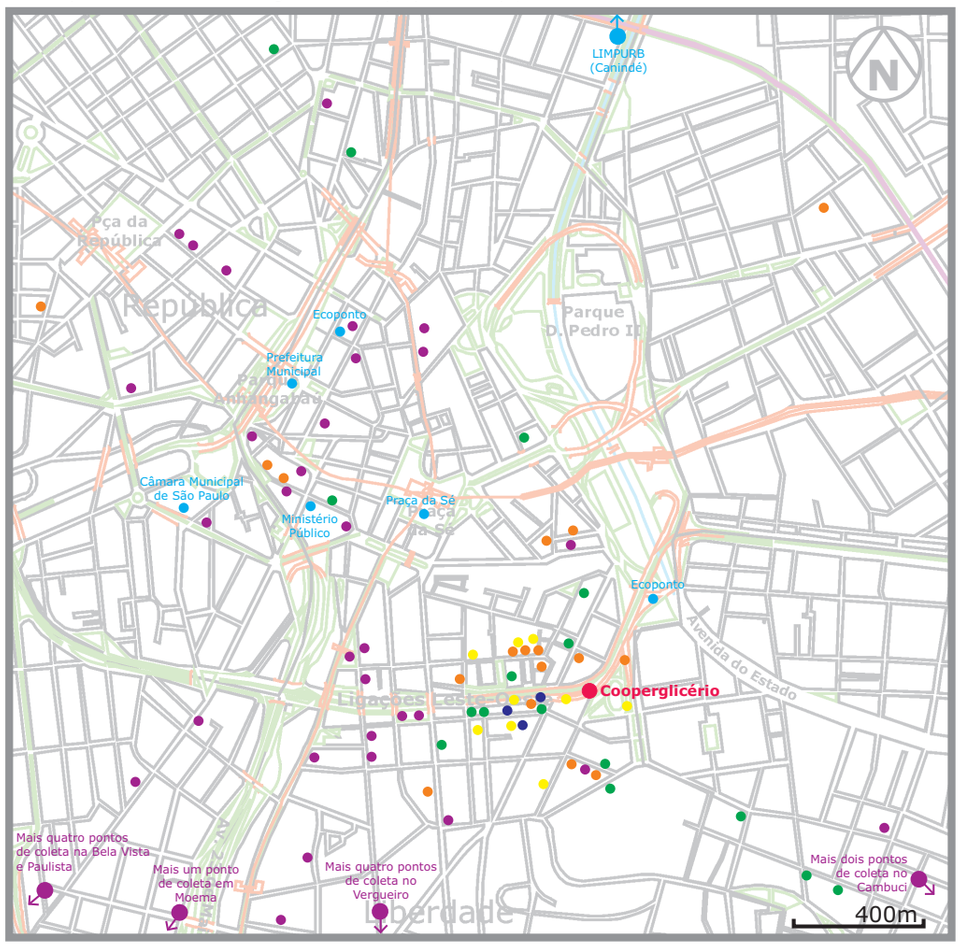
Espaço do catador: locais de relações sociais

Mapa 03

1. Cooperglicério
2. Locais de coleta (usos educacionais, do Estado e de bancos)
3. Locais de reciclagem particulares (aparista, ferro-velho e catadores avulsos)
4. Locais de relação política com o Estado
5. Locais de relação com entidades (grupos autônomos, grupos religiosos, entidades privadas e plúblicas, ONG's)
6. Locais de relações cotidianas (moradia, educação, alimentação, lazer)
7. Locais de entidades não mais existentes ou transferidas

Fonte:
Entrevistas e pesquisa de campo pela autora.

OBS:
Neste mapa encontram-se os locais surgidos durante a pesquisa de campo, nas visitas e nas entrevistas.



temática de gênero, entre outros. Especificamente no Glicério e com relacionamentos com a Cooperglicério há a sede de um movimento de moradia significativo na luta pela moradia popular no centro, que já fez várias ocupações, tendo conquistado a reforma de um deles na própria região. Desde 1997, a região é um dos focos das ocupações pelos diversos movimentos.

Com tantas confluências, além da Coopamare e Cooperglicério, a região já foi local de organização de outros grupos de catadores, tais como a Coorpel, hoje localizada na Luz, grupo ligado ao Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos[47], a Cooper Brasil e a Camare, que por não estarem organizados foram reunidos no Ecoponto, no que os catadores da região chamam o "terreno da CET". A ida para este espaço não ocorreu sem conflitos, pois obras e ações de limpeza urbana no início de 2008 ocorreram de forma inesperada e violenta, pressionando-os a aceitar a proposta de mudança para o novo local (VIANA, 2008). Segundo depoimento informal de um deles, há melhorias, mas há também a perda de autonomia na gestão do trabalho, como a obrigatoriedade de venda para um único aparista definido pela Prefeitura. No antigo espaço hoje existe uma das três escolas de box que surgiram a partir de um projeto do ex-boxeador Garrido, mas que permanece continuamente sem o uso previsto.

A Cooperglicério também correu riscos neste momento, pois atua em terreno contíguo ao destes outros grupos. Não fosse a presença de apoiadores e a organização que comprovava a regularidade de sua presença sob o viaduto, a pressão do momento os teria expulsado.

O potencial produtivo e reprodutivo do Glicério em relação à reciclagem e aos serviços de apoio à população mais empobrecida ratifica-se com o surgimento de outro projeto na

47 Para maiores informações: *bit.ly/hms_td_nota47*.

região, o Serviço Franciscano de Apoio à Reciclagem – Recifran. Surge das atividades da Ação Local[48] São Francisco, que, como já dito, é um dos pontos de maior concentração de moradores de rua do centro. Na lindeira Praça Paulo Duarte alguns deles desenvolviam a atividade de reciclagem, fazendo com que os transeuntes evitassem passar pelo local. Em 2000 iniciaram uma ação específica para os catadores, e já em 2001 conseguiram articular, com a Prefeitura e a atividade assistencial dos franciscanos[49], o desenvolvimento de um projeto em um espaço no Glicério cedido pela Empresa Municipal de Urbanização (Emurb) (YONEZAWA, 2003), com o intuito de apoiar os catadores a trabalharem de forma organizada em uma cooperativa. Além das atividades assistenciais aos catadores, hoje ela é também uma escola, que fornece a formação social e profissional para pessoas interessadas no trabalho em cooperativas de reciclagem e as encaminha para outras cooperativas e até para empresas privadas. Também conta com o apoio frequente de entidades internacionais, responsáveis pela presença de todos os equipamentos ali existentes, como as 2 esteiras e um caminhão novo.

O intuito de formação da cooperativa efetivamente ocorreu. Segundo a diretriz de construção da autonomia dos catadores, durante o processo houve a necessidade de um segundo espaço. Novamente a parceria com a Prefeitura permitiu o uso de um de seus espaços na região, desta vez sob um dos viadutos do complexo viário da ligação Leste-Oeste, onde antes havia um ferro-velho

48 Afinal, ali se localiza a Ordem Terceira de São Francisco.

49 Ações Locais são grupos de moradores e empresários de uma localidade do centro (de uma rua, uma praça), ligada à Associação Viva o Centro, que desenvolvem atividades de zeladoria em sua área de abrangência.

Foto 20: Entrada da Recifran. (foto da autora, mai.2009)

Foto 21:"Painel educativo de material reciclável." (foto da autora, mai.2009)

Foto 22: Entrada da Cooperglicério. (foto da autora, jan.2011)

Foto 23: vista interna Cooperglicério. (foto da autora, jan.2011)

Foto 24: vista interna da Cooperglicério. (foto da autora, jan.2011)

particular. Assim, segundo o objetivo que fez surgir a Recifran, este que antes era denominado seu Núcleo 2 transformou-se no espaço da cooperativa, a qual recebeu o nome de Cooperglicério, formalizada em 6 de maio de 2006 com 29 sócio-fundadores. A partir de então toda a gestão passa a ser conduzida por suas catadoras e seus catadores.

A sua estruturação interna respeitou os catadores mais antigos que já tinham seus pontos de coleta, bem como sempre está aberta a novos participantes, os quais passam a trabalhar com o material conseguido por meio dos novos convênios com empresas, realizados após a formalização da Coopamare, como bancos e entidades públicas. Todas as demais atividades, principalmente de gestão do espaço, são divididas entre todos. Além da busca de constante aumento de pontos de coleta, também são feitos convênios para a ampliação qualitativa de seu trabalho, tais como o desenvolvimento da "Campanha do Óleo" junto a uma empresa local, a interação com a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Fundação Getúlio Vargas (ITCP/FGV), com a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP) e com a Universidade Uninove, entre outros.

Outra atividade importante é a interação com a vizinhança e com o debate político da cidade e da reciclagem. Neste sentido, há representantes cooperados que participam de reuniões de diversos fóruns e sempre estão presentes em eventos públicos ligados à reciclagem. Por exemplo, participam do Grupo de Trabalho de Coleta Seletiva Solidária, que reúne cooperativas e apoiadores da reciclagem de toda a cidade, participam do

Fórum Centro Vivo, do Fórum de Desenvolvimento do Glicério (do Escritório de Inclusão Social – Glicério), de manifestações, tais como ocorreu no Ato organizado pela Aliança pela Vida junto ao MNPR, das manifestações do aniversário da cidade. Comparecem às audiências públicas na Câmara, aos Seminários organizados pela Universidade, pelo governo e pela iniciativa privada. Interagem com outros movimentos sociais, como os da população de rua e os de luta por moradia, participam de documentários para divulgar o trabalho dos catadores.

Uma outra forma encontrada para fortalecer sua presença no centro foi adentrar o debate em torno dos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento-PAC/Saneamento disponibilizados pelo governo federal a São Paulo, especificamente para construção de galpões e compra de equipamentos por grupos organizados de catadores. Os recursos destinam-se a 10 grupos, que somente podem ser beneficiados pela intermediação da municipalidade, responsável pela gestão dos recursos e pela contrapartida do terreno. No entanto, após inúmeras reuniões e audiências públicas na Câmara Municipal, e com os prazos de utilização dos recursos praticamente esgotados, até 2010 nenhum dos grupos constantes de uma lista elaborada pelo MNCR e por entidades conseguiu ser beneficiado. Para a Cooperglicério já foi cogitado o chamado "terreno da CET" e posteriormente um outro na Marginal Tietê. Em meio a tudo isto, continuam no cotidiano daquilo que é o motivo de todo este percurso, a obtenção de ganhos pela catação.

Foto 25: Audiência Pública na Câmara Municipal para pressionar o processo de definição de áreas para galpões de reciclagem, para utilização dos recursos do PAC-Saneamento. (foto da autora, mai.2009)

2.3. Percurso e representação dos catadores de materiais recicláveis do Glicério

Foto 26: Imagem publicada em jornal de grande circulação em São Paulo. (FREITAS, 2010)

Tenho minha consciência limpa, entendeu, que é uma grande honestidade antes de eu morrer. Então é assim... minha vida é trabalhar com reciclagem, lutar, também agora pelo reconhecimento da categoria, e dessa profissão que as pessoas vêm com outros olhos.
(Dinho)

Saneamento que tem que ter é de moral, o único saneamento que eu acho que deve ter é de moral, aí acaba a miséria, que a distribuição de renda realmente vai acontecer. Então o único saneamento que possa existir aqui no Brasil, não é uma vassoura que vai resolver isso.
(Romeu)

Honestidade e moral, o que significariam estas representações? A velha moral religiosa, o castigo do trabalho que a modernidade fez aflorar nos campesinos que saíam do mundo feudal em direção às cidades, para convencer-lhes a trabalhar em condições precárias e ainda lhes explorar a mais-valia (LEFEBVRE, 1983, p. 44)? Parece a reposição do velho fetiche a encobrir o processo de reestruturação do mundo do trabalho como garantia da acumulação capitalista, "cuja garantia do lucro está fortemente assentada na utilização desse verdadeiro exército de trabalhadores, na recuperação dos resíduos sem nenhum custo contratual" (GONÇALVES, p. 284-285). É uma constatação crítica que para os catadores não é uma representação, é uma presença em sua vida:

> *Vamo dar um exemplo, o cara trabalhava na Suzano*[50]*, caiu o material, não tá comprando mais, tá fraco. Vamos mandar as pessoas embora. Aí a pessoa vai, fica desempregado, não consegue mais arrumar o trabalho, aí começa a catar papelão na rua. E aí pra onde vai o papelão? Vai pra Suzano, né. Então é um ciclo, né, os caras não perde nada.*
> (Bispo)

50 Refere-se à empresa Suzano Papel e Celulose

Sob o enfoque proposto nesta tese, pela apropriação do espaço no contexto da exploração do trabalho do catador, o que este fetiche representa adquire outra gravidade quando analisada "sob a perspectiva estrutural da indústria". Segundo o estudo de Burgos, centrado nos territórios da pobreza (no caso centrado nos catadores de Cidade Tiradentes, mas que também levou em conta aqueles da área "empobrecida" do centro), a base urbana "periférica" de realização dessa indústria constitui-se em frente de "formação de capital" (BURGOS, 2008, p. 65). Do ponto de vista do comércio o que interessa é a quantidade de materiais (BURGOS, 2008, p. 67). Independentemente da

forma como foram reunidos, de modo produtivo ou improdutivo, depende da produtividade que se define pela localização periférica urbana do catador. Isto se torna a base da produção industrial que assim obtém matéria-prima mais barata baseada no trabalho não pago do catador. O que este recebe é "uma ínfima parte dos preços formados no mercado de recicláveis, estabelecidos pelas próprias indústrias consumidoras dessa matéria-prima" (BURGOS, 2008, p. 73).

Tamanha é a exploração sobre este trabalho não pago que não permite nem mesmo a inserção do catador na classificação tradicional de "trabalhador". Sua análise leva a caracterizá-lo como "trabalhador sobrante" da "estruturação da indústria da reciclagem" nos "territórios de expropriação" (BURGOS, 2008, p. 6). A base de seu argumento é a contradição de um trabalhador que:

> "realiza/não realiza um processo de trabalho que possa ser compreendido como produto, posto que sua experiência de (re)inserção produtiva não faz dele nem um "trabalhador autônomo", nem tampouco um "assalariado" [...] aparece como separado do processo produtivo, mas pode ser entendida como trabalho que participa da formação de capital. Isso porque a indústria da reciclagem parece não somente economizar capital constante na aquisição de matéria-prima mais barata (os materiais reciclados). Temos que considerar que tal matéria-prima é mais barata justamente porque nela está o trabalho não pago do catador." (BURGOS, 2008, p. 51)

Para entender a inserção do catador como trabalhador da indústria da reciclagem "é preciso um exercício de desvelamento da relação capital – trabalho" (BURGOS, 2008, p. 51). Os ganhos do catador não se definem como "tempo de trabalho socialmente necessário", mas como matéria-prima componente do

capital constante da indústria, sujeito a variações do mercado de recicláveis, ou seja, seus ganhos não se definem por seu trabalho. Por este mesmo motivo, também não pode ser considerado autônomo. Em alguns casos pode receber por seu "serviço" público, tornando-se assim um assalariado da administração pública.

Sobre a forma cooperativa de trabalho, em que a relação de exploração é eliminada porque é restabelecida a relação entre trabalhador e meios de produção, Burgos argumenta que é mais comum a dissimulação dessa forma de trabalho coletivo (2008, p. 63). Além do mais, se são as indústrias que determinam as características do produto, quer dizer que são "parte da indústria" (2008, p. 65).

Sob tais considerações, as representações de "honestidade" e "moral" desses catadores podem não ser meras representações, podem dissimular uma ideologia, aquela da reprodução das relações sociais de produção da mais-valia, que "se elaboran durante acciones estratégicas mucho más conscientes" (LEFEBVRE, 1983, p.60). Assim, tais estratégias esconderiam a hegemonia da extrema exploração sobre as costas do catador.

Do ponto de vista do espaço, a partir de 2005 iniciam-se conflitos quanto ao uso do espaço do centro. Antigos usos de um lugar que Burgos chamou de "urbano periférico" passam a dar de encontro com outra estratégia de domínio do espaço pelo capital, a já antiga estratégia destes tempos neoliberais, que encontrou na reestruturação dos antigos centros urbanos a nova fronteira para solução dos ciclos mundiais de crise econômica desde os anos 1970 (SMITH, 2007, p. 26). Esse processo que ganhou impulso em São Paulo nos anos 1990 pela "instrumentalização da cultura" (JOSÉ, 2007), sem ter logrado um real impacto "revitalizador", parece ter ganho renovado impulso com os interesses do capital financeiro mundial adentrando

definitivamente o Brasil desde 2005, com a abertura de capital das construtoras na bolsa de valores (BARROS, 2007). Desde então, se intensificam as estratégias: novas legislações urbanísticas são introduzidas, arquitetos renomados da arquitetura globalizada são convidados a projetar novos edifícios por seu "notório saber", áreas empobrecidas são discriminadas, justificando as demolições que atingem quadras inteiras e que desconsideram ou criminalizam seus antigos usuários:

> "por um lado, se fetichiza el saber "puro", depreciando saber crítico y crítica del saber. Por outro, se deprecia lo vivido em provecho de lo concebido, sometiéndolo aos critérios aparentemente rigurosos y actuantes de la pura verdad conceptual." (LEFEBVRE, 1983, p. 68)

Mas não se está falando de conflito da contradição do próprio capital que coloca, por meio de suas respectivas formas espacializadas de acumulação, a indústria da reciclagem contra a indústria imobiliária. Estamos falando de conflito entre a população pobre cujo uso do centro é predominante há décadas e os interesses dessa indústria imobiliária que retoma o centro como foco de suas ações. A permanência do catador no centro, enquanto os inúmeros edifícios vazios ocupados pelos movimentos de moradia sofrem revezes com as sucessivas reintegrações de posse, pode representar algo diferente.

Por "representar algo", literalmente referimo-nos às representações. Elas, pode-se dizer, por um terceiro lado, segundo Lefebvre são outra coisa que não só ideologias: "las representaciones ... forman parte de una estrategia "inconsciente". Nacen como símbolos en lo imaginario y se fortalecen volviéndose corrientes, casi instituidas" (LEFEBVRE, 1983, p. 60), "no se define únicamente por lo concebido, por el conocimiento. ¿Cómo se define? Por la relación con una vivencia (una presencia)" (LEFEBVRE, 1983, p. 69).

Portanto, para além dos fetiches que facilmente vemos hoje hegemônicos por todos os lados, a "honestidade" afirmada pelo catador em seu próprio carrinho, ou nas falas, não parece uma ironia dessa pessoa que afirma a todos da cidade que aceitou ser explorado porque está pagando o "castigo original". É preciso verificar de onde nascem para compreendê-los em sua expressão concreta. Retomemos então as falas.

A primeira relaciona honestidade à vida de trabalho na reciclagem, como "luta", que é também para obter o reconhecimento do outro. Na segunda a moral é ligada à igualdade na "distribuição de renda" para que se acabe a "miséria", referindo-se a um outro "saneamento" (limpeza) necessário ao país.

Iniciemos com "saneamento". Ele está referindo-se à limpeza dos interesses privados sobre a coisa pública, como atualidade que nega algo que vem sofrendo há anos, desde a "vassoura" do ex-prefeito Jânio Quadros na década de 1980, que não o deixa trabalhar com seu carrinho. Ele não utiliza "higienização", termo usado nos documentos dos movimentos sociais para denunciar o processo de violência do Estado que expulsa os moradores e usuários de baixa renda do centro desde 2005 (FCV, 2006). Mas também representa outra coisa, pois toma emprestado do contexto recente, em que a cooperativa em que trabalha é uma das reivindicadoras dos recursos do PAC-Saneamento do governo federal, para incentivo a 10 cooperativas da cidade de São Paulo. Segundo as cooperativas pleiteantes, não há interesse por parte do governo municipal que, em vez de apoiar a coleta seletiva pelos catadores como continuidade de uma prática existente há anos, tem concebido a instalação de incineradores, portanto, de interesse dos setores empresariais. Assim, a "moral" para ele, não é a do trabalho, mas da ética em contraposição à corrupção e à desigualdade na "distribuição de renda" que, entre outras coisas,

não permite que consigam a cessão de uso de uma área pública no centro, ameaçando seu próprio trabalho de catador.

"Trabalhar com reciclagem" como forma de vida. No caso desse catador, que dos entrevistados tem a história mais antiga na reciclagem, é praticamente o trabalho de toda sua vida e também da família, ascendente e descendente. Seu pai o alimentou na infância com o dinheiro trazido a cada final de dia de trabalho na reciclagem, atividade exercida na própria Zona Leste onde morava. Como muitas crianças de famílias pobres, a partir dos 7 anos já começou a ajudar no sustento da família. Até os 15 anos trabalhava durante a semana com a tia na Móoca. Dormia sob o carrinho e nos finais de semana voltava para casa. Em 1979 "eu tava trabalhando por minha conta, puxando meu próprio material". Em 1980 veio para o centro e em 1984 "eu vim aqui no miolo da Liberdade". Ao menos uma vez trabalhou em outra atividade, como vendedor em uma loja de sapatos, mas parece não ter significado em sua vida.

Foto 27: Faixa elaborada por um dos membros do FCV para o aniversário da cidade, como forma de denúncia da violência que movimentos sociais sentem no centro. (Foto da autora, 25.jan.2007)

Trata-se de um perfil que não corresponde à maioria dos catadores, pois 79% deles têm menos de 10 anos de trabalho na reciclagem, segundo pesquisa de 2005 da Secretaria Municipal do Trabalho. No entanto, ele em si não é uma exceção, mas a própria cooperativa, pois das 7 pessoas entrevistadas na Cooperglicério, ao menos 4 delas declararam estar há mais de 10 anos nessa atividade. Segundo um deles:

> *O seu Romeu coleta há mais de 35 anos no mesmo lugar, o Dinho coleta há mais de 20 anos no mesmo lugar, eu coleto há uns 15 anos no mesmo lugar, então a prefeitura não precisa implantar uma logística, nós já sabemos como se faz a logística.*
> (Bispo)

"Trabalhar com reciclagem" como forma de luta. Aquele catador descreve sua trajetória de apropriação dos espaços por meio da reciclagem no Glicério como uma série de tentativas, sob o viaduto, em terrenos abandonados, em espaços privados, em projetos assistenciais, seja trabalhando para donos de ferros-velhos ou até de ter seu "negócio próprio", foram várias as tentativas individuais ou em "sociedade". A mesma história transparece nas soluções de busca por sua moradia, uma luta. O terreno em que mora é dividido com outras pessoas, sendo que ele e um amigo estão tentando a posse por usucapião. Na divisão que lhe cabe no lote moram outras tantas pessoas, os filhos, os netos e alguns filhos de um amigo, que ali residem durante a semana pois estudam na região[51]:

> *Tem que ter um trabalho. E a realidade é essa, as pessoa praticamente, por que tão aqui? Porque a maioria mora aqui, a questão dos nossos filhos, estudam aqui, tem uma estrutura melhor, a maior concentração de material da cidade de São Paulo tá aqui.*
> (Bispo)

O terreno onde reside aquele catador é um dos lotes que conformavam a vila operária das indústrias que se localizaram na Várzea do Carmo no início do século. Recentemente, surgiu outra forma de melhorar sua moradia, agora que está inserido na demanda das moradias para catadores, em construção no centro pelo Crédito Solidário. Mas a estratégia nunca é única: também participa com a filha em um movimento de moradia

51 Este catador mora em uma área de cerca de 30m2, que contém um quartinho coberto, uma área para chuveiro e um pequeno quintal com o tanque e algum reciclável.

e chegou a ocupar o edifício vazio público semi-acabado na praça próxima à cooperativa. Se conseguir o usucapião do terreno, pretende construir quartinhos para alugar e conseguir pagar o financiamento do governo.

Durante a caminhada pelas ruas da região, em que sempre cumprimentava alguém, a cada quadra ele apontava inúmeros pontos onde trabalhou, onde morou, onde tinha uma história para contar. Portanto, são inúmeras e diversas estratégias que perpassam sua vida de apropriação do espaço do Glicério, sempre procurando uma "vida melhor". Apesar de ter saído da Coopergicério (temporariamente) por divergências dele e outras pessoas em relação ao trabalho conjunto com o projeto Catasampa, a perspectiva da luta organizada continua para que haja o "reconhecimento da categoria", para que as pessoas os vejam "com outros olhos". Essa busca que demonstra um crescente de formas mais coletivas de organização e articulação com outros grupos sociais também se dá como mais uma estratégia, pois bem sabe que disso depende a continuidade de sua atividade no centro. Foi ele que entrou para a Recifran, "quando eu vi que a Prefeitura tava dando em cima", em 2005. A importância do trabalho coletivo apresentou-se como a forma unânime objetivada entre os demais entrevistados, pois disto depende a possibilidade de aumentar seus ganhos e para conseguir o apoio político para ali permanecer.

Todos estes anos de trabalho, dele e de outros 3 cooperados também antigos na região, definiram um roteiro quase que fixo de coleta, nos mesmos pontos e edifícios comerciais pelo menos há mais de 10 anos:

> *Mais antigo é esse lá de cima da Liberdade, e esses dois da Liberdade. É quase tudo o mesmo tempo. Esse de lá, o primeiro que eu pego mesmo é desde 95 que eu pego, todos eles. Aí todo dia tem que passar pra pegar. Não posso deixar de não ir. Quando eu não posso ir, eu tenho que arrumar uma pessoa pra ir pegar, porque, não pode deixar. Todo dia naquele horário tem que tá lá. Eles não quer que deixa, que deve chamar rato. Tem o compromisso certo, tem que ir.*
> (Raimundo)

Mesmo no caso dos catadores recentes na cooperativa (exceto a única mulher entrevistada), a apropriação do espaço do Glicério dá-se há muitos anos, pois constitui-se como um espaço de passagem presente em suas vidas. Fernando já trabalhou em entidade conveniada com a Prefeitura como Agente de Proteçao Social e ali era um dos espaços onde atuava, pois levava os moradores de rua que quisessem ir para o Albergue São Francisco, ao lado da cooperativa:

> *Eu fazia trabalho com esses moradores aqui. Só que a única coisa, o único trabalho que a gente fazia com eles era o quê. Tirar do meio da rua e encaminhar pra esse albergue aqui em frente.*
> (Fernando)

Para Laerte, além de frequentar o Glicério devido ao albergue e ao hotel social no Cambuci, ali era um espaço de passagem quando trabalhava em construção civil na cidade há 20 anos:

> *Eu sempre vinha por aqui. Aí tinha a feira do rolo. Então foi tudo isso.*
> (Laerte)

Para 2 dos catadores entrevistados foi a catação que os levou à região:

> *Eu comecei a minha vida de catador aqui no Glicério em 89. Chegando da Bahia, tal, e cheguei na rodoviária,*

foto 28, 29, 30: Alguns dos pontos fixos de coleta dos catadores. (foto da autora, mar/abril. 2008)

desci, fiquei uns 2, 3 dias morando em albergue, depois, saindo do albergue comecei a catar material, na rua, que naquela época era latinha, que eu via todo mundo começar a pegar.... Eu conheci o Glicério porque eu comecei, que o lugar que era pra vender era na baixada do Glicério. Aí por isso minha relação com o Glicério começou nisso. Aí eu comecei a entender, mais pra frente, que o Glicério tem uma história, que há mais de 35 anos é a maior concentração de catadores do Brasil, ou do mundo, não sei, que os maiores, os depositários sempre ficaram aqui.

(Bispo)

Eu vim da Bahia, né? Ai meu cunhado já trabalhava aqui, trabalhava com esse negócio de reciclagem. Aí eu vinha e comecei a trabalhar lá no Parque D. Pedro... Desde 88 que eu vim praqui.

(Raimundo)

O lazer também se dá na região, apesar de ter um reconhecimento dúbio:

A vida do Glicério, é um pouco limitado... , eu gosto muito de ir no Parque da Luz, no Museu da da Língua Portuguesa, eu gosto de ir na Pinacoteca, ver algumas exposições... gosto muito de sair prá ir dançar... onde arruma tanto artista pra tocar nesses bar?... for parar prá perguntar mora tudo por perto. É na Móoca, é na Liberdade, é aqui na baixada do Glicério... Então de vez em quando você tá na padaria tomando café, tu olha e tem um artista do outro lado... aqui no Pq. D. Pedro

(Fernando)

Um dos artistas que encontra provavelmente é Benedito, protagonista de um documentário sobre os artistas que fre-

quentam a região, "Rua São Paulo"[52], mas que também entrou na mídia como um manifestante que ameaçou as autoridades na tradicional missa da Catedral da Sé, na comemoração dos 454 anos da cidade:

> "A notícia do dia foi a de que o morador de rua Benedito de Oliveira, embriagado, feriu 3 pessoas na missa de celebração na Catedral da Sé [...] Benedito de Oliveira é também Benedito do Pagode, compositor e intérprete de samba. É conhecido entre moradores e trabalhadores do centro por composições como "Olha o rapa!", "O Apagão do Momento" e "Copa do Mundo - Rumo ao Penta!", pois com sua garganta de invejável potencia vocal costuma divertir as pessoas em praças públicas. Foi a partir destas apresentações que Benedito foi convidado ao programa televisivo da Rede Globo, o Caldeirão do Huck, em 2005. Ali, chamou atenção por sua qualidade como cantor e por seu carisma com o público. Cantou, dançou e fez subir a audiência da emissora." (FCV, 2008)

Além destas relações de trabalho, de vida e de passagem com o lugar, há uma outra teia de relações do vivido por estes catadores que os perpassam: a dos movimentos sociais. Já foi apresentada a relação de Débora e Dinho com os movimentos de moradia. Na mobilização ligada à reciclagem, Bispo e seu seu Romeu são os que mais representam a cooperativa nos diversos momentos de articulação com outros grupos recicladores, entidades e com o MNCR. Bispo era um dos coordenadores do MNCR, mas teve divergências e dele se separou. Sua esposa também trabalha no movimento e morou no mesmo Hotel Social que Débora. A relação com o movimento, no entanto, somente foi citada por ele, parecendo não haver relevância na vida dos demais entrevistados.

[52] O documentário encontra-se disponível em: *bit.ly/hms_td_nota52*.

Há relação com a mobilizaçao social em torno da situação de rua na origem da Cooperglicério, a Recifran, mas para além disso, a relação não poderia deixar de ser mais próxima. A Recifran é um dos projetos do Serviço Franciscano Social (Sefras), que tem outros voltados especificamente para a população de rua. Como entidade e por meio de alguns de seus coordenadores participa ativamente dos vários Fóruns de articulação de entidades, dos quais participam representantes daquelas conveniadas aos vários albergues e serviços sociais de atendimento à população de rua. Vários atos contra a "higienização" no centro por vezes foi organizado por estas duas mobilizações: dos catadores e da população de rua. Vale lembrar que a primeira organização dos catadores que gerou a Coopamare nasceu da mobilização da população de rua no Glicério.

Bispo também participou do mesmo movimento de moradia que Débora, participou das ocupações em 1997 e morou inclusive na ocupação Prestes Maia, cujo processo de reintegração teve grande repercussão na mídia, em 2007. Somente agora conseguiu participar de um financiamento mais acessível a quem recebe menos de 3 salários mínimos, o Crédito Solidário.

Portanto, por trás de "honestidade" e "moral" no trabalho com a reciclagem há uma vida de trabalho para além da geração de renda, que se distancia da representação de uma ideologia fetichizada. O Glicério mostrou-se um espaço apropriado por trajetórias de vida pessoais, coletivas e institucionais para a reprodução da vida dessas pessoas, como reprodução de sua condição de pobreza e como reprodução de luta contra essa pobreza.

2.3.1. Para além do espaço da sociedade da mais-valia

Estes percursos, portanto, trazem representações formuladas a partir do concreto da apropriação do uso do Glicério por estas pessoas, não são formulações de um fetiche. Mas significaria uma forma diferencial de reprodução que não a da sociedade da mais-valia? A catação, independente de qualquer sociedade, sempre foi um meio de sobrevivência, mas que se apresenta nesta civilização como questão com os atuais níveis de urbanização. Se na relação social de cada sociedade o trabalho produz diferentes valores sociais, não é qualquer trabalho que produz os valores que organizam a sociedade. Assim, na sociedade capitalista é o trabalho assalariado, aquele trabalho produtivo capaz de produzir mais-valia e cujo trabalhador recebe por isso sua quota parte da riqueza social: o salário. Mas quais são os valores gerados pela catação? Burgos já bem demonstrou que o catador não recebe nada que se aparente com salário. É preciso desvendar a negatividade presente na catação, desvelamento que pode se dar pela consideração da tríade capitalista enunciada por Marx, a partir da relação com a terra e os meios de produção, o capital. Pode-se na consideração dessa teoria sobre a terra, trabalho e capital, base da coesão dessa sociedade da mais valia, fazer uma análise do ponto de vista da sociedade urbana de Lefebvre (saliente-se, não como sociedade industrial, ou da mais-valia), ampliando o olhar para além do "mundo do trabalho" e dirigindo-o para a reprodução social no cotidiano da catadora e do catador:

> "Capital, terra, trabalho! Mas, o capital não é coisa, mas determinada relação social de produção, pertencente a uma formação histórica particular da sociedade, e essa relação se configura numa coisa e lhe dá caráter social específico." (MARX, 1968, p. 936)

O capital é um momento particular da história social (que como humanização é universal), um processo civilizatório inerente à condição humana. Realiza-se num momento histórico da produção que por ser capitalista se constitui como sociedade da mais-valia. Os outros termos da fórmula – terra e trabalho - sim são universais e, nesse sentido, a-históricos, relacionando-se nesse momento na forma determinada pelo capital:

> "É que o conjunto das relações que os agentes da produção, produzindo dentro delas, mantêm entre si e com a natureza constitui justamente a sociedade, considerada em sua estrutura econômica. Como todos os anteriores, o processo capitalista de produção se efetua em certas condições materiais que ao mesmo tempo servem de suporte a determinadas relações sociais contraídas pelos indivíduos no processo de reprodução da vida. Aquelas condições e estas relações são, de um lado, requisitos prévios, e, do outro, resultados e criações do processo capitalista de produção; este as produz e reproduz." (MARX, 1968, p. 940)

Sobre as "condições materiais" que "servem de suporte a determinadas relações sociais contraídas pelos indivíduos no processo de reprodução da vida", enfim, a reproduçao das relações sociais de produção, entre as condições de produção da cooperativa de reciclagem estudada está a dependência dessa forma coletiva de trabalho. A experiência do catador demonstra que esta forma não só lhe garante maiores ganhos pelo aumento da quantidade vendida coletivamente, mas também garante credibilidade diante da sociedade. Primeiramente, para coletar em algumas empresas há a exigência de um nível de formalidade:

... se a gente não tiver documento também, a gente não pode retirar de grandes geradores, porque a maioria são documentos que precisam ser destruídos. Então, se a gente tiver documentos, que nós somos uma cooperativa... aqui no Centro é a única cooperativa que tá legalizada, em termos de documento. Então ela pode abraçar esses grandes geradores que precisa vir. E desovar esses materiais. Precisa de uma pessoa responsável prá destruir esses documentos e não parar em outras mãos. Então a gente luta prá isso, prá cooperativa e ter um grande gerador prá fornecer os materiais pra nós.
(Dinho)

Então, depois que eu saí do CAP eu fiquei desempregado, queria voltar pra área de segurança, mas já tava muito saturado, muita gente, pouca oferta, muita exigência, né. Aí eu falei, "não vou, não vou ficar batendo nessa tecla não, vou procurar uma coisa que eu saiba fazer mesmo, e como eu já tinha trabalho com reciclagem também então, eu voltei novamente.
(Fernando)

O mesmo se dá na relação com o poder público. Há a possibilidade de atuar por meio de convênios ou parcerias, mas a documentação amplia as possibilidades, conforme consta no artigo 3º. do Decreto nº 48.799/2007:

> "§ 3º. Para os fins deste decreto, entende-se por cooperativa ou associação o grupo de catadores de materiais recicláveis que atuem no ramo de coleta seletiva, legalmente constituído, que gerenciará a Central de Triagem ou a unidade de produção encarregada de coletar, triar, armazenar, beneficiar e comercializar os resíduos sólidos recicláveis." (SÃO PAULO, 2007)

Um terceiro motivo é a dimensão coletiva e solidária da forma cooperativa que atrai apoiadores diversos. Por exemplo, nos inúmeros debates organizados sobre o Projeto de Lei para a Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre os apoiadores estão os representantes da Agenda 21. Em um desses debates, segundo o MNCR "a ambientalista Nina Orlow, do Fórum de Agendas 21, falou da importância da ação socioambiental com a coleta seletiva com a inclusão social das catadoras e catadores" (MNCR, 2009). Tal como outros grupos sociais contribuíram com a resistência à expulsão das cooperativas em áreas de interesse imobiliário, o mesmo se dá quando da construção de políticas públicas. E isto tem um reflexo pragmático:

Trabalhar no grupo é melhor que trabalhar assim, separado, mais tarde eles vão aderir também. Não tem como ficar. Por que, mais tarde vai ser assim. O material vai ser doado só se tiver em grupo, se não tiver em grupo eles não vão doar, aquelas pessoa particular não vai doar.
(Laerte)

Estas são as condições existentes e percebidas pelo catador que o faz redefinir suas relações sociais com o restante da sociedade. Mas há também condições internas de organização. Eles trabalham como catadores porque foram expulsos de uma lógica em que não se enquadram:

Eu não tenho profissão. Então a solução é eu trabalhar como catador, né? Além de não ter profissão, a minha idade também não dava mais, não pega mais emprego, né?
(Raimundo)

Há que se buscar, portanto, outras formas de relações de trabalho, e a encontraram na forma cooperativa, relacionada ao que consideram valores para o trabalho:

Aí o emprego ficou cada vez mais escasso, a idade vai chegando, o preconceito social, que existe desda a era de Nero... de que as pessoas mais antiga, mais velha ficam mais excluída da sociedade, uma vez que a mão-de-obra que interessa pro empresário, são mão-de-obra que tenha força física, né. Eles não tão interessados na habilidade, eles não quer pessoas que pensa no meio, porque eles ficam com medo que essa pessoa que pensa possa tomar o lugar dele... Não quer aquela pessoa que possa produzir com consciência, o que eu acho totalmente errado... eu via colegas que tinha uma inteligência fora do comum em termos de habilidade no serviço que tava sendo prestado, e chegando no outro dia passava o supervisor, o responsável superior a mim, mandar ele subir pro escritório pra poder dar a conta pra ele.
(Romeu)

... na casa da gente também tem regra. Quando você é criança você tem toda a regra que você tem que aprender e tem que obedecer. É igual, isso daí ninguém pode fugir, vai no quartel, qualquer lugar tem. Mas o que eu to falando é de ter gente te mandando. Gente que é igual a você ou talvez pior, e tá te mandando. Isso daí não existe. Então não dá certo. Aqui é bom porque ninguém manda em você, ninguém manda... Aí tá a diferença, se acostumou, aí você não se acerta mais de você chegar numa empresa, você pegar o serviço, as pessoas tá te mandando. Então, por causa disso que eu preferi trabalhar assim, em grupo.
(Laerte)

São valores para eles, portanto, a experiência, a inteligência, a consciência, a habilidade, a igualdade, em contraposição a um sistema baseado nas tradicionais e excludentes relações

sociais de mando e obediência. Se resolvem trabalhar sob tais novas condições, a autogestão é a forma com que decidem se organizar. Nota-se que alguns, os cooperados mais novos, não têm plena compreensão da estrutura de organização da cooperativa, mas exercem suas funções e contribuem com o que conhecem, percebendo a diferença no modo de trabalho.

Foto 31: Assembléia de eleição da nova coordenação da Cooperglicério. (foto da autora, mai.2008)

No grupo de formação. É, ali tá tudo junto. Um dá uma idéia outro dá outra, quais são os objetivos. Fazer pra ajudar o grupo, né? Que que precisa, o regimento interno. Então, agora mesmo eu pedi o regimento interno, o grupo, horário, entrada e saída, organização do grupo. E a gente conversa, assim, particular, ´então eu passo aí´. Prá organizar, gestor fiscal. Aí acaba todo mundo chegando junto.
(Débora)

A forma coletiva de trabalho autogestionada, que tem origem em relações de solidariedade, desta maneira se mostra quase que a única forma que viabilizará o trabalho dos catadores na região e na condição que lhes foi reservada na reprodução da mais-valia. Não se trata de uma visão romantizada de trabalho em meio a um mundo individualista, tal como a visão assistencialista que muitos têm ao imaginar uma coperativa de trabalhadores pobres. Há uma condicionante prática definida nas relações sociais desta sociedade e também condicionante de busca de outras formas de reprodução social, como negação a um conjunto de valores que já não lhes garante a reprodução de suas vidas.

Continuando na trilha dos resíduos, haveria por trás destas representações reformuladas uma particularidade diferencial quanto ao modo de produção da mais-valia? O resíduo seria um falso custo de produção, que o avanço das relações capitalistas tenderia a eliminar, tornando a autogestão nesse lugar mais uma exceção a ser usurpada como um fetiche? É mais uma contradição produzida, na medida em que as relações capitalistas não o eliminam, só fazem aumentar ainda mais os resíduos que induzem a um questionamento de seu sistema de valores: um questionamento da racionalidade econômica da estrutura capitalista de produção para a reprodução da vida.

Para melhor avaliar a presença desta autogestão, analisemos agora os termos a-históricos da trindade no caso destes catadores, a sua relação com a terra e o trabalho, a base da geração dos valores que definem a produção de uma sociedade, base para que se possa ampliar as equivalências construídas socialmente, independentemente das relações de troca, e notar como se alteram as formas de apropriação espacial.

Mesmo "sobrante", pela catação o catador garante um valor para si como forma de renda que, em geral, em termos de valores monetários, pouco difere dos trabalhadores informais, ou mesmo daqueles do mercado formal, podendo em alguns casos ser bem superior[53]. É o que lhe importa, não fosse assim não seria uma alternativa de trabalho.

Essa renda vem dos resíduos que coleta, como se estivesse garimpando os materiais mais valiosos disponíveis nas ruas da cidade, o que permite especificar sua renda como renda de extração. Resultado do descarte da produção social, os recicláveis nesse sentido como que retornam a sua condição "natural", mas já como uma "segunda natureza", porque transformada pela produção, colhidos como se fosse "natureza" no espaço público. Apresenta-se como um material em geral considerado não-mercantil e sem valor para a sociedade, ou seja, não há um proprietário dessa "natureza" descartada, muito menos um proprietário fundiário. Também não há uma propriedade da terra como "condição prévia da produção capitalista" (MARX, 1968, p. 943) onde os processos produtivos da triagem ocorrem, pois ele as exerce nas ruas, sob viadutos, em terrenos ou casas abandonadas ou cedidas por entidades assistenciais. Como condição material de produção, portanto, é uma negação da propriedade privada da matéria-prima e da propriedade da terra.

53 As rendas obtidas são variáveis, tendo-se ouvido na época da crise econômica de 2008 valores inferiores ao salário mínimo, 300 reais, e hoje (2010) podendo chegar em alguns poucos casos a 3 mil reais, sendo que o valor unitário de cada material não retomou os valores anteriores à crise.

Em não obtendo sua renda como produção da mais valia, quebra-se tal caráter místico do "fetichismo da mercadoria" presente na forma trinitária, para reforçar o trabalho do catador em si a gerar valor para a sociedade e em oposição à produção da mais-valia capitalista. Não há como negar que é o trabalho do catador, que sem se colocar na forma mercadoria, a mercadoria trabalho, viabiliza, pelo menos em parte, a existência e aproveitamento de uma matéria-prima que estava desperdiçada como valor de uso para as indústrias. Não estaria assim colocando em questão o sistema de valores da sociedade da mais-valia? Pelo menos dessa indústria[54] da mais-valia que depreda, desperdiça e faz de tudo e de todos um valor de troca?

Se a presença do catador hoje, pode-se dizer, é aceita pela sociedade, mesmo que por passividade e pela moral do trabalho, mesmo que porisso ele possa ser considerado mais um fetiche, é um estranhamento não desejado. Quando se vai comprar o pão para o café da manhã, não é bem um catador que se espera encontrar no caminho. É um estranhamento que tem por trás a quebra da coesão social capitalista, pois ainda se pensa em termos do trabalhador da indústria submetido ao capitalista. Não nos importamos com aquele que por trás do balcão nos passa o pão, por pior que seja o seu salário, mas

54 Pode significar um brecha do próprio capital, que assim pode gerar lucro e juros sem ter que dividir com o proprietário da terra que nada produz, o que exigiria estudos mais detalhados. Mas de qualquer modo, a brecha já está dada, como consequência de uma negação central: o catador introduz a negação da reificação das relações sociais de produção capitalistas.

nos incomoda aquele que carrega, com muito esforço físico, a futura matéria-prima para a indústria.

Mas isto significa um estranhamento de outra monta. A negação do fetiche da mercadoria leva a outra negação. O catador reafirma o valor de uso do que foi desperdiçado e desinvestido de seu valor de troca como mercadoria: ele nega a mistificação das próprias relações sociais capitalistas. Em outras palavras, os valores do capitalismo são os da troca, não o do uso, o que define relações sociais que se estabelecem com base predominantemente na troca. Ele não só se contrapõe à negação da relação terra-trabalho, como renda fundiária e salário, como, ao instituir o uso, ratifica a força da coesão desses termos a-históricos nas relações sociais.

Em assim obtendo sua renda, trazendo valor de uso ao que era desperdiçado, a matéria-prima e o espaço, só faz expor a público nas ruas uma base produtiva que se baseia na exploração do trabalho, pois a catação expõe a exploração de toda a indústria da reciclagem sobre as suas costas (e isso o catador bem o sabe), não somente por seu esforço físico, mas porque também não há propriedade dos meios de produção que possa exigir sua parte nas rendas de seu trabalho, afinal o carrinho é seu e o espaço de trabalho é público, ou sem valor comercializável. O lucro que toda a indústria assim obtém somente pode dar-se por usura sobre SEU trabalho.

É a sua força vital que garante a recuperação do uso de materiais recicláveis, e não a intervenção de um empreendedor que compra o seu trabalho e lhe paga salário. É a sua força vital que garante o uso de um pedaço desvalorizado da cidade, e não o Estado ou investidores imobiliários. É a catadora e o catador da Cooperglicério que se apropria de um espaço urbano e ali garante a permanência de sua atividade, enquanto ocupações de movimentos de moradia são reintegradas, quadras são demolidas, moradores de baixa renda são mandados para as periferias, ambulantes são continuamente perseguidos.

O catador, assim, se apropria do espaço como uma relação intrínseca entre terra e trabalho para introduzir o uso como valor para sua produção, tanto que na apropriação do reciclável interfere a localização em si e a qualidade dessa localização (o espaço-terra), que dependentes do uso que nela se realiza permitem uma maior produtividade da atividade. Retirá-lo do seu espaço, do território onde realiza a catação e impedi-lo de permanecer no seu local, significa a inviabilização da própria atividade. E se ele resiste, permanece e se apropria de elementos daquele espaço, cria uma brecha (teoricamente possível) que, ligada ao potencial (abstrato) do uso e apropriação social do espaço trazido por Lefebvre, ligado ao possível (possibilidade real) de outras relações de produção, permite pensar, como possibilidade concreta, outras formas de reprodução de relações sociais que a forma autogestionada com que trabalha parece introduzir. Trata-se de pensar e discutir uma possibilidade histórica e, claro, que não necessariamente se realiza.

E com esta negação da indústria capitalista e da mais-valia, afirma com sua própria figura que puxa um carrinho nas ruas, um sistema excludente que se expressa na paisagem urbana, que escancara à sociedade um sistema que parece retomar formas primitivas de trabalho. Relembra à sociedade um sistema de valores que explora e depreda o trabalhador, por isso destruidor do humano e do homem enquanto sujeito e fim de toda valorização, à medida que esta fica reduzida ao valor da mercadoria e do capital.

Portanto, por trás da "honestidade" e "moral", o que os catadores expressam é uma prática urbana que, ao introduzir mudanças nas representações centrais do trabalho e da terra, mudanças na coesão da trindade da atual forma socialmente

predominante, introduz mudanças de valores:

> "[...] toda sociedad convierte en valores todas aquellas realidades, que más contribuyen a su cohesión interna y mejor desarrollan sus condiciones de existencia, y de la condición humana en general. Según esto, la valoración de los valores posee una doble dimensión humana y social: se conforma por los vínculos sociales constitutivos de toda sociedad y en la medida que es compartida. Esto significa que la percepción de los valores se funda en una razón práctica, y que los valores puedan ser universalizables." (PARGA, 2008, p. 28)

"Honestidade" e "moral", portanto expressam a possibilidade de construção de uma outra linguagem de outros valores para o catador como expressão de sua verdade, para instituir uma realidade que nega aquela que não lhe serve:

> "El lenguaje, como Hegel lo decía de la Razón vinculada al lenguaje (Logos) y de la Historia... parece servir la verdad, pero en realidad siempre sirve a alguien."
> (LEFEBVRE, 1983, p. 48-49)

> *E fora a questão que faço hoje, a questão da coleta do óleo, essa também fica junto à coleta do óleo, que hoje a cooperativa coleta o óleo pra biodiesel... Tem as escalas, né, tem dia certo. E hoje na cooperativa, as palestras aí eu que faço. E aí é tudo ponto que vem pra cooperativa. E o trabalho que eu faço aqui dentro, secretário, né.*
> *Uma coisa que eu queria colocar já de hoje, eu acho que isso é importante. Lá atrás nós catadores sempre lutamos pra ser parte da cadeia produtiva. Dentro de uma cadeia produtiva nós somos o principal dela. Só nós estamos lá embaixo, né. É uma pirâmide e nós tamo lá embaixo. E os cara que fica com o lucro fica lá em cima. E a gente sempre lutamo, nós catadores, e movimento, sempre lutamo pra gente ganhar, ir pro grande gerador. E sempre foi uma dificuldade pros grandes geradores, de coletar. E hoje, com essa questão da crise, os grandes geradores tá procurando as cooperativas, os catadores aí. E aí, né, sempre a gente lutou pra pegar, e agora eles tão procurando. Aí eu comecei a entender as coisas, por quê? Ninguém quer perder nada. As empresa, hoje aí, que contrata uma mão-de-obra.*
> *A Ambiental, subiu, essas grandes empresas retira material, orgânico e reciclável, e leva. Aí o orgânico eles têm todo o processo, que diz que dá o destino final, né, tem que ter toda uma legislação pra dar o destino final, e o reciclável eles levam e ganham. Quer dizer que eles ganham dos dois lados. E aí, das grandes geradoras que eles pegava, eles aumentaram o preço. E aí, por causa da crise, os geradores de lixo subiu, não quer perder. E aí tão chamando agora as cooperativas dos catadores. Por quê? Que aí, se a cooperativa ela pegar ela não vai cobrar nada. Entendeu, você vê como que é a questão da crise. Uma parte ela pode, não ajudou. E aí, vou contratar uma empresa grande vou ter que pagar. É caro pra eles, né, que o cara tem horário, tem coletas diárias, já tem uma logística tal, e aí subiu, as empresas não quer perder nada. E aí hoje eles tão chamando a cooperativa até, por quê? Subiu aí, pro catador, pruma cooperativa eu não pago nada. Vc vê como que é? Numa cadeia produtiva que não é justa, né. Que quando eles não tinha, a crise tava boa, eles pagavam pra uma empresa, não chamava o catador, uma cooperativa. E agora que a crise tá feia, eles chama a cooperativa dos catadores, por quê? Aí acho que agora tá na hora dos catadores sentar que o negócio tá bom. Mas também tem o custo operacional, da questão de coletar. O que acontece*

hoje? Ninguém quer perder nada, né. Eles As empresas tão dando. Eles tão cortando contrato com a Multilixo, que a Multilixo cobra. Aí, passando pra cooperativa não cobra nada, que eles não quer perder nada. Vc entendeu? Os caras não quer perder nada, ninguém que perder nada. E nós também não quer perder. Por isso que é importante os catadores começar a entender as coisas pra gente não perder, porque todo mundo ganha. É os esquemas. Você é dono de uma empresa grande, aí paga pra Multilixo, vamo dar um exemplo, 2 mil reais por mês, agora com a crise a Multilixo, "o... vai subir em março pra três mil", "não vou pagar mais", tem que cortar os gastos da empresa. Aí vc chama a cooperativa, o catador, "ah, vou te dar tudo de graça". De repente o material nem cobre a logística, o custo operacional. E tem também hoje, essa questão do consumo, ela é muito preocupante, né. Que hoje sai computador, sai celular, e a maioria destes materiais, não o que tá dentro, mas a carcaça, tem plástico que não tem mercado. Hoje jornal ninguém quer, 2 centavos o quilo do jornal. As empresas não quer comprar jornal. Você imagina carregar 1 tonelada de jornal no carrinho, pra ganhar 20 real. E vai jogar no aterro sanitário é errado, né. Por isso que pra essas empresas que hoje cobra, tem que ter uma fiscalização mais em cima. Será que eles tão dando destino final? E quem vai pagar mais tarde vai ser nós. A questão também, a SOAS recebeu a questão do crédito de carbono, né. A prefeitura de São Paulo recebeu os países lá, assinaram a carta de Kyoto, contaminaram o país dele, e aí, pra dar uma de bonzinho ele vem e compra crédito de carbono do Brasil, pra dizer que tá fazendo educação ambiental, tá respeitando o meio-ambiente, mas e esse dinheiro, a maioria, em vez de apoiar as cooperativas e associações de catadores, vai pra onde, né. Que, se apoiasse,

acho legal a questão da cooperativa, apoiasse a questão dos catadores, as cooperativas e associações dos catadores que tá organizado, e aqueles também que não tão mas tão querendo se organizar, desse um apoio pra organizar eles, formação, um trabalho social tem que ter, algo num primeiro momento, tem que ter formação técnica, caminhão, carrinho elétrico padronizado, respeitando a origem do carrinho do catador. Fazendo os cálculo por cima que um dia eu fiz com um economista, não tinha desemprego mais em São Paulo, na cidade de São Paulo. Aí sim. Tem algumas pessoas aí que não quer fazer isso, porque ganham em cima, da miséria de algumas pessoas que tá em dificuldade. E se no Brasil inteiro tivesse mais investimento em cooperativa, associação de catador, investir também na preocupação com o meio-ambiente, a questão de tudo, acho que resolvia, ia ter poucas pessoas sem trabalho. Mas é uma questão política, né que tem uma grande discussão. (Bispo)

O que este catador expressa neste longo raciocínio são os nexos que compõem as relações sociais em que se envolve. A mera atividade cotidiana da cooperativa, que também implica outras que surgiram no processo de sua organização, como o secretariado e as palestras, em seguida o faz refletir sobre a cadeia produtiva e sobre seu lugar nela como base explorada pelo lucro, cuja crise lhe permite entender as contradições da reprodução capitalista, que demonstra uma lógica que não é justa e nem sustentável, muito menos solidária, que, se pode ser uma oportunidade para a cooperativa, esclarece um *esquema*[55], que se extende aos créditos de carbono, que em contrapartida, ele próprio em sua experiência de vida foi capaz de construir a coerência de uma reprodução social mais justa e com soluções mais viáveis para muitos problemas sociais, aos quais almeja o respeito *(acho legal a questão da cooperativa)*

[55] A susceptilidade do catador à corrupção pode-se entender pela envergadura de tais "esquemas" diante da complexidade do descarte. Vai desde o descarte do entulho da reforma de uma casa, que paga poucas dezenas de reais aos catadores para que sejam lançados em terrenos baldios ou locais públicos de pouca visibilidade, passa pelos inúmeros aterros clandestinos que recebem quantidades maiores lançadas por caçambas, como é comum na represa Guarapiranga, e passa pelos resíduos hospitalares, cuja gravidade gerou o desastre do Césio 137 de Goiânia em setembro de 1987 (pode-se encontrar inúmeros destes exemplos na mídia, pois tratam-se situações extremamente comuns.

Sobre a Guarapiranga pode-se ver em: *bit.ly/hms_td_nota55.*

Sobre dejetos hospitalares, em: *bit.ly/hms_td_nota55_2.*

O acidente de Goiânia chegou a tornar-se um verbete da enciclopédia livre eletrônica Wikipedia: *bit.ly/hms_td_nota55_3.*

bem como o apoio para avançar na estruturação da atividade, como forma de negação ao assistencialismo e oportunismo das ONGs, para afirmar um outro modo de atuação do Estado em todo o país, que sabe que mais do que questão logística é questão política.

A realidade que serve ao catador, com base em seu trabalho instituinte de valores que rompem com aqueles da realidade da mais-valia, mostrou-se em si portador de uma universalidade capaz de seguir agregando, ao longo das últimas décadas no contexto da centralidade do Glicério, uma intrincada rede de articulação social. Além do apoio de outros grupos de mobilização social que também procuram garantir suas conquistas na região, compõem sua rede de relações sociais doadores de materiais conquistados individualmente há mais de 10 anos, instituições públicas ou privadas, ou doadores públicos conquistados por força da lei que os obriga a doar para grupos organizados de catadores. Obtém o apoio de grupos sociais instituídos da sociedade do "logos" e da "história" de onde o catador foi excluído, inclusive com grupos e entidades representantes da institucionalidade do Estado, que somente buscam reforçar sua acumulação de capital com a chamada "responsabilidade social" e a "sustentabilidade". O catador obtém o apoio deste mesmo discurso para ampliar seu reconhecimento entre os moradores e entidades diversas da região e de toda a cidade, atraindo inclusive inúmeras entidades de ensino superior público e privado, com os quais estabelecem uma relação de troca de conhecimento e de fortalecimento de sua presença no Glicério. Compõe assim, pelo uso do espaço da centralidade, uma rede de apoio que lhe permite instituir-se como uma contra-hegemonia que resiste ao Estado que não lhe reconhece seu valor e quer dali retirá-lo ou submetê-lo ao seu controle:

> "[...] o conceito de hegemonia introduzido por Gramsci para prever o papel da classe operária na construção de uma outra sociedade, permite ainda analisar a ação da burguesia, em particular no que concerne ao espaço. O conceito de hegemonia afina-se daquele e, um pouco pesado e brutal, o da "ditadura" do proletariado depois daquele de burguesia. Ele designa mais que uma influência, e mesmo que o emprego perpétuo da violência repressiva [...] Ela se exerce sobre as instituições e sobre as representações. Hoje, a classe dominante mantém sua hegemonia por todos os meios, incluindo o saber. A ligação entre SABER E PODER reina, manifesta, o que não interdita em nada o conhecimento crítico e subversivo e define ao contrário a diferença conflituosa entre o saber a serviço do poder e o conhecimento que nem reconhece o poder." (LEFEBVRE, 1974, p. 17-18)

Tais catadores instituem um valor tão diferencial que na própria identidade da cooperativa, Cooperglicério, utilizam o nome de um lugar que a cidade vê com receio e que seus moradores não fazem questão de fazer constar como seu endereço. Assim como dizem unanimemente "gostar do trabalho" que fazem, utilizar o nome do lugar que perpassa suas vidas, como identidade de sua cooperativa, faz todo o sentido. Conforme destaque de Portelli ao estudar Gramsci, isto faz parte da:

> "organização material destinada a manter, defender e desenvolver a ´frente teórica´, composta não somente por organizações cuja função é difundir a ideologia, mas também todos os meios de comunicação social e todos os instrumentos que permitam influenciar a opinião pública." (PORTELLI, 1977, p. 27)

Se não se pode dizer que instituem uma outra ideologia, ao menos trata-se de uma contraposição ao nível da cultura. É

desta maneira que eles expõem uma outra cultura à sociedade, por uma outra maneira de se socializar e viver, seus valores que ainda não romperam totalmente com os valores da sociedade da mais-valia indicam outra sociabilidade. E como se demonstrou, em meio à precariedade de uma realidade de pobreza instituída, traz uma nova forma de relacionamento social que surge até por necessidade mesmo, a forma autogestionária de trabalho, ali, no Glicério, em que se misturam sim uma miríade de representações que ele ressignifica e institui com novos valores, valores que negam aqueles que ele não quer reproduzir:

> *Eu tenho 3 filhos e tenho um mais pequeno de 10 anos, 8 anos. Uma coisa que eu não gosto quando as pessoas me falam "ah, tá no sangue dele ser catador". Pôrra, que tá no sangue ser catador. Eu sou catador porque foi uma necessidade e eu gosto do que eu faço hoje. Mas tá no sangue dele ser catador, e o filho do dono da Suzano tá no sangue dele ser empresário? Pôrra, aí é sacanagem, então, tá no sangue que dele ser catador, não tá. Ele vai ser o que ele quer. Entendeu? Eu acho que não tá nada o sangue. Vai ser o que ele quer, entendeu?*
> (À MARGEM DO LIXO, 2008)

3. Devir: produção do espaço pelos catadores

"Eu, porém, tomo-vos ao de leve, pois tenho coisas pesadas pra levar; e que me importa que pousem na minha carga insetos e moscas? A verdade é que a minha carga não será mais pesada por isso. Não sois vós, contemporâneos, que me haveis de ocasionar maior fadiga. Aonde devo subir ainda com o meu desejo? Olho do alto de todos os píncaros à procura de pátrias e de terras natais. Em nenhuma parte, porém, as encontro: ando errante por todas as cidades e saio de todas as portas."
(NIETZSCHE, 2007, p. 111-112)

Apesar da carga, apesar da fadiga, apesar dos olhares preconceituosos ou piedosos daqueles que observam o trabalho desta pessoa que puxa uma carroça com a força de seu próprio corpo, ainda restaria o desejo. Não é somente o desejo de mera sobrevivência, mas como se apreende de sua história, é daquele que surge de uma riqueza de relações sociais. As portas são a maneira de encontrar saídas aos impasses trazidos por sua carga, de andar errante e não de entrar e se fechar em "pátrias e terras natais".

Já não se pode classificar esta pessoa como lúmpen que não participa das relações produtivas da sociedade. De maneira própria ela se associa à extraordinária passividade do conjunto dos habitantes, os que seriam os interessados nos projetos e intervenções urbanas. Esta pessoa sobe as ladeiras da cidade

Foto 32: Carrinho adaptado com aparelho de som, aqui utilizado para avisar a população em situação de rua sobre uma manifestação do MNPR. (foto da autora, jul.2008)

Foto 33: Carrinhos preparados para ato da "Aliança pela Vida", quando foram entregues os "troféus higienistas". (foto da autora, 28.jul.2008)

e busca mais que a sobrevivência em direção à riqueza gerada nas centralidades urbanas. Claro que não em direção à riqueza do consumo produzido para as camadas altas e centralizadoras da sociedade, pois pode pouco consumi-la, mas a riqueza gerada por aquilo que para esta centralidade não tem valor, aquilo que fica e poderá retornar com dignidade como recicláveis. É um desejo de valoração que desde a intenção que move seu carrinho, de trabalhar de maneira honesta[56], acrescenta àquilo que seria descartável um valor diferente da mais-valia. É da riqueza das sobras capturadas pelo olhar atento e pelas andanças quilométricas que dependerá a sua sobrevivência e garantia de seu trabalho, como a habilidade de olhar, selecionar, bem como de articular doadores de materiais e apoiadores ao seu projeto, portanto de seu conhecimento, e não só da força física para carregá-los até a cooperativa, triá-los e vendê-los para o reprocessamento pela indústria da reciclagem.

Há a produção de valor que vai além dos poucos centavos de reais por quilo pago por esta indústria. Há uma riqueza social produzida pela captura, que pode ali ser considerada como tal pelo menos desde a década de 1970, que é o que garante a reprodução social do catador, que tem assegurado a sua presença apesar das repetidas investidas do governo municipal que tenta de lá retirá-lo ou submetê-lo à burocratização institucional, que no limite quer destituir sua existência. Esta rede de apoio social poderia explicar a contradição aparente de uma frágil personagem urbana que pode reunir forças capazes de assegurar um lugar, que pode ali permanecer mesmo diante de um processo ostensivo de intervenções urbanas de embelezamento da região central. Trata-se de significativa resistência se considerarmos que, por trás do concebido do Estado, estão presentes interesses os mais variados inclusive do capital financeiro globalizado que nesses lugares tem centrado suas ações para fins de apropriação do espaço e da valorização imobiliária.

56 Talvez a valoração trazida pelo trabalho do catador não se refira mais a "trabalho honesto", talvez seja necessário rever o uso do próprio termo "trabalho". No entanto seria merecedor de toda uma reflexão que já comporia o conteúdo de uma outra pesquisa.

Também se poderia fazer a crítica de sua absorção para uma reprodução social fetichizada que continua simplesmente a se apropriar de seu trabalho, controlando sua atividade, seu tempo e condenando seu corpo ao esforço do trabalho mecânico de puxar o carrinho, enquanto outrém fica com os maiores rendimentos de uma suposta boa e eficiente governança ambiental considerada socialmente correta.

No entanto, o significado daquela contradição conformada entre a fragilidade e a resistência, mostrou-se mais profundo, pois aponta para o surgimento de mudanças mais substanciais. Vimos no capítulo anterior os percursos urbanos do catador do Glicério, percursos temporais e espaciais cujas partes conhecemos e compreendemos como próprio da coesão social da reprodução da sociedade da mais-valia, inclusive percursos antes considerados insurgentes, o dos movimentos sociais urbanos dos anos 1980, mas que hoje parecem somente ratificar essa mesma coesão. Vimos que o catador apesar disso traz reformulações de representações tradicionais dessa sociedade fruto de uma atividade que introduz uma quebra nessa coesão, introduz uma quebra nas representações básicas do trabalho e da terra capazes de instituir o uso do espaço como um valor em oposição à valorização do espaço da troca. E assim o que o uso do espaço pelo catador institui é uma outra coesão social, uma valoração com base em outra relação social de produção que já se mostra como reprodução de uma sociabilidade diferencial. Lourau fala da necessidade de ampliarmos os limites da equivalência da troca para compreendermos o todo da reprodução social. Lefebvre sugere observar esta equivalência ampliada pela apropriação espacial. Sem pretender-se uma apreensão da totalidade, vejamos como se dá a prática possível desta outra coesão que o catador em sua ação presentifica, refaçamos o percurso do vivido

do catador do Glicério segundo a visão urbana, pois como nova base de reprodução social nos permite uma reformulação de seu passado segundo este ponto de vista. Por sua vez, ele permite a expressão de diferentes desejos com suas respectivas projeções de futuro segundo este vivido no uso do espaço reformulado do urbano, desejos tanto do concebido de sua pesada carga quanto do vivido daquele que a carrega.

3.1. O urbano dos catadores

A forma como o catador estabelece o uso do espaço, como nova coesão que nega a coesão da sociedade da mais-valia (aquela da fórmula trinitária), toma partido da centralidade urbana presente no Glicério segundo uma estratégia de apropriação. É um uso residual de um urbano dominado pela troca, produto de seu cotidiano, mas que, pela mediação de toda uma estrutura de entidades sociais e de uma certa condição urbana que o catador encontrou no Glicério, produz novas relações sociais ligadas à atividade da catação. Há a criação de toda uma rede de relações sociais que, se foi produto residual das relações da troca desde o início do século XX, foi produtora de novas relações nos anos 1980 e 1990, que talvez possa-se dizer que foi reprodutora de relações sociais específicas da reciclagem, como no caso da Cooperglicério, já no presente século.

O urbano do catador ali surge como experiência coletiva de como se forma essa região do Glicério, tanto como resto da cidade da troca, espaço historicamente desdenhado pela valorização imobiliária, quanto "sobra" de trabalho sem força para se impor como valor no mercado. Este lugar surge como produto do urbano por uma particularidade de sua formação,

a centralidade do Glicério. Como espaço do centro, por mais que na lógica imobiliária se insira como reserva para futuras valorizações, não tem valor de troca. Assim, trata-se de uma centralidade que a tudo atrai, mas pouco se fixa. Nesta ausência dos privilégios da troca o que ela atrairá com mais firmeza será o uso, onde se localizará a parte residual das relações sociais da troca, ou seja, a força de trabalho sem valor de troca. No entanto, o que ali se localiza, se para a troca é mero resíduo, no sentido urbano é outra coisa. A pessoa sem trabalho que para lá aflui não deixa de ser alguém que se apresenta como trabalhador e, portanto como força de trabalho potencial (para a troca são ao menos reserva), pois mais do que trabalho vivo é um corpo vivo e socialmente disponível. E o espaço, que se socialmente também pode ser reserva, contém um complicador para o capital: assim como o corpo que não se limita a ser um trabalhador desempregado, o espaço não se limita a ser degradado, permanecendo neutro e estático à espera do tempo da troca, afinal é produto, meio e produtor, principalmente porque trata-se de uma centralidade urbana. Se ali a sociedade da mais-valia deixou seus resíduos (sociais e espaciais) o urbano é apropriação pelo corpo, que sempre é social portanto produtor de relações sociais.

Essa região, cuja destinação segundo a lógica de crescimento industrial de São Paulo foi desde o início do século XX o da habitação dos pobres e dos operários, assim como espaço de circulação para o lado Sul e Leste da cidade, como urbano será também lugar das atividades religiosas e culturais, tantos dos negros quanto dos imigrantes estrangeiros, logo também dos migrantes do Norte e Nordeste do país. À medida do crescimento da cidade torna-se também centralidade, mas centralidade em seu lado pobre, daqueles que viverão em moradias baratas, do descarte do comércio e dos serviços do centro, de

seus ferros-velhos, dos restos e "bicos" do Mercadão e de toda a zona cerealista, da caridade das igrejas. Chega assim aos anos 1980 como lugar de concentração da pobreza extrema, dos moradores de cortiços, dos moradores de rua, dos catadores, do baixo meretrício e, desnecessário dizer, dos problemas ligados à violência. Em torno deles assim aparece um urbano cujas relações sociais são marcadas pela presença do trabalho provisório e precário, dos ferros-velhos, dos serviços religiosos, das entidades assistenciais, dos pontos de negócios ilícitos. Desta confluência, em sua componente assistencial e religiosa a tanta pobreza, não poderia deixar de tornar-se lugar de reflexão das razões dessa pobreza, ecoando as mudanças políticas que aconteciam na periferia da cidade. Mas em sua particularidade não reflete sobre a falta de infraestrutura e de serviços urbanos, pois já as tem em parte, mas sobre o aumento do desemprego ou a precariedade do trabalho em meio a tanta riqueza que por ali circula. O que aparece como questão urbana é um de seus extremos, os que nem sequer a moradia precária têm, os que vivem na e da rua, moradores de rua e catadores de recicláveis.

A partir daí este espaço, continuamente produzido e reproduzido como espaço do resíduo da cidade da troca, se reproduzirá de outra maneira. As relações sociais agora estabelecidas contam com a presença de entidades assistenciais não só religiosas, mas já configurando-se como ONGs, muitas com convênios com a prefeitura, como albergues e casas de convivência, com trabalhos mais propositivos, focados na geração de renda e na busca dos direitos básicos, como documentação e um endereço, que ao longo do tempo se tornarão mais complexos; surge a organização dos catadores, não mais semiescravizados pelos ferros-velhos, ganhando autonomia e escala para negociar com os aparistas; surgem sedes de sindicatos e demais serviços de auxílio aos desempregados, sedes de movimentos sociais,

multiplicam-se a presença das ONGs, que além de atenderem moradores de rua e catadores especificam seu atendimento a mulheres e crianças, até a mulheres do baixo meretrício.

Sobre o espaço da reprodução específica do catador, como espaço para a atividade da reciclagem, de modo geral surgem primeiramente como pontos onde catadores avulsos descobrem como passíveis de apropriação por um certo tempo, suficiente para fazerem a triagem e vendê-los para o ferro-velho. Se permanecem é porque é um espaço onde o valor de troca difere da centralidade, em que não há interesses suficientemente significativos a ponto de tirá-los. O Glicério poderia ser um exemplo disso, mas como se demonstrou acima, sua história já implica relações sociais e espaciais mais complexas. A presença da Cooperglicério permite falar em experiência coletiva de reprodução do espaço dos catadores como lugar da reprodução de relações sociais de produção diferenciais, que muda sem que a cidade mude. Este espaço não só é produto da produção social do urbano da cidade de São Paulo e de suas relações sociais, como já reproduz o uso do espaço pelo catador. Esta cidade desde os anos 1980 já produziu a Coopamare, hoje localizada em Pinheiros, o que pode ser qualificado como reprodução e não mera transferência, porque alguns catadores não se mudaram e até participaram da formação de outros grupos de reciclagem, ao mesmo tempo que permitiu a organização de outros da região de Pinheiros. O mesmo pode-se dizer da Coorpel, que hoje se encontra na Luz. A Coopere-Centro, no Bom Retiro, apesar de nunca ter se localizado na região, nasceu em 2003 da parceria entre entidades conhecidas ligadas ao Glicério, ou seja, a OAF, o Centro Gaspar Garcia e a Província Franciscana, dentro de uma política pública municipal de incentivo à formação de cooperativas. Assim surgiu a Cooperglicério a partir da formação da Recifran (da Província Franciscana), que por sua vez se consolidou

como uma escola de reciclagem com a autonomização de seus primeiros "assistidos".

Este contexto faz surgir a possibilidade de outra escala em dois sentidos. No sentido político, como sede de sua organização nacional, o MNCR, e no sentido produtivo, como avanço na cadeia produtiva e nos ganhos sobre o valor unitário dos materiais, pela Rede Catasampa. Esta por sua vez também mudou-se, e passa a compreender outras cooperativas da periferia da cidade e de outras cidades da região metropolitana. Em consequência destas atuações mais organizadas diminuíram os ferros-velhos, principalmente com os anseios reformuladores dos últimos anos, pois poucos têm o devido alvará de funcionamento. A tentativa de organização de outros grupos mais recentes, caso da Camare e da Cooper Brasil, sem contar com o apoio de outras entidades como as demais cooperativas e sem tempo para avançarem em sua organização, foram transferidas para o Ecoponto, sob gestão da municipalidade.

Mas a centralidade de toda esta rede de relações, seja como negócio, como serviço assistencial ou como serviço público, não existiria se não houvesse o catador. É preciso inverter a forma de olhar para o espaço para capturar na totalidade a consideração de suas partes, no caso o catador em atividade no espaço do Glicério. Se hoje pode-se atribuir um outro caráter ao Glicério, diferente de mais um lugar da pobreza e da violência do centro é porque um uso diferencial foi introduzido, consistindo numa forma diferenciada de apropriação e produção desse espaço. Pela trajetória da vida das pessoas entrevistadas, vemos que a "mobilidade urbana", para usar o termo de Telles, nasceu de uma mudança na forma como definem a reprodução de suas vidas. Para além de um trabalho explorado pela indústria da reciclagem ou para algumas indústrias da pobreza, acontece uma resignificação do mundo do trabalho, da luta pela vida com autonomia.

Não há mais dependência do dono do ferro-velho, que cedia um teto e a carroça ao catador em troca da exclusividade sobre o produto de seu trabalho, os materiais catados. O catador encontrou no Glicério outras formas de relações sociais, em que pode exercer a mesma atividade, de forma cada vez mais digna, autônoma e solidária. Ao circular nas ruas do centro, fica sabendo de outros lugares onde poderia dormir, como no albergue ou em outros projetos sociais, e mesmo na rua sob sua carroça, pois desenvolve estratégias que lhe proporciona segurança; observa outros lugares onde pode separar o material colhido, como nas casas ou em locais públicos abandonados; fica sabendo onde vender a melhores preços, pois sem a dependência do teto e da comida agora pode procurar outros estabelecimentos de ferros-velhos. Fica sabendo de um espaço que, em vez da caridadede religiosa que lhe dava alguma atenção e o alimento, poderia ter o mesmo alimento mas com uma atenção diferente: teria que preparar o alimento junto aos demais, o que se dava com base na solidariedade, afinal ainda era o momento da caridade. Ao mesmo tempo, não só pode ficar a par do melhor ferro-velho para venda dos materiais, mas também torna-se o espaço da conversa sobre sua condição de "sem emprego" ou desempregado e por isso desvinculado da família, mas também sobre as greves dos metalúrgicos, da ocupação de terras na periferia, da abertura política, torna-se o espaço para construir outras formas de relacionamentos, criar novas relações sociais com base na própria catação. A forma coletiva de fazer o próprio alimento torna-se a maneira interessante de prosseguir a vida e a organização do trabalho, pois todos já sabem quanto paga o aparista ao dono do ferro-velho de acordo com um parâmetro quantititativo e qualitativo. Conseguir as próprias carroças era possível com a renda e o conhecimento que já tinham; conseguir um local para uma certa quantidade de material foi possível com a busca de doadores de recursos, pela OAF e por D. Paulo,

para a compra de um terreno, cujo valor não seria impossível, afinal estamos falando de uma centralidade residual da troca, o Glicério dos anos 1980.

A partir daí, novas relações sociais são construídas em volta do catador, e em 1989 passa a contar com uma outra forma de relacionamento com a Prefeitura que, até então, ou não era visto ou era considerado como um "sugismundo". Passa a receber apoio principalmente naquilo que é mais difícil, um terreno adequado à atividade, o que implica certa dimensão e localização, principalmente próximo de grandes centros comerciais e de serviços, caso de Pinheiros. Outros catadores de outra região a partir de então têm a oportunidade de trabalhar de modo perene, mesmo que em outra centralidade, desta vez numa região valorizada da cidade.

E o Glicério cada vez mais torna-se um lugar de oportunidades, em contraposição a um contexto de emprego cada vez mais restritivo. Para a população cada vez mais empobrecida, ali se encontra a moradia barata e inserida na região de maior concentração de empregos da cidade, uma quantidade crescente de serviços gratuitos ou acessíveis, o lugar do alimento doado ou acessivel ao preço de um real, o lugar de comprar ou trocar a roupa na feira do rolo e hoje na feira de trocas solidárias, o lugar de aprendizado de outras profissões (além dos tradicionais pedreiro e azulejista, também a informática e o artesanato), para saber das oportunidades de trabalho nos inúmeros projetos de geração de renda, seja pelas ONGs, seja pelos convênios com o governo, por ali fica-se sabendo da possibilidade de morar em uma ocupação de movimentos de moradia, e até de conseguir acesso a um financiamento público. Enfim, o Glicério mostra-se o lugar do encontro em que uma multiplicidade de estratégias são continuamente criadas em uma rede social cada vez mais ampla, mas principalmente porque é o lugar da reciclagem,

oportunidade de renda autônoma e cada vez mais estruturada para aqueles que não se adequam a um mercado cada vez mais restritivo: aqueles com pouca ou nenhuma formação educacional, aqueles com pouca experiência profissional, aqueles com experiência mas já velhos e nem tão velhos, aqueles com alguma restrição física, aqueles cuja renda sempre foi garantida pela catação.

Não se pode afirmar a certeza de que a Cooperglicério e demais catadores do Glicério não serão expulsos ou controlados institucionalmente no futuro, mas sem dúvida pode-se dizer que houve a construção de uma contra-hegemonia, um encontro de forças de resistência que foi capaz de garantir sua permanência em tentativas anteriores e em outras cooperativas. Hoje, retirar a Cooperglicério não significa somente ir contra os catadores e seu modo de vida, mas também contra o projeto da ITCP/FGV, outro da FAU/USP, de outras faculdades particulares, de um grande hospital local, de comerciantes, além dos inúmeros bancos, faculdades e outros serviços que doam materiais, afora outras entidades que os apóiam e que se encontram próximos. Todos eles são projetos que reconhecem e valoram o papel do catador, não só pelo fato de se tratar de reciclagem, mas também por aquilo que é de fato, um meio de obter algum ganho. Não que todos estes parceiros afluiriam ao Glicério no caso de algum risco de expulsão e necessidade de resistir solidariamente. Alguns o fariam, como o fizeram anteriormente, mas na forma como hoje se dá a estruturação dessa rede, uma intervenção autoritária no sentido da expulsão geraria no mínimo um estranhamento sobre a política de reciclagem da cidade, estratégia que ao menos sobre a Cooperglicério e outros grupos organizados não mais se repetiu.

3.2. Devir concebido para o Glicério

> "Esta obra cria ao mesmo tempo oportunidade para que vocês trabalhadores tenham emprego digno e salário garantido e contribui para o prolongamento da vida no planeta, pois economizar e reciclar são formas de prolongar a vida no planeta."
> (Alda Marco Antônio, prefeita em exercício na inauguração do Ecoponto do Glicério em 05.mar.2009)

> "O Ecoponto do Glicério, 35ª unidade instalada em São Paulo e a primeira na região central, é o início do processo de recuperação das áreas degradadas. A carroça que hoje circula pela cidade vai dar lugar ao caminhão e o lixão à Central de Triagem, valorizando os trabalhadores que serão os beneficiários diretos na venda dos materiais recicláveis."
> (Andrea Matarazzo, Secretário de Coordenação das Subprefeituras, na mesma inauguração)

O concebido do Estado expresso por alguns de seus principais representantes em um momento de inauguração de mais uma obra na região central[57]. Em suas palavras as representações sobre o catador e seu espaço. Nas palavras da primeira, na ocasião prefeita em exercício, o foco dá-se sobre sua reprodução social como trabalhador e a sustentabilidade, nas do segundo, Secretário de Coordenação das Subprefeituras, sobre as transformações de seu espaço e dos meios de produção[58].

Como reprodução social do catador, o projeto inaugurado propõe-se retomar as representações da sociedade da mais-valia de emprego e assalariamento: "emprego digno" e "salário garantido". São termos que mais lembram a tradicional e ideológica defesa da forma de trabalho assalariada que se baseava nas plantas produtivas industriais, anterior ao atual

57 Em comparação com a inauguração do vizinho Cataventto, esta inauguração foi bem mais singela.

58 Estes trechos de discurso foram retirados da página na internet do Vereador que se diz da região e que tem apresentado vários projetos para a região. É uma página específica que noticia a inauguração em 6 parágrafos, onde encontram-se reproduzidos estas duas falas, antecedidas por uma do próprio vereador. Os trechos, portanto, são um pinçamento do próprio vereador em meio ao todo do discurso. Disponível em: *bit.ly/hms_td_nota58.*

período de flexibilização do trabalho, ao qual o Brasil aderiu desde os anos 1980. Se ela se referia especificamente aos grupos ali reunidos, que antes trabalhavam individualmente ou incipientemente organizados no Glicério, e se o projeto continuar como fora concebido, há uma garantia de trabalho, em um lugar com melhor infraestrutura. No entanto, não se pode falar em garantia trabalhista, como faz parecer a referência a emprego e salário, pois o Decreto que regula a coleta seletiva pelas centrais de triagem e que afirma o fomento à formação de cooperativas ou associações, não o permite.

> "Na hipótese de contratação de cooperativas ou associações de catadores, todos os profissionais envolvidos nas atividades das Centrais de Triagem deverão ser, necessariamente, cooperados ou associados, sendo vedada a contratação de mão-de-obra sob regime de relação empregatícia regida pela legislação trabalhista, para o desenvolvimento de atividades diretamente ligadas à coleta, triagem, beneficiamento, armazenamento, enfardamento e comercialização dos resíduos recicláveis coletados."
> (Decreto Municipal 48.799/2007, art. 8º, parágrafo único)

De qualquer maneira, para a totalidade dos que trabalham com a catação, é uma contradição evidente, pois justamente foram expulsos deste mundo do assalariamento, que sabem que está cada vez mais encolhido, que cada vez mais não passará de uma representação mitificada do passado. Enquanto isto continuam trabalhando sob o risco de expulsão pelos processos valorização da região central, praticamente sendo obrigados a sujeitar-se aos ferros-velhos que têm espaço próprio ou à Central de Triagem, todos com perda da

autonomia. Poderia significar até a pressão para a formação de novas cooperativas ou associações, mas que exigiria um espaço próprio. No entanto, um espaço, a disponibilidade de um terreno, é um dos maiores entraves que inviabilizam a aplicação dos recursos do PAC/Saneamento.

O discurso mítico da sustentabilidade aparece em "prolongar da vida no planeta", que se daria pela forma do "economizar e reciclar". "Economizar" não é um termo utilizado na discussão ambiental, portanto ela deve estar referindo-se a "emprego digno e salário garantido", o que significa reproduzir a forma de trabalho que represente a maior economia na folha de pagamento na reciclagem, o que recai na discussão dos parágrafos anteriores. Poderia estar referindo-se a economias para os recursos do Estado, mais especificamente do Município, o que seria significativo se considerarmos que tem sido crescente os gastos com a destinação do que é descartado pela cidade. De qualquer modo, economizar em emprego e salário é mais próprio de uma empresa, não de uma ação do Estado que sabe que lida com questões sociais na atividade da reciclagem, pois ligada à situação de pobreza extrema, principalmente no caso daqueles com pouca ou quase nenhuma forma de organização.

Já "reciclar" como solução para os problemas ambientais exige avanços, pois como sempre lembram os ambientalistas, ela corresponde ao último dos "3 Rs". No entanto, a "redução" e a "reutilização" não apareceram nos discursos destes governantes, até porque também não consta da política pública da chamada "Cidade Sustentável" do Programa de Metas apresentado pela Prefeitura Municipal. Em contrapartida há 4 metas especificas para a reciclagem.

Sobre as transformações espaciais trazidas pelo Ecoponto, segundo a fala do segundo representante do governo municipal, ele "é o início do processo de recuperação das áreas degrada-

das", portanto, ele repete a mesma percepção sobre a região de quase 100 anos atrás, também de um representante do governo municipal, com a diferença que especifica partes do que considera "degradação", ou seja, a carroça e o lixão. Chama assim de "lixão" todos os espaços onde se faz a triagem dos materiais, seja de forma organizada ou não. Ao dar ares de pionerismo ao Ecoponto, também ignora os trabalhos das inúmeras ONGs da região, até mesmo aqueles apoiados pelo governo, como o EIS-Glicério, criado especificamente para desenvolver atividades em áreas com problemas sociais como o Glicério. Pelo Ecoponto, portanto, parece propor uma ruptura das relações sociais que marcaram o Glicério desde a década de 1980, propondo-se um marco definitivo de transformação da região, que se soma a outras intervenções urbanas em outros pontos da região central, como na Luz e no Parque Dom Pedro II todos à época sob coordenação deste mesmo representante.

A referência aos meios de produção significa anseios de substituições: "a carroça... ao caminhão", "o lixão à Central de Triagem". A primeira aparece entre os desejos expressos pelos entrevistados, mas em sentido diferenciado. Desejam ter o próprio caminhão, e não depender do caminhão de outrem. O caminhão e a Central significam a perda da autonomia, pois os catadores voltariam a submeter-se à dependência da propriedade dos meios de produção que não lhe pertencem, a ferramenta e o espaço, retornando a forma do trabalho alienado, quando justamente o domínio do processo produtivo é a fonte de orgulho dos catadores. Pode parecer a melhora nas condições de trabalho, mas ignora todo um conhecimento por eles adquirido, bem como interfere em toda uma rede de relações sociais criada a partir das relações de trabalho na catação.

As representações que surgem assim da inauguração de um espaço para a reciclagem pelo Estado apontam para os

anseios do concebido em relação aos catadores e ao Glicério. Reproduzem antigas formas de institucionalização e de controle do mundo do trabalho, bem como expressam anseios de interferência na dinâmica social da região. Entre os muros do Ecoponto está a delimitação do trabalho dos catadores avulsos, expressão do controle direto de uma prática social de décadas, prática que não condiz com um projeto mais amplo de mudanças na escala local e no todo da área central. Local, pois próxima ao Parque D. Pedro II, onde quadras inteiras são demolidas para dar lugar a uma praça e um estacionamento, inclusive do edifício que tornou-se um dos símbolos da degração do centro, o São Vito, considerado pouco condizente com o afluxo turístico do Mercado Municipal e do projeto Catavento. Por sua vez toda esta região insere-se no projeto de revitalização mais amplo que envolve todo o centro, com inúmeras reformas que propõem a mudança do perfil dos atuais ocupantes, conforme exposto no projeto "Nova Luz" apresentado em novembro de 2010, que ignora a população mais pobre e seus principais problemas sociais, prevendo um perfil de "pioneiros" e "seguidores" de renda média.

Mesmo projetos voltados para a moradia para a população de baixa renda, conforme o projeto Renova Centro que anuncia 53 edifícios para Habitação de Interesse Social – HIS, para famílias com rendimentos de até 10 salários mínimos, é em parte voltado para funcionários públicos e para uma "Casa do Ator". Mas o maior o desafio será atender uma população já moradora em que 40% das famílias têm renda somente de 3 salários mínimos, caso efetivamente não desejem o efeito gentrificador tradicional das renovações de áreas centrais de outros países.

Na escala da cidade e até da RMSP o devir do concebido do

Estado sobre os catadores também não se mostra promissor. Até o presente momento, dos 10 espaços previstos pelo PAC/ Saneamento para a cidade de São Paulo, apenas 2 encontram-se em viabilização, após um processo de anos para conseguir-se a disponibilidade de terrenos pela Prefeitura. Enquanto isto ela parece ameaçar com a introdução de outros projetos para solucionar os meros 1% de coleta seletiva oficial, hoje feita em convênios com cooperativas e associações de catadores, pela introdução da incineração dos resíduos e pela contratação de empresas privadas no programa de reciclagem da cidade:

> "Chamamos de atuação concorrente. Se não conseguirmos que as cooperativas, no presente momento, cumpram com essa finalidade pela ausência de organização, podemos ampliar o serviço com a participação de empresas privadas."
> (O Estado de São Paulo, 16.jul.2010, depoimento de Sérgio Luis Mendonça, secretário adjunto da Secretaria de Serviços do Município)

3.3. Devir experienciado da catadora e do catador do Glicério

> *Pô, mas qual é o futuro do catador?*
> (Romeu)

Qual é o devir que os próprios, a catadora e o catador, por sua vez nos apresentam como um horizonte do possível diferente daquele do concebido? Com a cautela que alguns teóricos têm em não se apressar com projetos revolucionários ou nem com o pessimismo desmoronante, sem os arroubos panfletários de alguns de seus apoiadores que os vêm como heróis da sustentabilidade, nas entrevistas transparece a confiança

na permanência. Nem otimismo nem pessimismo, o devir por eles expresso aparece como o possível no limite de uma realidade mais ampla da qual não têm ingerência , como responde o mesmo catador que se colocou a pergunta acima:

> *Então, quando existe injustiça social, não tá ligado só ao governo, tá ligado a tudo, a uma cultura... A gente não pode ter espaço, a gente não pode ter máquina, a gente não pode ter nada, por quê? Porque existe uma conjuntura atrás disso que não quer ver a gente crescer. E isso desagrada o quê? As pessoas, embora elas são humildes, elas tem inteligência. "Ah, mas vai...". Tem inteligência, mas não tem estudo. Não tem estudo mas desenvolve.*
> (Romeu)

Na realidade concreta do cotidiano de trabalho no Glicério assim aparecerão tanto novas quanto velhas expectativas. Como expressão de velhos projetos para a cidade encontramos o desejo de diminuição dos problemas sociais, possível com soluções encontradas pela própria cooperativa e outros projetos assistenciais vizinhos, a AMRMC, a utilização de baixos de viadutos para trabalhos de inclusão social:

> *As pessoas saindo dessa situação nós vamos diminuir as vagas de albergue... criando tipo assim, padarias comunitárias... feiras de artesanato embaixo dos viadutos.*
> (Fernando)

Como perspectivas pessoais, desejam melhorar a moradia, melhorar o trabalho, com "honestidade", uma aposentadoria autônoma sem dependência de familiares. Desejam também um outro tipo de trabalho, um honesto que potencialmente lhe parece dar garantia de renda, como no setor de alimentação; um outro que nega seu trabalho na reciclagem, mas que o reconhece como trampolim para ascender para um

menos desgastante, principalmente quando refere-se aos jovens, aos filhos, que também, "por que não?" querem ser médicos, advogados, engenheiros:

> *A pessoa ganha seu dinheiro aqui, pega sua mochila, vai pra escola. Tem um rapaz aqui que vai pro Senai, tá fazendo montagem de computador. O outro quer fazer Medicina. Que bonito, né, tira, do meio da reciclagem um médico, engenheiro, é uma coisa bonita, e por que não?*
> (Romeu)

Mas este mesmo tradicional anseio de ascensão social pela Educação, também contém a expressão do novo, com novos conteúdos, ligados à melhoria de sua produção:

> *... aquele copinho que é vendido e reciclado, ele vira um copinho, ele pode virar uma jarra, pode virar qualquer outro tipo de material. Pode ser misturado entre eles, né, como matéria prima pra fazer um outro tipo de material, mais duro, mais flexível. Então seria bom ter essa formação, conhecer pra que é vendido aquilo.*
> (Fernando)

> *A gente também tem que ter técnico, mas a gente tava precisando da gente mesmo, do próprio catador cuidar dessa parte. Estudar, né?*
> (Dinho)

E o estudar não se refere somente como perspectiva dos catadores mais jovens, refere-se também aos mais velhos, mesmo que tenha mais de 50 anos:

> *E tenho que terminar minha faculdade, né, que eu comecei a estudar, dinheiro não foi suficiente, fui obrigado a trancar matrícula. E pra voltar a estudar falta 2 anos pra mim completar meu curso de engenharia.*
> (Romeu)

Do cotidiano do catador estas perspectivas de busca de conhecimento, tanto para a reprodução no trabalho quanto para sua vida em geral, não são próprios de um período em que predominam relações informais de trabalho, conforme depoimento de Dedecca em 2008 sobre as tendências do mercado de trabalho brasileiro diante do que considera um quadro estrutural de desigualdade:

> "A situação de inserção dessa população tende a ser desfavorável porque 70% da sociedade brasileira tem baixa qualificação e renda, até mesmo para o trabalho manual." (BARROS,2008)

Uma contramão que se concretiza também nas diversas formas de moradia, na contramão de uma tendência de metropolização (PEREIRA, 1997), bem como da luta social por moradia. No primeiro caso porque os entrevistados continuam morando no centro sob formas diferenciadas, entre eles devido à relação com movimentos de luta por moradia; no segundo porque, enquanto estes mesmos movimentos passaram por uma série de despejos das ocupações do centro, o MNCR iniciava a construção de conjuntos residenciais em regime de mutirão em dois terrenos próximos à "menina dos olhos" das intervenções do Estado no centro, o projeto Nova Luz. O diferencial maior, no entanto, está na forma de propriedade. O objetivo das conquistas dos movimentos de moradia nas áreas centrais são financiamentos para a reprodução da casa como propriedade privada, enquanto no caso deste projeto dos catadores ela se dá como Concessão de Direito Real de Uso – CDRU de um terreno da União (SPU, 2008).

A maior expectativa que transpareceu nas entrevistas centra-se na melhoria na produção do trabalho, expectativa do coletivo que se confunde com as expectativas pessoais, afinal são uma cooperativa. Para tanto, a atuação externa da Co-

operglicério soma-se a outras cooperativas da cidade, que pelo MNCR aguardam a aprovação da liberação dos recursos do PAC, mas que depende de outra cessão de uso desta vez como contrapartida do Município. A expectativa sobre este recurso é de trabalharem em um galpão com melhor infraestrutura e equipamentos. Isto no entanto significará a transferência para outro local da região central, talvez em sua borda, na Marginal Tietê.

Os depoimentos dos catadores, que expressam o futuro projetável por eles a partir do percebido do presente, apresentam continuidades do que já estabeleceram como parte de sua prática social, o aprofundamento do seu domínio do modo de produção e do uso dos espaços da cidade. Apesar das ameaças de introdução de empresas privadas a competir com os catadores, bem como das usinas incineradoras, os catadores da Cooperglicério continuam com a forma de organizar sua atividade, ampliando os parceiros, como forma de aprimoramento da organização do trabalho. Portanto, a percepção é de continuidade de sua forma de trabalho, com expectativa de melhoria. A se concretizar a mudança de local com a vinda dos recursos do PAC, eles podem perder parte da base de apoio que é local, mas a experiência da transferência da Coopamare para Pinheiros, que nasceu em área contígua à Cooperglicério, sua organização coletiva e rede de articulações deve garantir sua continuidade e o fortalecimento da organização dos catadores da cidade.

Foto 34: Um dos momentos da assembléia de eleição da nova coordenação da Cooperglicério. (foto da autora, mai.2008)

3.3. Desejo e utopia

> "[...] el trabajo creador parece (ficticia-realmente) liberado de las coacciones [...]. La obra parece "producir" su tiempo, su espacio, su afirmación y su fuerza [...] desplaza lo real y parece engendrarlo [...] contiene una utopía; es el lugar de un no lugar."
> (LEFEBVRE, 1983, p. 229)

Sobre as práticas urbanas anteriormente apresentadas que desenham diferentes perspectivas sobre o devir, qual a utopia concreta que a análise crítica nos apresenta como

possível[59]? Sequer podemos falar de um novo sujeito político? Nos termos tradicionais haveria que se notar uma consciência política, seja dos catadores, seja de seus apoiadores, mas independentemente disto não há como negar que houve a produção de um espaço próprio.

Nesta disputa pelo centro, a valorização imobiliária como espaço da troca hoje demonstra que não deixará de acontecer, mesmo que de forma mais contida em relação a outras regiões. Ao mesmo tempo, o uso pelo catador também não deixará de existir, ao menos enquanto estivermos sob a hegemonia da sociedade da mais-valia. Em uma sociedade cujo objetivo é o aumento do consumo da mercadoria e seu descarte, seja de produtos, seja de trabalhadores, pode-se inferir que só aumentarão o número e o espaço dos catadores. A não ser que o descarte do mundo da mercadoria cesse, o que é improvável; ou que a chamada logística reversa[60] funcione plenamente sem inserção dos catadores, o que diante do fraco desempenho da coleta seletiva oficial pode-se supor que será um desafio; ou que a prefeitura contrate empresas tradicionais que façam o mesmo serviço dos catadores, mas que se fosse viável já teria acontecido; ou que o reciclável seja eliminado nos incineradores, como cogita a recente proposta de política pública municipal, mas que terá que superar todo um discurso ambiental cuja rede é maior que aquele que dá suporte aos catadores.

O olhar de todo este processo como produção do espaço urbano mostrou uma reformulação das representações subjetivas que se relacionam com realizações concretas de uma produção propriamente urbana em meio ao urbano da mais-valia. Não são evidentemente grandes mudanças estruturais ou de base, mas é um possível e bem diferente da inexorável falta de alternativas das análises sistêmicas

59 Lefebvre propõe pensar em termos utópicos ao longo de vários de seus livros, como em A Produção do Espaço, Espaço e Política e A Revolução Urbana. Ao contrário da utilização popular da utopia como uma idealidade distante da realidade, para ele, segundo o entendimento junto às outras topias (isotopia e heterotopia) há uma dimensão concreta: "E agora há também o alhures, o não-lugar que não acontece e, entretanto, procura seu lugar. A verticalidade, ou seja, a altura erigida não importa a que ponto a partir do plano horizontal, pode tornar-se a dimensão do alhures, o lugar da ausência-presença: do divino; da potência; do meio-fictício meio-real; do pensamento sublime. O mesmo ocorre com a profundidade subterrânea, verticalidade inversa. É evidente que, nesse sentido, o utópico nada tem em comum com o imaginário abstrato. Ele é real [...] Espaço paradoxal, onde o paradoxo converte-se no avesso do cotidiano. Em toda parte a monumentalidade se difunde, se irradia, se condensa, se concentra." (2004, p. 45)

60 Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, logística reversa é um "instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada" - Lei federal no. 12.305/2010, Art. 3º. inciso XII. (BRASIL, 2010)

restritas à cidade do capital e às relações sociais da economia capitalista. O estudo sobre a espacialidade do catador , enfatizando a visão urbana em detrimento da visão industrial, evidenciou a potencialidade de um horizonte de vida política e de superação utópica.

> "Esse espaço urbano é contradição concreta [...] O centro urbano é preenchido até a saturação; ele apodrece ou explode [...] A forma do espaço urbano evoca e provoca essa concentração e essa dispersão [...] O urbano se define como lugar onde as pessoas tropeçam umas nas outras, encontram-se diante de um amontoado de objetos, entrelaçam-se até não mais reconhecerem os fios de suas atividades [...] a anulação da distância obceca os ocupantes do espaço urbano. É seu sonho, seu imaginário simbolizado, representado de múltiplas maneiras... É a u-topia (real, concreta)."
> (LEFEBVRE, 2004, p. 46-47)

Foto 35: preparação para organização do material no carrinho. (Foto da autora, mar.2009)

O que nos revela o desejo daquela pessoa a puxar uma carroça? Revela o que sua carga dissimula, o resto: as sobras desperdiçadas pela sociedade do consumo. Aquilo que é descartado de um mundo que se baseia em relações de troca de valores, que pela atividade da catadora e do catador passa a adquirir valor de uso. Antes que esta carga retorne ao mundo das mercadorias na forma de nova matéria-prima, uma diferença surge como instituinte nos espaços urbanos onde se consolida a reprodução social deste que trabalha. No Brasil é a ocupação destas pessoas, e praticamente somente seu tra-

balho que permite essa "ressurreição" do valor da mercadoria, sem intermediação de proprietários de meios de produção que possam exigir uma parte de sua renda e assim dissimular a exploração do trabalho social. Não há como dissimular, para si e para a sociedade, que é a força de seu próprio corpo e o seu conhecimento que garante os ganhos da cadeia produtiva. E em sendo dono de seus próprios meios de produção, seu corpo e sua carroça, não há sentido em submeter-se a outrem, até porque considera injusta as relações hierárquicas do trabalho nas empresas capitalistas.

Foto 36: Trajeto de coleta de seu Raimundo. (foto da autora, abr.2009)

Revela a apropriação pelo uso que faz de um espaço da cidade, no caso afirmada pela Cooperglicério na chamada "baixada do Glicério". Em meio a uma centralidade urbana que se encontra em processo de mudança de forma para a realização do valor de troca pelo urbano, os interesses financeiros de valorização imobiliária, este trabalhador institui nesse espaço um uso diferencial desse mesmo urbano. Um uso que se estabeleceu pela apropriação de uma prática social que se consolidou paralelamente aos processos neoliberais que adentraram o país na década de 1980. Como se apreende da história de seu surgimento, foi pelo uso de espaços públicos ou de imóveis abandonados ou sem valor de uso para seus proprietários, pelo uso de espaços públicos residuais de projetos viários que marcaram o crescimento da cidade é que se consolidou e organizou a atividade da reciclagem, neste que é reconhecido como um dos maiores espaços de concentração de catadores do país.

Revela que a terra não é somente propriedade privada como valor de troca, mas que antes e independentemente de se

constituir em um equivalente do valor, a terra é um valor de uso, cuja utilidade precisa ser preservada. E isto vale mesmo para o acesso à terra na reprodução pela moradia. Enquanto a atual característica e tendência para esta população trabalhadora é a "integração-excludente" pelos processos de metropolização ou adensamento da moradia (PEREIRA, 1997), ele continua a morar no centro criando a partir da experiência pessoal uma possibilidade social. Alguns ainda vivem sob condições inadequadas, mas ao mesmo tempo atuam em movimentos de moradia que questionam o não cumprimento da função social dos edifícios e terrenos esvaziados; alguns já aguardam a desejada "casa própria" com financiamento federal, mas não tão própria, pois o terreno foi cedido pela União para seu uso. É o consumo do espaço como uso que se mostra possível em meio ao espaço do consumo.

É devido a estes dois elementos: o deslocamento das representações do mundo do trabalho, e a apropriação do espaço pelo uso (em oposição à troca) que o catador institui seu desejo como sujeito político, no cerne da reprodução capitalista, como reprodução de relações sociais que se diferenciam do modo de reprodução da sociedade da mais valia. É toda esta conjunção que lhe permite participar ativamente dos debates e das disputas urbanas, nos quais negocia, tanto pela institucionalidade das leis do Estado quanto pela disputa social das manifestações reivindicativas, a permanência de sua atividade na centralidade urbana.

A aparente fragilidade deste que marca a paisagem urbana torna-o sujeito político pelo simples ato de estabelecer o uso do urbano, pois como nos diz Lefebvre, "... hay una política del espacio, porque el espacio es política" (LEFEBVRE, 1976,p. 52), e este uso da cidade teve como produto, segundo os enfoques propostos nesta tese, duas práticas sociais que se contrapõem

à estrutura social predominante. Uma delas é a construção de uma contra-hegemonia que atraiu outros grupos sociais à esfera das reivindicações sociais dos catadores, mesmo que grupos tradicionais institucionalizados da reprodução social neoliberal, como as organizações não governamentais surgidas nos anos 1990, mesmo que sob um discurso fetichista de sustentabilidade. Não fosse esta arregimentação em torno dos catadores e sua inserção social local, o uso do espaço que a Cooperglicério institui no urbano teria sido facilmente negado, ou institucionalizado tal como o foram outros grupos de catadores autônomos da mesma região. E como se mostrou, não é um fenômeno isolado, pois outros grupos de outros bairros valorizados da cidade também conseguiram garantir sua permanência. Não fossem contra-hegemônicos não teriam os avanços políticos, como recentemente na construção da Política Nacional de Resíduos Sólidos e nas manifestações contra a implantação de incineradores. É uma articulação social que se somou aos catadores como parte de seu processo de organização, e que hoje também lhe garante a reprodução e difusão para outras localidades.

O segundo produto social da prática urbana destes catadores, que nasce como uma contradição do próprio sistema econômico capitalista, é a produção social coletiva na forma autogestionária. É contraditório porque somente a forma coletiva e organizada de trabalho, como cooperativa ou associação, é reconhecida e até valorizada pelo Estado e pelos grupos sociais que os apóiam, é a forma que lhes dá a institucionalidade do "CNPJ" . É contraditório internamente também porque, ao menos no caso dos participantes da Cooperglicério, não se aceita a forma hierárquica de organização, seja porque não aceitam como "chefes" indivíduos tão excluídos quanto eles, seja porque não aceitam reproduzir a desumanização da hierarquia de poder das empresas capitalistas. Portanto, o próprio sistema que os expulsou do mercado de trabalho e que lhe incutiu a estrutura de mando, exige uma forma social de trabalho coletivo que, ao menos nesta cooperativa, não aceita reproduzir a hierarquia de poder institucional.

Não há como se esquivar da equivalência das trocas, que na prática significa a desoneração tributária trabalhista de todo o setor da reciclagem, mas como demonstram as entrevistas, está longe de ser uma cooperativa de fachada, com um ou mais donos com formas hierárquicas de organização. Se considerarmos que há uma escala nacional e até latino-americana de organização de grupos de catadores, e que as condições sociais atuais reproduzem-se nas diversas localidades por força da economia globalizada, outras cooperativas podem também ser autogestionárias efetivamente (com todos os seus conflitos e contradições, é claro). Pode-se assim falar em uma subjetividade que tende à autogestão difundindo-se em diferentes localidades de vários países.

Enfim, a catadora e o catador da Cooperglicério demonstram a presença de uma diferença instituindo-se na reprodução social do urbano. Por meio da prática socioespacial que nos apresenta o oposto da reprodução das relações sociais capitalistas, pois sua atividade não é fragmentada, nem hierárquica e nem homogênea, apontam a formação de um pedaço autogestionado da cidade, não só entre os muros da cooperativa, mas inserida em uma rede social urbana local. Saliente-se, não nasceu de um projeto neoliberal planejado por "homens de boa vontade" (LEFEBVRE, 1969, p. 27) do governo ou da sociedade, que se baseiam em IDHs e mapas da pobreza da cidade, que definem estratégias que descobrem o "dom" de uma localidade e o empreendedorismo de algumas lideranças, bastando inserir sua racionalidade institucionalizante. Também diferencia-se das formas tradicionais sobre as quais o traba-

lhador buscou construir sua hegemonia, como os sindicatos e os partidos, formas institucionalizadas aceitas pelo Estado que não têm sido capazes de produzir aglutinações constituidoras de sujeitos políticos ativos, pois embebido das mesmas representações da reprodução da sociedade industrial.

Nasceu de uma prática social urbana, de um movimento solidário de pessoas pobres reunidas no Glicério junto a missionários religiosos, que fomentou espaços de problematização e decisões coletivas, que se reproduziu pela cidade segundo e por meio da configuração social específica de cada local. Sim, pleno de contradições próprias da sociedade que não mais garante a reprodução social do trabalhador, mas possíveis totalidades autogestionadas que se apropriam dos espaços da cidade sob outra forma de reprodução social, que por serem resistências locais não são homogêneas e não encontra sentido em estruturas hierárquicas de relacionamentos sociais.

Considerações finais

A questão que logo surge em tempos de economia globalizada é a validade desta experiência das catadoras e dos catadores do Glicério em relação à sua escala, uma vez que movimentos internacionalmente reconhecidos como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) ou os zapatistas no México não apresentaram condições de contraposição a algo que parece ocupar todos os interstícios da reprodução da atual sociedade. Diante destes, é difícil pensar que possam se apresentar como uma alternativa. Talvez não sejam mais que uma exceção, no limite talvez mais uma "boa prática". De que valeria então a releitura pelo urbano lefebvriano?

Se refletirmos sobre a escala em termos de abrangência geográfica, poderíamos avaliar que diferentes experiências podem não ter o nível de autonomia que a Cooperglicério apresenta, mas sempre têm algum nível de autogestão, mesmo que ainda ligadas a ONGs, tanto na cidade de São Paulo como em outras cidades do país.

Foto 37: folder de uma das empresas recuperadas por seus trabalhadores.

Foto 38: Postal da gráfica Chilavert. Retrata "La Matemurga grupo de teatro comunitario ensayando en la imprenta".

O exemplo da Coopamare, das "asambleas barriales"[61] e das "empresas recuperadas por sus trabajadores" (ERT)[62] na Argentina, somado à inserção do MNCR em uma rede latino-americana nos faz pensar se ainda se pode refletir em termos de exceção.

O foco segundo o viés ampliado urbano mostrou a necessidade de um exercício de desvelamento teórico e prático sobre a apropriação do espaço pelo catador, para então poder vê-lo como sujeito político cujo trabalho produz espaço para além de sua condição de extrema exclusão. Talvez o problema da escala seja semelhante. Encontrar uma condição de contraposição talvez exija igualmente trocar as lentes pelas quais compreendemos o que seja uma contraposição:

> "O que olhamos, na verdade, não enxergamos. Quantas pessoas percebem 'perspectivas', ângulos e contornos, volumes, linhas retas ou curvas, mas não podem ver, nem conceber, percursos múltiplos, espaços complexos! Não podem saltar do cotidiano – fabricado segundo as coações da produção industrial e do consumo dos produtos da indústria – para o urbano, que se libertaria desses determinismos e coações."
> (LEFEBVRE, 1999, p.38)

Quando encontramos uma catadora e um catador que se afirmam como negação a um sistema que os coopta, quando se negam a entrar nos "esquemas", pois na reciclagem há garantia perene de renda, quando se negam a ser corrompidos por práticas duvidosas que notam no cotidiano do serviço de limpeza urbana, quando pautam suas ações sobre outras representações como a "honestidade" reformulada do trabalho, é porque as antigas bases sobre as quais estruturaram suas vidas já não lhes servem, o que lhes obriga a reconstruir outras. O que geram assim é muito

61 As "asambleas barriales" são organizações de bairro que se tornaram comuns na citada crise argentina, como meio para encontrar soluções locais para o empobrecimento generalizado, tais como os "comedores", os clubes de troca, os atendimentos de saúde, entre outros, além de se tornarem locais de debates políticos. Por sua dimensão territorial algumas delas não puderam deixar de problematizar a presença dos "cartoneros". Para maiores detalhes ver: OUVIÑA, Hernán. Las asambleas barriales y la construcción de lo "público no estatal": la experiencia en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, em: *bit.ly/hms_td_nota61*.

62 Estas experiências argentinas ganharam relevância em Buenos Aires com a crise Argentina em 2001. Segundo Héctor Palomino há cerca de 600 empresas recuperadas no país, principalmente pequenas e médias, onde trabalham cerca de 9 mil trabalhadores. (PALOMINO, 2005, apud VIETA, 2009, p. 94)

mais um estranhamento do que uma admiração que permita uma visibilidade. Desta maneira, não há como ser uma "boa prática" a ganhar um selo, que os fará aparecer no palanque de um político, ou usufruir de rodas de influência política que tornará outros baixos de viadutos um projeto modelar de inclusão controladora do catador.

Quer dizer que eles e outras possíveis experiências de fato autogestionárias dificilmente ganharão a visibilidade que se possa ver com as lentes que temos. Pode-se afirmar que enquanto estiverem incluídos no urbano (pela relação terra-trabalho) sob esta forma autogestionária, serão contra-hegemônicos. E isso pode significar que outros lugares/situações também o sejam, pois há uma garantia perene em uma sociedade do desperdício do consumo, da expulsão do "mundo do trabalho", mas principalmente porque em seus cotidianos notou-se presente a negação das práticas da sociedade da mais-valia, enquanto há a afirmação de outras diferentes do espaço homogêneo, fragmentado e hierárquico.

Para além de um parâmetro que é quantitativo, o que a catadora e o catador do Glicério instituem é uma qualidade mais do que uma escala quantitativa. Segundo Lefebvre, "a pesquisa sobre o espaço social trata de uma globalidade" que permite ver as relações de produção sobre uma particularidade, que evita a fragmentação "que leva a práticas excessivas de desconcentração, de descentralização, que deslocam as redes, as coesões e relações no espaço, portanto o próprio espaço social, fazendo desaparecer a produção!" (2000, p. XXV). Quer dizer que instituem uma outra coesão produtiva, em que os níveis locais de seus usos, na ordem próxima, articulam-se com a reformulação do fazer político capaz de interferir no poder, na ordem distante, por meio de trajetórias históricas e espaciais, que constituem a base material de sua reprodução.

Como bem notou Lefebvre, o capital soube se apropriar da potencialidade das cidades (por meio da indústria e do urbano) para se reproduzir:

> "La ciudad... se convierte a la par en centro de decisiones y en fuente de provecho. No únicamente a través de la especulación y la construcción denominadas todavía "inmobiliarias", aun cuando el espacio se esté convirtiendo en bienes muebles". Existe en los tejidos urbanos, a través de su caos, un consumo productor, el del espacio, de las vías de comunicación, de las edificaciones. Ahí se utiliza una inmensa fuerza de trabajo, tan productora como la utilizada en la conservación y en la alimentación de las máquinas. Aun más: en el tejido urbano que prolifera alrededor de los centros (de forma desordenada y verdaderamente irracional), existe una tenue composición orgánica del capital, por tanto, hablando en términos marxistas, una gran formación de plusvalía." (LEFEBVRE, 1976, p. 155-156)

Em torno da catadora e do catador por sua vez, notou-se a apropriação dessa mesma potencialidade da cidade. A apropriação do espaço por seus usos mostrou que a política não se faz somente com a presença de partidos, sindicatos ou mesmo movimentos sociais. Por estes tradicionais grupos sociais políticos fazerem parte da história das cidades, eles fazem parte do fazer político do urbano, mas por este mesmo espaço urbano a catadora e o catador soube construir uma rede de relações sociais que conformam a base de uma outra superestrutura tão ou mais política, de base autogestionária. Esta forma de ampliação de sua organização assim também parece ampliar a própria noção de política e de sujeito político, uma vez que as representações expressas são alteradas em relação às da mais-valia e assim podem apontar para um instituinte com outros

valores, uma vez que "un sistema de valores se encuentra a su vez estrechamente asociado a un sistema de prácticas y sobre todo a un sistema de instituciones" (PARGA, 2008, p. 27).

De fato, as pessoas entrevistadas, por diferentes experiências individuais, perpassam por vários movimentos sociais e por várias entidades de apoio aos diversos movimentos. Pode ser reprodução da chamada indústria da pobreza, com todos seus significados como reprodução de relações sociais de produção, da mais-valia e da pobreza. Para as pessoas a chamada "estratégia de sobrevivência" individual, familiar ou de grupo social, mas é tambem produção de uma articulação social que lhes dará apoio e perspectiva de luta na resistência contra-hegemônica.

Na prática são trajetórias de resistência e lutas que possibilitam a essas pessoas a resolução dos problemas de moradia, de renda, de educação, elementos da integração social. Portanto, a centralidade urbana (como luta pelo espaço urbano) permite os diversos encontros cotidianos que mostram um alinhavar por baixo daqueles movimentos institucionalizados. Diretamente os nomes dos movimentos praticamente não apareceram nas entrevistas como expressão em suas vidas, mas indiretamente naquilo que lhes viabilizam como acesso aos elementos de sua integração. A ação estratégica dos movimentos assim se unem, não institucionalmente em alguma grande manifestação política ou uma assembléia, como um "projeto político de esquerda"[63]. A união apareceu nos diálogos dos encontros cotidianos das "trajetórias urbanas", tal como sugere Telles (2005b), tal como Kowarick notou na "fusão de lutas sociais" da virada dos anos 1980 (2000, p. 73).

São formas de sociabilidade entre diferentes grupos sociais que se organizaram no espaço e no tempo, que garantem a permanência da cooperativa e a força política para exigir seus espaços de fazer social pela política do urbano e pela

63 Borón concorda que é necessário considerar os pragmatismos "dos milhões de excluidos", mas afirma uma condição, "que as esquerdas sejam capazes de apresentar uma proposta unitária, sem sectarismos nem messianismos" (2001, p.356). Harvey se aproxima de Lefebvre em sua leitura pelo "corpo laboral" no espaço e no tempo, mas ainda fala em termos do *Manifesto* de Marx e sua "união da luta" (2005, p. 215 e 216). Vainer faz uma leitura espacial de movimentos sociais territoriais, mas ainda fala em termos de um "projeto territorial" tradicional com princípios e diretrizes (2009).

construção de formas de solidariedade. Isto é possível talvez porque os outros valores que institui sejam mais estratégicos do que parece:

> "Los valores humanos y sociales constituyen el más radical desafío a la plusvalía capitalista en una sociedad donde todo es mercado; toda valoración de lo humano y social en cuanto valores absolutos, y no en cuanto medios representa el peor impedimento y la mayor amenaza para la regulación mercantil de la sociedad." (PARGA, 2008, p. 24)

Retomando a "honestidade" e a "moral" que catadoras e catadores expressam a toda a cidade por meio de seus carrinhos, a "moral" talvez possa referir-se a tais valores humanos e sociais. E assim, mais do que de um trabalho "honesto", talvez queiram falar de "honra" que sua atividade lhes restitui, pois o primeiro significa um enquadramento às regras de uma sociedade, que eles põem em dúvida, enquanto o segundo conduz a uma ação ativa sobre a mesma a partir de uma anterior percepção pessoal de dignidade[64].

Pode-se afirmar isto porque, se o que buscam na prática é o reconhecimento da dignidade de seu trabalho para quebrar o estranhamento social sobre si e sua atividade, há que lembrar que todos somos seres sociais. A remissão dos valores da mais-valia que tomam para si, uma vez que não mais lhes servem, torna-se constitutiva de um olhar sobre as catadoras e os catadores inerente à remissão para toda a sociedade:

> "[...] la desvaloración de un valor (pérdida, abandono o decline de los valores) es siempre, directa o indirectamente, causa y efecto de un ruptura de vínculos y relaciones sociales, que los valores garantizan en la medida que son compartidos." (PARGA, 2008, p. 24)

64 Segundo consta no Dicionário Houaiss, "honesto" refere-se à pessoa "que procede ou se enquadra rigorosamente dentro das regras de uma ética socialmente aceita", e "honra" ao "princípio ético que leva alguém a ter uma conduta proba, virtuosa, corajosa, e que lhe permite gozar de bom conceito junto à sociedade" ou ao "sentimento da própria dignidade".

Só assim pode-se pensar em reversão da condição de "excluídos", pois só na prática desse olhar com dignidade se retoma os vínculos sociais de humanização perdidos com a exacerbação dos valores da mais-valia, vínculos possíveis de serem reconstruídos pela ótica de construção social do urbano. A cooperação que faz parte do cotidiano de um trabalho autogestionado, seja de modo compulsório e/ou efetivamente solidário, passa assim também a ser valorada e cobrada a toda a sociedade[65].

O urbano, por ser político, em si parece assim trazer as condições de outra superestrutura e outra base. Parafraseando Lourau, a autogestão é possível, ela está ali, no Glicério[66]. Lá quando catadoras e catadores fazem uso da autonomia e liberdade na defesa de seus valores ou simplesmente para se contrapor e resistir à força normatizadora do Estado. E se resistem para garantir sua atividade, uma atividade que se realiza pela apropriação do espaço e pela catação dos desperdícios que nele estão, ao instituirem o uso do que estava "fora do lugar", o que estão fazendo é, como sujeitos políticos urbanos, instituindo, no enfrentamento com a centralidade, a prática e o lugar do Direito à Cidade:

> "A passividade dos interessados, seu silêncio, sua prudência reticente quanto ao que lhes concerne, dão a medida da ausência de democracia urbana, isto é, de democracia concreta. Em poucas palavras, a revolução urbana e a democracia concreta (desenvolvida) coincidem. Só por essa via a prática urbana, a dos grupos e das classes, ou seja, sua maneira de viver, a morfologia da qual dispõem, pode confrontar-se com a ideologia urbanística. Assim, a contestação se transforma em reivindicação". (LEFEBVRE, 1999, p. 126)

65 "O meu trabalho é honesto e o seu?"

66 "La autogestión es un concepto realista; existe, yo la he visto." (LOURAU, 1980, p. 200)

Quando essa prática será uma nova hegemonia? Se nem a revolução espanhola conseguiu tornar perene o que parecia ser uma hegemonia, não é aceitável agora responder isto, senão pela história. Se antes daquela experiência, nem mesmo a Comuna de Paris. O que é possível, segundo Lourau, é tomar cuidado com as estratégias. No caso que estudou, a revolução espanhola, o problema é que a preocupação se centrou na guerra antifascista, e não na revolução em si, geradora de toda uma produção autogestionária territorial (LOURAU, 1980, p. 217). No caso da Comuna, os trabalhadores não souberam explorar as outras contradições, o seu conjunto, e perderam a luta ao enfrentar a haussmanização em meados do século XIX, justamente por não considerar nessas contradições o espaço urbano, no exato momento em que a burguesia francesa promovia a reestruturação da cidade de Paris:

> "Os operários, expulsos do centro para a periferia, retomaram o caminho do centro ocupado pela burguesia. Apoderaram-se dele, manu militari, com um pouco de sorte e muito discernimento." (LEFEBVRE, 2004, p. 104)

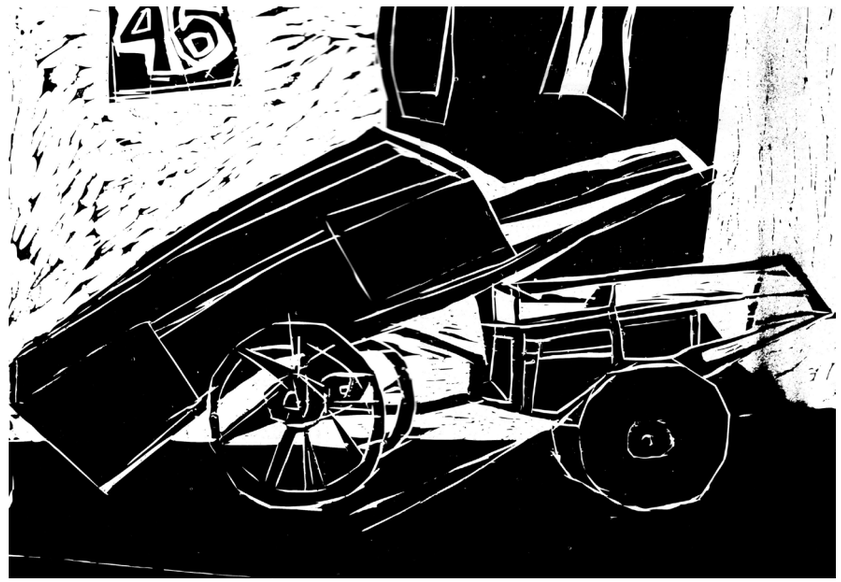
Sob a haussmanização:

> "Admitindo-se o exemplo parisiense, o proletariado ainda não criou um espaço. A burguesia mercantil, os intelectuais, os homens de Estado, modelaram a cidade." (LEFEBVRE, 1999, p. 119)

O mesmo pode reproduzir-se na São Paulo atual. Portanto, antes de partir a procurar uma nova hegemonia e respectivo sujeito revolucionário, é preciso tomar cuidado com as estratégias definidas. Trocar as lentes pode ser um importante instrumento de luta e uma das mais importantes estratégias no sentido de explorar o que proletários e trabalhadores

parisienses não conseguiram realizar em suas históricas experiências. Se as lentes do urbano que Lefebvre nos apresenta são válidas, as estratégias do uso que a catadora e o catador criam ao longo de sua história no Glicério pode nos esclarecer muitas coisas. Esta conjunção leva-nos ao menos a duas delas. Primeiramente, que há a produção de outro conhecimento construído a partir de uma práxis urbana que passa ao largo das pesquisas acadêmicas sobre o espaço. No sentido de Lefebvre isto quer dizer que há uma produção coletiva de conhecimento: "A estratégia do conhecimento não pode ficar isolada. Ela visa a prática, ou seja, em primeiro lugar, uma confrontação incessante com a experiência, e, em segundo lugar, visa a constituição de uma prática global, coerente, a prática da sociedade urbana" (2004, p. 129). Isto, para Lourau, indica que há que ceder "poco a poco su lugar a la investigación colectiva, a la producción del saber social realizada por todos, no por uno" (1980, p. 90-91).

Em seguida, que este conhecimento nos permite não substituir mas inverter a lente, uma que quanto mais tentamos por meio dela compreender a atualidade quanto mais nos cega. É a lente que explica a chamada "falta de alternativas", que não pode ser a da reprodução social da humanidade em si, como quis o ideário neoliberal, pois a luta social mostrou que teima em experimentá-las continuamente, inclusive por sobrevivência. A não ser que consideramos como opção utópica o fim da humanidade, quem não tem alternativa é o atual modo de produção e a própria reprodução das relações sociais da mais-valia. Fadados a construir incessantemente sua própria coerência, por mais irracional e incoerente que se mostrem, inevitavelmente produzem suas próprias contradições que levam para o seu fim, enquanto de seu bojo, no urbano seguem as experiências que instituem outras relações, uma outra sociedade.



Gravura de Yili Rojas produzida no projeto "São Paulo Luz", em 2005 – 2006.

Referências

À MARGEM do Lixo. Mocarzel. Brasil/Portugal: 2008. DVD (84mm).

VIETA, Marcelo. Las empresas recuperadas por sus trabajadores como cooperativas de trabajo. In: RUGGERI, Andrés (org.). *Las empresas recuperadas*: autogestion obrera en Argentina y America Latina. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofiay Letras – Universidad de Buenos Aires, 2009.

ASSOCIAÇÃO MINHA RUA MINHA CASA. Disponível em: http://www.amrmc.blogspot.com. Acesso em nov.2010.

BARBARA, Vanessa. *Comédia Passageira*. 19.jul.2003. Dispnível em: http://bit.ly/hms_td_ref_comediapassageira. Acesso em dez.2010.

BARROS, Guilherme. Desigualdade persistirá, afirma professor. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 25.jun.2008.

BARROS, Guilherme. Incorporadoras sofrem desgaste na Bolsa. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 31 mar. 2007.

BESSI, Renata. Em busca de dignidade. *O Trecheiro*. São Paulo, mar.2010. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_otrecheiro. Acesso em nov.2010.

BORON, Atilio A. *A Coruja de Minerva:* Mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Trad. A.C.Ferreira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

_____. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina.* Trad. Emir Sader. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRASIL, Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_lei12305. Acesso em: nov. 2010.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Terreno da União servirá de moradia para 113 famílias santistas*. Brasília: 18.nov.2008. Disponível em: http://patrimoniodetodos.planejamento.gov.br/dotlrn/clubs/patrimniodigital/lars-blogger/archive/2008/11/. Acesso em 24.nov.2010.

BURGOS, Rosalina. *Periferias urbanas da metrópole de São Paulo*: territórios da base da indústria da reciclagem no urbano periférico. 2008. 357 pag. Tese de doutorado em Geografia Humana - Departamento de Geografia - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS. Disponível em: http://www.gaspargarcia.org.br/institucional.asp. Acesso em nov2010.

COOPAMARE. *Como Tudo Começou.* São Paulo: 06.dez.2009. Disponível em: http://www.coopamare.org.br/. Acesso em: mar.2009.

CORREIO DO BRASIL. *Lixo contaminado deixa rastro de corrupção, doenças e mortes no Rio.* 04.out.2008. Disnível em: http://bit.ly/hms_td_ref_lixocontaminado. Acesso em dez.2010.

CYMBALISTA, r. [et. al.]. *Habitação*: controle social e política pública. São Paulo: Instituto Polis, 2007.

DAVIS, Mike. *Planeta Favela.* São Paulo: Boitempo, 2006.

FEIRA DE TROCAS. Disponível em: http://feiradetrocascentro.blogspot.com. Acesso em nov.2010.

FÓRUM CENTRO VIVO. *Benedito de Oliveira*: um grito de desespero na missa pelo aniversário da cidade de São Paulo. São Paulo: jan.2008. Disponível em: http://www.centrovivo.org/node/630. Acesso em nov.2010.

_____. *Manifesto São Vito e Mercúrio*: contra a demolição, a favor da reforma dos edifícios. São Paulo: jan.2009. Disponível em: http://centrovivo.org/node/1074. Acesso em jan.2011.

_____. *Politicas públicas para a população de rua.* São Paulo: maio de 2008. Disponível em: http://centrovivo.org/node/687. Acesso em nov.2010.

_____. *Violações dos direitos humanos no Centro de São Paulo:* propostas e reivindicações para políticas públicas. Dossiê de Denúncia. São Paulo: 2006.

FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas:* na São Paulo de fins do Império. São Paulo: Edusp, 2005.

FREITAS, Clayton. Expresso Aeroporto custará R$ 3,4 bi e só fica pronto em 2010. *Folha de São Paulo,* São Paulo, 26.jul.2007. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_expressoaeroporto. Acesso em 24.jan.2011.

FRÚGOLI JR, Heitor. *Centralidade em São Paulo:* trajetórias, conflitos e negociações na metrópole. São Paulo: Cortez: Edusp, 2000.

_____. Sobre o alcance do conceito de gentrification para pensar sobre intervenções urbanísticas em áreas centrais de cidades brasileiras: o caso de São Paulo. In: *I Congreso Latinoamericano de Antropología*, 2005, Rosario, Argentina, 2005.

GAENSLY, Guilherme. Acervo Instituto Moreira Salles. *Folha de São Paulo.* Coleção Folha São Paulo Antiga, distribuída com o periódico. São Paulo: 2008.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. *O trabalho no lixo.* 2006. Tese de douorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista , UNESP, Presidente Prudente.

GUIMARÃES, L. D. B. M. *Liberdade:* História dos Bairros de São Paulo. DAH / PMSP ed., v. 16. São Paulo SP, 1979.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Trad. C.Szlak. São Paulo: Anablume, 2005.

_____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004a. Título Original: Spaces of Hope. Edimburgh: Edimburgh University Press, 2000.

_____. *O Novo Imperialismo.* São Paulo: Loyola, 2004b.

_____. The Right to the City. *New Left Review,* n. 53, p. 23-40, set/out. 2008.

HIRATA, Márcia S. *A crise da cidade e o espaço do Morador de Rua na região central da cidade de São Paulo.* Relatório de Iniciação Científica, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

IGREJA DA PAZ. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_igrejadapaz. Acesso em nov. 2010.

JOSÉ, B. K.; VITALE, L. UMA EXPERIÊNCIA DE PROCESSO PARTICIPATIVO PARA REABILITAÇÃO DE BAIRROS CENTRAIS: PERÍMETRO DE REABILITAÇÃO INTEGRADA – PRIH — Ministério das Cidades. *Ministério das Cidades - Governo Federal.* governamental. Recuperado Dezembro 6, 2009, de http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/programas-urbanos/biblioteca/reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais/materiais-de-capacitacao/curso-de-capacitacao-programas-de-reabilitacao-de-areas-urbanas-centrais-lab-hab/textos/T_Beatriz_Kara-Letizia_Vitale.pdf/view, 2006, Junho 12.

JOSÉ, Beatriz Kara. *Políticas culturais e negócios urbanos:* a instrumentalizaçao da cultura na revitalização do centro de São Paulo: 1975-2000. São Paulo: Fapesp/Annablume, 2007.

_____. *A popularização do centro de São Paulo:* um estudo de transformações ocorridas nos últimos 20 anos.. 2010. 264 pag. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional– Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos Urbanos.* São Paulo: Editora 34, 2000.

KURZ, Robert. A Intelligentsia depois da luta de classes: da desconceitualização à desacademização da teoria. In: *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS SOBRE URBANIZAÇÃO, ARQUITETURA E URBANISMO-FAU-USP. *Notas sobre o Urbanismo no Brasil.* Segunda parte: séculos XIX e XX. REIS FILHO, Nestor Goulart (coord.). São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, n. 09, set/out.1995.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. *A revolução urbana* . Trad.: Martins, S. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

_____. *A vida cotidiana no mundo moderno.* Trad. A. J. Barros. São Paulo: Editora Ática, 1991.

_____. Das Contradições do Espaço ao Espaço Diferencial. In: *A produção do espaço*. São Paulo: mimeo, Éditions Anthropos, Paris, 2000. Traduzido por Jorge Hajime Oseki. Do original: Paris: Anthropos, 1981.

_____. Desenho da obra. In: *A produção do espaço*. São Paulo: mimeo, Éditions Anthropos, Paris, 2000. Traduzido por Tomoko Yida Paganelli. Do original: Paris: Anthropos, 1974.

_____. *Espacio y Política: el derecho a la ciudad, II.* Barcelona: Ediciones Peninsula, 1976.

_____. *La presencia y la ausencia:* contribución a la teoría de las representaciones. Trad. O.Barahona y U. Doyhamboure. México: FCE, 1983.

_____. *O Direito à Cidade.* Trad. T.C.Netto, São Paulo: Documentos, 1969.

_____. Prefácio. In: *A produção do espaço.* São Paulo: mimeo, Éditions Anthropos, Paris, 2000. Traduzido por Jorge Hajime Oseki. Do original: Paris: Anthropos, 1981.

_____. *The urban revolution*. Trad.: Bononno, R. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2003.

LOURAU, René. *El estado y el inconsciente:* ensayo de sociología política. Barcelona: Kairós, 1980.

MARTINS, José de Souza. Excurso, as temporalidades da história na dialética de Henri Lefebvre. In : *A Sociabilidade do Homem Simples.* São Paulo: Contexto, 2008, (p. 97 a 108).

MARX, Karl. A fórmula trinitária. In: *O Capital*: crítica da economia política. 1968, cap. XLVIII, p. 935-954.

_____. Gênese da renda fundiária capitalista. In: *O Capital:* crítica da economia política. Trad. R.Barbosa e F.R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. Vol.III, Tomo 2, cap. XLVII, p. 245-266.

MATTOS, Carlos A. de. Globalización, negocios inmobiliarios y transformación urbana. *Nueva Sociedad*, nº 212, p. 82-96, nov/dez 2007.

MEIHY, J.C.S.B. *Manual de História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAIS RECILÁVEIS. Disponível em: http://www.mncr.org.br. Acesso em 2009 e 2010.

_____. *Catadores assinam financiamento de moradia.* São Paulo: 10.nov.2008. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_catadoresassinamfm. Acesso ao longo de 2010.

_____. *Nossa história.* São Paulo: 18.fe.2008. Disponível em: http://www.mncr.org.br/box_1/sua-historia. Acesso em: 06.dez.2009.

_____. *Catadores discutem Política Nacional de Resíduos Sólidos. São Paulo:* 22.jul.2009. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_catadoresdiscutemPNRS. Acesso ao longo de 2010.

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA. *História.* Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_MNPSRhistoria. Acesso em nov.2010.

NIETZSCHE, Friedrich. Do país da civilização. In: *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Prefeitura quer empresas no setor da reciclagem. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, 16.jul.2010. Cidades - C3.

OLIVEIRA, Francisco. *O ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2006.

OLIVEIRA, Fabiano Lemes. *Modelos urbanísticos modernos e parques urbanos:* as relações entre urbanismo e paisagismo em São Paulo na primeira metade do século XX. 2008. Tese de doutorado em Teoria e História de la Arquitectura – Departamento de Composicion Arquitectonica, Universitat Politecnica de Catalunya-UPC, Catalunya, 2008.

OUVIÑA, Hernán. *Las asambleas barriales y la construcción de lo "público no estatal":* la experiencia en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. En publicación: Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO, Buenos Aires, Argentina. 2003. Acceso al texto completo: http://bit.ly/hms_td_ref_asambleasbarriales.

PAIVA, Verónica. *Cartoneros y cooperativas de recuperadores:* una mirada sobre la recolección informal de residuos. Área Metropolitana de Buenos Aires, 1999-2007.

PARGA, José Sánchez. *Valores y contravalores en la sociedad de la plusvalía.* Quito-Ecuador: Abya-Yala, 2008.

PEREIRA, Karina da Silva. *Os movimentos de moradia da região central de São Paulo.* 2005. Dissertação apresentada em Especialização em Geografia – Turma Paulo Freire, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier. *Metropóle e exclusão*: a dinâmica dos processos sócio-espaciais em são paulo. FAU-USP, 1997.

_____. *Questão da construção*: urbanização e industrialização em São Paulo (1872-1914). São Paulo, 1990. Tese de doutoramento, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

_____. Reestruturação imobiliária em São Paulo (SP): especificidade e tendência. In: SILVEIRA, R. L. L., PEREIRA, P. C .X., UEDA, V. (Org.) *Dinâmica imobiliária e reestruturação urbana na america Latina.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006. p.45 a 63.

PEREIRA, Paulo Cesar Xavier, TANAKA, Gisele. *Periferia:* industrialização, trabalho e construção do espaço urbano. São Paulo: mimeo, 2006.

PICCINI, A.; ZMITROWICZ, W. Cortiços e reestruturação do centro urbano de São Paulo, habitação e instrumentos urbanísticos. *Escola Politécnica da USP - Depto Eng Constr Civil*, p. 25, 1997, Março.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

RECONDO, Felipe. PF faz buscas em empresas de lixo no Distrito Federal. O *Estado de São Paulo*, São Paulo, 14.jun.2010. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_empresasdelixoDF. Acesso em 18.jan.2010.

REDE RUA. *Apresentação Audiência Pública.* São Paulo: 2008. Disponivel em: http://bit.ly/hms_td_ref_apresentacaoaudienciapublica. Acesso em nov.2010.

_____. *Lei que garante direitos para população de rua completa dez anos.* São Paulo: 12.set.2007. Disponível em : http://bit.ly/hms_td_ref_10anos. Acesso em 06.jan.2010.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *São Paulo e outras cidades:* produção social e degradação dos espaços urbanos. São Paulo: Hucitec, 1994.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei:* legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

RUA São Paulo. Direção: Daniel Massaranduba e Guilherme Ribeiro. São Paulo, 2002. Vídeo disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_RUAsaopaulo. Acesso em nov. 2010.

SANTOS, André Luiz Teixeira. *A prática dos movimentos de moradia na produção da cidade de São Paulo:* os limites da participação e a (im) possibilidade de emancipação. 2010. Tese de doutorado em Habitat – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Boaventura De Souza. *A crítica da razão indolente:* contra o desperdicio da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

SANTOS, C. *Nem tudo era italiano*: São Paulo e pobreza, 1890-1915. 1ª. ed. São Paulo SP Brasil: Annablume; FAPESP, 1998.

SÃO PAULO, Decreto-lei nº 48.799, de 9 de outubro de 2007. Confere nova normatização ao Programa Socioambiental Cooperativa de Catadores de Material Reciclável, altera a sua denominação para Programa Socioambiental de Coleta Seletiva de Resíduos Recicláveis e revoga o Decreto nº 42.290, de 15 de agosto de 2002. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_decreto42290. Acesso ao longo de 2010.

SÃO PAULO, Lei no. 13.430, de 13 de setembro de 2002. Institui o Plano Diretor Estratégico e o Sistema de Planejamento e Gestão do Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_planodiretor. Acesso em jan.2011.

SÃO PAULO (Cidade). *Prefeitura construirá moradias para reocupar o centro da Cidade.* São Paulo: 05.fev.2010. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_prefeituramoradiascentro. Acesso em 23.nov.2010.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. *Guia do Glicério e da região central de São Paulo*. São Paulo, 2007.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. Prefeitura apresenta 2ª fase do Projeto Urbanístico preliminar da Nova Luz. São Paulo: 21.dez.2010. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_novaluz. Acesso em 24.jan.2011.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal de Habitação. *Agenda 2012.* São Paulo: mar.2010. Disponível em: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/agenda2012/. Acesso ao longo de 2010.

_____. *Plano Municipal de Habitação*: 209-2024. São Paulo: set.2010. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_planomunicipaldehabitacao. Acesso em set.2010.

SÃO PAULO (Cidade). Secretaria Municipal do Trabalho. *Perfil dos carroceiros em São Paulo.* São Paulo: 2005.

_____. Subprefeitura M´Boi Mirim. *Subprefeitura coloca malotões em aterro clandestino nas proximidades da Represa Guarapiranga.* São Paulo: 27.jul.2009. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_guarapiranga. Acesso em nov.2010.

SEABRA, Odete. A insurreição do uso. In: MARTINS, J. de Souza. (Coord.). *Henri Lefebvre e o retorno à dialetica*. São Paulo: Hucitec, 1996. Cap.5, p. 71-86.

SILVANO, Dalton. *Fim do lixão e início da revitalização*. São Paulo: 31/03/2009. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_fimdolixao. Acesso em 19.nov.2010.

SIMÕES JR, J. G. *Revitalização de Centros Urbanos.* Publicações Pólis, v. no. 19, 1994.

SMITH, Neil. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. Traduzido por Daniel de Mello Sanfelici. *GEOUSP - Espaço e Tempo,* São Paulo, nº 21, pp. 15 - 31, 2007.

TELLES, Vera da Silva. A cidade como questão. In: *Pontos e Linhas I.* Junho. 2005a

TELLES, Vera da Silva. Trajetórias urbanas: fios de uma descrição da cidade. In: *Pontos e Linhas II.* Junho. 2005b

THOMPSON, Edward P. La economia “moral” de la multitud en la Inglaterra del siglo XVIII. In: *Tradición, revuelta y consciencia de clase*. Barcelona: Editorial Crítica, 1989. P. 62-134.

TONE, Beatriz Bezerra. *Notas sobre a valorização imobiliária em São Paulo na era do capital fictício.* 2010. 158 pag. Dissertação de mestrado em Habitat – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. O Direito à Cidade – Unindo o Urbano Dividido do Fórum Urbano Mundial 5 - UN-Habitat. Genebra, 2010. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_UNhabit.

VAINER, C. B. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento territorial. *Fundação Lauro Campos - Socialismo e Liberdade.* Recuperado Março 10, 2009, de:

http://bit.ly/hms_td_ref_fragmentacao.

VEJA. Conheça Guilherme Peirão Leal, o vice de Marina Silva. *Veja*: 17.mai.2010. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_conhecaGPL. Acesso em 04.nov.2010.

VIANA, Fabiano. Sem Lugar. *O Trecheiro*, São Paulo, jan.fev.2008.

VILICIC, Felipe. Kassab fecha albergues e lota ruas. *O Estado de São Paulo,* São Paulo, 04.fev.2010. Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_KASSABfechaalbergues. Acesso em nov.2010.

VILLAÇA, Flávio. *As ilusões do Plano Diretor.* São Paulo, ago 2005. Disponible em: http://bit.ly/hms_td_ref_ilusoes. Acesso em 5 de janeiro de 2010.

WIKIPÉDIA. *Acidente radiológico de Goiânia.* Disponível em: http://bit.ly/hms_td_ref_goiania. Acesso em dez.2010.

YONEZAWA, Noboru. *Recifran – mais uma vitória.* São Paulo: mimeo, jun.2003.

Lista de mapas

Mapa 01: Localização da Cooperglicério 28

Mapa 02: Principais intervenções
no centro pelo Estado (2005-2010) 81

Mapa 03: Concebido para o Glicério (2010) 82

Mapa 04: Espaço do catador: locais de
relações sociais (2010) 108

Lista de tabelas

Tabela 1: Ações da SEHAB e Fundo Municipal
de Habitação previstas e liquidadas no Orçamento - 2004-2006 91

Tabela 2: Agenda 2012 - Programa Recuperação
de Cortiços – PMSP - Subprefeitura Sé (março de 2010) 92

Lista de Siglas

AVC Associação Viva o Centro
BID Banco Interamericano de Desenvolvimento
CDHU Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano
CEBs Comunidades Eclesiais de Base
Coopamare Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis
Cooperglicério Cooperativa dos Catadores da Baixada do Glicério
DEM Democratas
DPH Departamento de Patrimônio Histórico
EIS Escritório de Inclusão Social
EMURB Empresa Municipal de Urbanização
FCV Fórum Centro Vivo
HIS Habitação de Interesse Social
LAP Laboratório de Estudos sobre Urbanização, Arquitetura e Urbanismo
MMC Movimento de Moradia do Centro
MNCR Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis
MNPR Movimento Nacional da População em Situação de Rua
MST Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MSTC Movimento Sem Teto do Centro
MSTRC Movimento Sem-Teto da Região Central
OAF Organização do Auxilio Fraterno
PAC Programa de Acelração do Crescimento
PITU Programa Integrado de Transportes Urbanos
PMSP Prefeitura do Município de São Paulo
PNBE Pensamento Nacional das Bases Empresariais
PSDB Partido da Social Democracia Brasileira
PT Partido dos Trabalhadores
RECIFRAN Serviços Franciscano de Apoio à Reciclagem
SAGMACS Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais
SEFRAS Serviço Franciscano Social
ULC Unificação das Lutas de Cortiços
UN-HABITAT United Nations Human Settlements Programme
ZEIS Zona de Especial Interesse Social

Anexo – Entrevistas

Apresenta-se aqui as entrevistas, uma das partes da pesquisa empírica, que se somou ao concebido formal para a cidade, para a região, e para a política de reciclagem. Referem-se à dimensão do vivido e focam-se em entrevistas elaboradas sob o método da História Oral, tendo como mote a apropriação do espaço do Glicério segundo o ponto de vista do catador. Fez-se o registro das falas de todos os entrevistados e da caminhada aos locais de trablaho e de outros usos cotidianos no Glicério. Aqui encontram-se somente as falas. A caminhada consolidou-se no mapa apresentado na tese. As interpretações possíveis deste campo são analisados eminteração com a pesquisa teórica, que compõe todo o conteúdo da tese.

Sobre a elaboração das entrevistas
1. As falas

Para a aplicação deste método são utilizados alguns procedimentos. O grupo dos catadores compõe o que a História Oral denomina "rede" de relacionamentos, dentro da qual pretende-se obter a história do uso que fazem do espaço, o que, portanto, significa compreender sua história composta pela história do envolvimento de seus componentes. O foco das entrevistas deu-se na territorialidade abrangida por suas atividades, na sua organização e na relação entre a história individual do entrevistado com a história do grupo.

Fez-se algumas primeiras aproximações a esta rede por meio de conversas, caminhadas informais pela região com lideranças da população de rua e catadores e entrevistas-teste. A partir disto foi definido o "ponto zero",a primeira pessoa que iniciará o encadeamento para definição das demais. Foi escolhido um coordenador de uma das cooperativas da região do Glicério, Sérgio Bispo da Cooperglicério, que domina a história do grupo e da região, ligado à época ao Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR. A cada entrevistado era solicitado indicação de outro da região, de modo a construir a rede de relacionamentos. Para cada entrevistado houve no mínimo dois momentos de encontro: a entrevista em si e o retorno ao entrevistado, para obter eventuais acréscimos, retirada de conteúdos ou simplesmente sua aprovação. O conteúdo utilizado na tese exigiu novo contato para exposição dos termos da inserção da entrevista e de seu conteúdo, seja ao indivíduo, seja ao grupo como um todo. Foram sete entrevistados, número definido no momento em que a última pessoa entrevistada, Débora (in memorian), que, após a negativa da primeira indicação de uma colega, considerou que não havia mais pessoas para indicar .

Conforme o método definido, o registro das entrevistas foi gravado sob consentimento dos entrevistados, em registro analógico e/ou digital. Elas foram primeiramente transcritas o mais fielmente possível (transcrição), para em seguida ser "limpada" (textualização, o que aqui é apresentado), retirando as partes que não interferem no entendimento da história de vida ali contada (ruidos, diálogos de terceiros que interrompem a entrevista, excesso de cacoetes das falas– "né´s" e "tá´s") ou inserindo pequenas alterações a fim de obter clareza da fala. Esta etapa é que foi apresentada aos entrevistados para aprovação do conteúdo.

No caderno de campo foram anotados as interferências e descritas as condições do local e do entrevistado.Apenas um entrevistado tinha observações, mas das quais declinou ao rever que não haveria comprometimento de sua pessoa.

Com eles definiu-se o compromisso de retornar a reflexão desta tese à cooperativa.

2. Os usos do espaço

Adaptou-se este método da História Oral para a apreeensão do que seria uma "história oral espacial". No mesmo dia da entrevista gravada, ou em dia próximo, fez-se uma caminhada pelos espaços de uso do entrevistado, delimitado ao proprio bairro do Glicério ou imediações, uma vez que preliminarmente este é o espaço definido para a pesquisa. Diferentemente do registro das falas, o dia, a hora e a duração seguiram a dinâmica cotidiana de cada catador, principalmente daqueles que fazem a catação nas ruas (alguns só fazem a triagem na cooperativa).

As visitas aos espaços de uso dessa pessoa foram fotografadas e anotadas em caderno de campo e/ou em mapa da região . Este registro escrito é de conteúdo diverso, tais como dos pontos de uso do espaço, principalmente da atividade da catação, das pessoas com quem paravam para conversar ou cumprimentar, do modo como agia durante a coleta, das histórias que inevitavelmente surgiam ao apontar os locais, entre outros.

A partir deste conjunto de sistematizações obteve-se uma parte do modo como o catador se reproduz socialmente, o que evidencia o que é mera reprodução do existente ou uma recriação específica de sua dinâmica de vida.

Sobre a sistematização das entrevistas
1. Entrevista: as falas

A partir da análise das falas nas textualizações obteve-se algumas categorias de análise do cotidiano e da vida dos catadores do Glicério que evidenciaram as representações existentes. Saliente-se aqui que elas não foram pré-definidas, mas definidas a partir do que era sugerido pelas próprias falas dos entrevistados. Os trechos de cada entrevistado pertencente a uma mesma categoria foram agrupados em uma matriz, de modo a permitir um comparativo que permitiu a análise preliminar.

Categorias de Análise:

. Lugar (espaço): referências espaciais, locais de uso;

. História (tempo) pessoal e de simultaneidade com outras pessoas

. História (tempo) do outro, institucional

. Futuro

. Sociabilidade Privada: o entorno social na família, amigos, religião

. Sociabilidade Púbica: outras cooperativas, outras entidades de apoio assistencial

. Trabalho na reciclagem

. Outras formas de trabalho

. Conflito

2. Entrevistas - Análise preliminar

Apresenta-se a seguir uma análise das entrevistas de acordo com cada categoria. A análise do todo compôs o conteúdo interpretativo da tese.

3.2.1. Espaço

. 5 têm uma relação antiga com o Glicério, 4 deles especificamente com a reciclagem; somente uma não manifestou nenhuma relação anterior com o Glicério (Débora); 3 deles, desde que chegaram em São Paulo, especificamente naquela região, sempre trabalharam como catadores. Um deles (Ariovaldo) praticamente não teve experiência em outro tipo de trabalho;

. Dos mais novos na cooperativa (Débora, Fernando e Leandro), que passados 6 meses já não se encontram mais trabalhando ali, chegaram por meio de outros projetos sociais. O fato de já não mais estarem ali denota a alta rotatividade da área;

. Quase 50% veio declaradamente da Bahia, mas todos com uma longa história em São Paulo;

. Quase todos tiveram experiência de moradia em albergue (exceto seu Romeu e Débora não o manifestaram); 3 deles em ferro-velho (Arioaldo, Bispo e Raimundo); 4 manifestaram que já dormiram sob a carroça (Ariovaldo, Bispo, Leandro, Romeu), sendo que destes um, Leandro, ainda mora sob ela;

. Pelo histórico dos entrevistados e por algumas falas nota-se que o Glicério é muito marcado pela reciclagem, em estreita relação com as formas de moradia disponíveis na região, que

se acredita estar ligado ao fato da região sempre ter sido um espaço residual da cidade que historicamente recebeu este tipo de uso (moradia acessível, apesar de precária, e trabalho sem exigência de qualificação, este ligado às atividades das entidades assistenciais).

3.2.2. História pessoal

. Para quase todos houve manifestação de um histórico familiar na reciclagem (exceto Débora e Leandro), como já apontado, muitos com uma história antiga;

. Apenas um (Leandro) aparenta ter tido uma vida economicamente mais estável. Os demais todos têm um histórico familiar de baixa renda.

3.2.3. História institucional

. As relações sociais de todos tem marcas de entidades sociais, que se credita ser resultado de ter sido nessa região que se formou a primeira cooperativa de catadores de São Paulo. Isto indica um processo reprodutivo do quadro de pobreza da região. As entidades parecem, portanto, serem o trampolim para o trabalho autônomo na reciclagem;

. As entidades parecem ser percebidas como mais uma instância social para conseguir um trabalho, como se fossem, por exemplo, uma agência de empregos.

3.2.4. Sociabilidade privada

. Exceto por Fernando, todos já têm ou tiveram família e filhos;

. Somente no depoimento de Leandro aparece um conflito mais significativo com a família;

. Há um histórico familiar que abriu o caminho para o trabalho na reciclagem para 3 deles (Ariovaldo, Raimundo, Romeu);

3.2.5. Sociabilidade pública

. Todos têm alguma referência sobre outras cooperativas e entidades sociais; 3 moraram/moram em ocupação, 2 deles diretamente ligados com movimentos de moradia;

. A Recifran foi a entidade mais citada pois está na origem da cooperativa e por meio dela amplia-se a rede de relações, apesar de não ser a única;

. A relação com o MNCR foi citada somente pela pessoa com maior participação política, Bispo. Mesmo os outros 3 mais antigos não o mencionaram, enquanto a prefeitura, como gestão específica ou como Estado em geral, aparece em todos eles.

3.2.6. Trabalho na reciclagem

. 4 deles (Ariovaldo, Bispo, Raimundo e Romeu) trabalham trazendo material em carrinho e têm pontos antigos; os 3

demais ficam somente na triagem;

. Estes mesmos 4 passaram pelo projeto da Recifran, entidade que contribuiu para a formação da cooperativa, assim como os 3 mais novos na cooperativa

. Não houve manifestações de desgosto com o trabalho, pelo contrário, alguns expressam claramente que gostam; 4 ratificaram fortemente o valor ambienal da reciclagem;

. A reciclagem parece ser aceita como um trabalho qualquer;

. Os 3 mais novos (Débora, Fernando e Leandro) vieram da Granja Julieta, para onde foram mandados pela Recifran. No entanto, na Cooperglicério entraram por relações de amizade.

3.2.7. Trabalho – outras formas

. Quase todos (exceto seu Romeu) têm um histórico de trabalhos que não exigem educação formal;

. Somente 2 demonstraram terem atuado no trabalho rural;

. 4 apresentaram o problema do preconceito no mercado de trabalho por serem mais velhos.

3.2.8. Futuro

. A expectativa, principalmente entre os mais antigos, é de avanços no trabalho da reciclagem, com um trabalho mais mecanizado via caminhões, bem como para benefício mais amplo para toda a sociedade;

. Duas pessoas (Débora e Raimundo) não manifestaram idéias de futuro em relação ao trabalho na reciclagem. Coincidentemente ambos são os entrevistados que mais ofereceram dificuldade de fluidez na entrevista;

. Sobre a moradia não houve grandes manifestações, provavelmente porque há maior estabilidade: dois deles já têm casa própria (Raimundo e Romeu), 2 (Ariovaldo e Bispo) estão no Crédito Solidário;

. A expectativa para além da melhoria da inserção do trabalho na reciclagem na sociedade traz logicamente a questão da sustentabilidade, que procura o respeito para a forma como o catador, como trabalhador, faz parte da construção de uma sociedade sustentável, o que para seu Romeu está explicitamente ligada à dignidade humana.

3.2.9. Conflito

. Em relação à prefeitura na atual gestão, foi apresentado uma relação conflituosa por 4 deles (Ariovaldo, Bispo, Fernando e Romeu), o que na verdade viria da extensão do olhar preconceituoso da sociedade em geral;

. Um conflito que chamou a atenção foi com as relações de trabalho. A forma autônoma apresenta-se em contraposição a desgostos com as formas hierárquicas que não reconhecem o valor humao de cada trabalhador. De modo muito expressivo aparece para Romeu e Leandro, e indiretamente para Débora, Bispo e Ariovaldo, pela forma com que descrevem o trabalho e os desafios na reciclagem; já a forma coletiva de trabalho na reciclagem mostra-se como essencial e unânime.

Créditos

Revisão do texto Beatriz B. Tone
Márcia S. Hirata
Renata Bessi
Walter E. Tabacknicks

Revisão da tradução Carolina Castanheira

Projeto gráfico Bruno Makia

Capa de papelão Projeto Dulcinéia Catadora